

Fundação Oswaldo Cruz

Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS)

CADERNOS CRIS 07-21

Informe quinzenal sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde – 21 de abril a 04 de maio de 2021



Produção coletiva dos trabalhadores do CRIS-FIOCRUZ Rio de Janeiro, 6 de maio de 2021



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

Presidência
Centro de Relações Internacionais em Saúde - CRIS



RESPOSTA DA SAÚDE GLOBAL E DA DIPLOMACIA DA SAÚDE À COVID-19

Uma visão do ponto de vista socioeconômico, diplomático e sanitário

Sumário do CRIS-Fiocruz sobre diplomacia da saúde

21 de abril a 04 de maio de 2021

Apresentação

Surpresas, perplexidades, reações exasperadas, esperanças! Este é o menu que nos oferece, em saúde global e diplomacia da saúde, a quinzena de 21 de abril a 04 de maio, examinada neste Informe 7-21 do CRIS.

Surpreendente foi a confirmação monossilábica de Biden e a nota mais alentada firmada pela representante dos Estados Unidos da América para o Comércio, Katherine Chi Tai, de que este país, de longa data ferozmente refratário a qualquer mínima mudança que fosse nas regras da propriedade intelectual, pela primeira vez na história abre-se a discussão de flexibilização nas regras de PI. O mundo ficou perplexo; analistas políticos foram sacudidos da inércia para buscar explicar o fenômeno econômico-político. A Europa, boquiaberta e perplexa, foi instada pela iniciativa de Biden a também abrir-se a este debate. A indústria farmacêutica americana, com os olhos voltados apenas para seus acionistas e para o índice Dow Jones, exasperada, bateu impiedosamente na Casa Branca. Ativistas sociais e da saúde reagiram com discreta esperança, vacinados que estão com anúncios grandiloquentes e ações minúsculas.

Tudo isso acontece no dia imediatamente após o encerramento da reunião quinzenal do observatório de saúde global do CRIS para debater os momentos políticos relevantes da diplomacia da saúde no mundo e nos continentes. Por isso, comenta-se o ato político de Biden apenas neste parágrafo inicial, mas tudo será discutido em maior profundidade no próximo Informe, o de número 8-21. Dia 18 de maio, atento aos acontecimentos internacionais, o CRIS realiza um seminário avançado extra que incluirá este tema candente e também o *tratado global sobre pandemias* que vem sendo objeto de acirrado debate globalmente.

A outra boa surpresa global também veio de um Estados Unidos embalado pela animação política do novo governo, cuja *Cúpula de Líderes sobre Clima*, realizada no Dia da Terra (21 de abril), reuniu mais de 40 importantes líderes mundiais, incluindo Xi Jinping e Putin, que com Biden, pela convergência de seus discursos, ofereceram algumas esperanças quanto à entendimentos relativos ao clima, preparando-se desde já para a COP 26 de Glasgow, em novembro. Em 26 de maio, o CRIS vai realizar um seminário avançado sobre *“Clima e Saúde: A caminho de Glasgow”*, para aprofundar a análise sobre o que foi a Cúpula e que movimentos políticos se espera nos próximos 7 meses que antecedem a COP26, inclusive a notada ausência da *saúde humana e clima* como tema específico na Cúpula de Biden e na Cúpula de Glasgow.

A questão das vacinas e a dimensão da pandemia na Ásia e nas Américas continuam ocupando grande parte da agenda global da OMS (pg. 10). Tedros Adhanom, mais animado, cumprimentou efusivamente o presidente estadunidense e pediu toda a atenção para a relativamente debilitada Covax Facility, pela qual a OMS busca garantir alguma decência no acesso às vacinas pelo mundo em desenvolvimento.

No capítulo sobre direitos humanos (pg. 14 e seguintes), continuamos a examinar o amplo elenco de resoluções e iniciativas da 46ª. do Conselho, que surpreende pela diversidade

de temas que trata. Entre os movimentos sociais globais cresce a demanda política por equidade na abordagem da pandemia.

No Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSOC) destacamos a plataforma global de compartilhamento de conhecimento e de parcerias *South-South Galaxy* e a realização da sessão do Comitê de Alto Nível de Cooperação Sul-Sul, entre 1º e 4 de junho. O Movimento dos Não Alinhados e o G77 continuam com sua faina de intensos comunicados nos quais reclamam mais equidade no caso das vacinas da Covid-19 (pg. 30 e seguintes).

No âmbito do G20 (pg. 40 e seguintes), além de eventos sobre temas como “Conectividade e Inclusão” e “Soluções Baseadas na Natureza e os Desafios Urbanos”, tivemos o T20 pautando debates relacionados à equidade de acesso à vacina e à situação financeira de países de renda média e renda baixa. No dia 21 de maio, o G20 vai realizar seu *Global Health Summit*. Os resultados dos debates da Cúpula serão debatidos em seminário avançado do CRIS no dia 9 de junho, agende-se! Uma nota de satisfação: comunicamos que o time que elabora o capítulo sobre G20 passa a contar, a partir deste Informe, com novos autores, Paulo Esteves e Thaiany Medeiros Cury, do Instituto de Relações Internacionais (IRI) da PUC-RJ, enquanto Júlia Abbud e Lucca Rizzo, também do IRI-PUC, se integram ao grupo que reporta OCDE (pg. 44).

A OCDE chamou atenção para que 83% dos investimentos aplicados para mitigar os efeitos da COVID-19 não considera as preocupações ambientais, o que não é condizente com a sustentabilidade climática. O bloco ressalta a importância de uma distribuição justa das vacinas, traz mais informações sobre a ajuda ao desenvolvimento em 2020 e traz dados sobre os riscos de insegurança econômica, e os efeitos da pandemia sobre o emprego e sobre a arrecadação de impostos sobre o salário.

No capítulo de análise sobre BRICS (pg. 47), registra-se que diplomatas da Índia e África do Sul estão trabalhando na revisão do texto da proposta de flexibilização da propriedade intelectual em produtos destinados ao controle da Covid-19 originalmente apresentada por esses dois países à Organização Mundial do Comércio, em outubro de 2020. O novo texto revisado destaca a necessidade urgente de garantir acesso equitativo e rápido às vacinas à luz da devastadora "segunda onda" de infecções por Covid-19 na Índia, que já registrou números recordes de cerca de 400 mil novos casos diários.

A América Latina, com 62,2 milhões de casos positivos e 1,52 milhão de mortes, continua ponteadado a triste estatística mundial da pandemia pela Covid-19 e suas novas ondas, acompanhada agora pela tragédia indiana. Apesar das 350 milhões de doses de vacinas já aplicadas no mundo, permanecem tragicamente intocadas as grandes barreiras de acesso nos países menos desenvolvidos e a COVAX mostra-se impotente para garantir a equidade no acesso, tendo coberto apenas 3,25% do total de vacinas aplicadas. Isto tem gerado críticas contundentes por parte dos países da região (pg. 49).

Nesse cenário complexo, indaga-se se o espaço ibero-americano, que realizou a Cúpula de Andorra no último dia 20 de abril, não poderia ser uma alternativa para a ação e cooperação coletiva na região, já que outros espaços plurilaterais, como o MERCOSUL, se preocupam apenas com os aspectos econômicos ou não decolaram, caso do ProSul. A propósito da Cúpula, produzimos um capítulo especial sobre a mesma (pg. 86) e realizaremos um seminário sobre o espaço de Ibero-América como um novo cenário para a diplomacia da saúde, dia 12 de maio próximo, com a presença da Secretária-Geral de Ibero-América, Rebeca Grynspan.

A posição positiva do CDC África sobre a segurança da vacina da Johnson & Johnson, apontando mais benefícios que riscos na sua aplicação, e o apelo aos Estados-Membros da União Africana para a utilização acelerada das poucas doses de vacinas disponíveis na região, são destaques nas mencionadas instituições plurilaterais da região africana. A primeira Rede de Dados sobre Migração em África (AMDN) e a apresentação do Relatório do Índice de Integração Regional (African Regional Integration Index, ARII) também são itens de interesse.

No cumprimento da 11ª Semana Africana de Vacinação, a OMS AFRO alertou para o risco eminente de grandes surtos de sarampo devido ao atraso de vacinação; este episódio reafirma, também em África, o carácter sindêmico da pandemia.

Convocado por Portugal e pelo Banco Europeu de Investimento, realizou-se o Fórum de Investimento Verde União Europeia-África; este fórum, assim como a II Conferência dos Chefes de Estado e de Governo do Fórum dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) são reportados neste Informe, a partir da pg. 58.

Na Europa (pg. 64 e seguintes), por ocasião da Semana Europeia de Imunização, a UE lança parceria entre EMA e ECDC para fortalecer a vigilância de vacinas, um novo modelo de colaboração, que aproxima reguladores e autoridades de saúde pública e estabelece processos em direção a uma plataforma de colaboração mais permanente e sustentável para monitorar a segurança e eficácia de vacinas. Enquanto isso, o Parlamento Europeu discute o Certificado Covid-19 da UE e aprova os Programas de ação ambiental e climática e o novo Programa europeu de financiamento à pesquisa, ambos para o período de 2021-2027. O Horizonte Europa, anuncia que vai investir mais de 90 bilhões de euros em saúde, digitalização e inovação, pautado pelos princípios da ciência aberta.

Em sessão especial para discutir o cenário na pandemia na América Latina, eurodeputados recomendaram à comunidade internacional que aumente os esforços para fortalecer a capacidade de distribuição de vacinas da Covax Facility e, aos países latino-americanos, que garantam a disponibilidade de vacinas para todos. A situação brasileira foi abordada por muitos eurodeputados, que novamente criticaram a gestão de Bolsonaro, apontando-o como um risco não só para o Brasil, como para o mundo.

A partir da pg. 69 discute-se a situação de calamidade na Índia, que comove o mundo, mas também preocupa pela possibilidade de o SarsCov-2 desenvolver novas mutações e escapar dos anticorpos produzidos pelas vacinas. O mundo também precisa olhar para os migrantes e refugiados que, vulneráveis, correm o risco de ficarem de fora dos programas de vacinação COVID-19, porque 85% deles vivem em países de baixa e média renda. Ajuda humanitária e trabalho cooperativo virou palavra de ordem. Assim como os vírus, as mudanças climáticas também não respeitam fronteiras, levando os países da Ásia Pacífico e Oriente Médio a definir como urgente a articulação entre o combate à pandemia e a ambição climática e suas metas de zero carbono para as próximas décadas.

Na China, são destacadas informações sobre novos embaixadores, Austrália e BRI, missões espaciais, novo órgão de prevenção de doenças, Sputnik V, vacinação nacional e internacional, proteção de propriedade intelectual e sistema de seguridade social (pg. 82 e seguintes).

Ficamos por aqui, quinzena intensa, e uma nova quinzena talvez ainda mais intensa. Boa leitura a todos! Rio de Janeiro, 06 de maio de 2021 - Paulo Buss e Pedro Burger
Coordenação CRIS Fiocruz

Nações Unidas, Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Santiago Alcázar

René Magritte era pintor e era surrealista. Fez o retrato de um cachimbo. Só um cachimbo e nada mais. Em baixo, em cursivo, escreveu “isto não é um cachimbo”. René Magritte era pintor e era surrealista. Também era belga, mas isso não é surrealista, nem um cachimbo.

O Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual relacionados ao Comércio (Acordo ADPIC, ou TRIPS, como é mais conhecido) é um texto legal, no sentido jurídico, claro. Traz muitas complicações, certamente como aquelas de um relojeiro em Genebra que anuncia o seu *savoir faire* com um letreiro que reza “Master in Complications”, em inglês, não se sabe por quê. Em todo caso, o fato é que TRIPS é algo complicado, como unicamente um jurista e um relojeiro conseguiriam produzir.

É possível que somente uma catástrofe com as dimensões da pandemia da Covid-19 seja capaz de mostrar o óbvio, aquilo que está aí em sua totalidade desnuda, sem pudor, arrastando para si o olhar, com a força descomunal de uma tempestade. Os números de contágios e de mortes são muito grandes, mas o que salta à vista é a obscenidade das inequidades, desigualdades e injustiças, as *IDIs*, que brotam por toda parte como flores podres.

As *IDIs* sempre estiveram aí, dirão, e será verdade. *Não existe nada de novo baixo o sol*, também dirão alguns, ainda que não seja verdade. O certo é que a pandemia as arrancou das camadas de indiferença a que estavam confinadas e agora ficam à mostra na glória da putrefação, feias e obscenas. Incomodam, certamente, ainda que os principais incomodados sejam os que sofrem de inequidades, desigualdades e injustiças, doenças comuns para as quais não parece haver cura.

De todo lado desse nosso mundo multilateral surgem vozes a evocar as inequidades, desigualdades e injustiças. Não há discurso que não as mencione. Não há documento aprovado e adotado que não as inclua, numa ironia involuntária pois será essa a única inclusão a que as vítimas farão jus imediatamente.

A Assembleia Geral das Nações Unidas tem se mostrado pródiga na adoção de resoluções que fazem menção à Covid-19, sublinhando em alguma passagem que as maiores vítimas são os pobres e os que sofrem discriminação. O mesmo se pode dizer do Conselho de Segurança, do Conselho Econômico e Social (ECOSOC) e do Secretariado, os principais corpos das Nações Unidas resultantes da Carta, ademais do Conselho de Direitos Humanos, que nesse caso é apenas o esperado. Com respeito ao grosseiro açambarcamento de vacinas contra a Covid-19 por parte de alguns países ricos, que deixou o mundo incrédulo, de queixo caído, como diz, o DG da OMS, primeiro e, depois, o SG das Nações Unidas falaram de grave falha moral frente às gritantes inequidades existentes.

Recentemente outras vozes se juntaram para denunciar o que dizem ser *inaceitável*, como disse provavelmente a Representante de Comércio dos EUA (USTR) em reunião convocada pela DG da OMC, no dia 14 de abril. Soa mais forte quando se diz em inglês, *unacceptable*, talvez porque é um pouco surpreendente que alguém em sua posição use aquele termo para constatar as inequidades testemunhadas no acesso a vacinas entre as economias avançadas e as economias em desenvolvimento. Não há como negar, no entanto,

que o que é *unacceptable* há muito é inaceitável para muitos, especialmente para aqueles que juntaram esperanças e vozes para festejar a resolução “*Transformando o nosso mundo: Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*”, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 25 de setembro de 2015.

Naquela ocasião, os Chefes de Estado e de Governo, representantes de toda a humanidade, vislumbravam um mundo livre da pobreza, da fome, da doença e da carência. Um mundo com acesso universal e equitativo à educação, à saúde e à proteção social, acrescentavam entre outras muitas bondades celestiais. O que aconteceu, perguntarão uns? Inconstância natural dos sonhadores, que parece nunca veem que no meio do caminho há sempre mais de uma pedra? Seria curioso se assim fosse, pois entre os que apoiaram a resolução “*Transformando o nosso mundo*” encontravam-se os que podem ser acusados de tudo menos de falta de pragmatismo. Cinismo, então? Não! Há os que de fato creem que repetir as mesmas coisas pode redundar em resultados diferentes.

Se as IDIs sempre estiveram aí, como dizem sisudos senhores de espessas sobrancelhas, apontando com o dedo para os inúmeros livros empoeirados em estantes muito altas para uma criança – então por que não as eliminar? Porque é impossível, o mundo é, e sempre foi, assim – é a resposta mais ouvida. Resposta pés no chão, pragmática e realista. Caso encerrado. É preciso seguir pela mesma via, repetir os mesmos erros e tomar a flecha do mercado como bússola. Não há como se perder. Não há que desesperar, ainda que no caminho surjam muitas IDIs fantasmagóricas que têm que ser ignoradas para poder avançar. Sempre em frente, ainda que alguém lá atrás advirta que já se passou por aí. Sempre em frente.

Frente ao pelotão de fuzilamento o acusado, de olhos vendados, dizia para si, sorrindo, *não há de ser nada, são balas de festim.*

O Artigo 7º do Acordo TRIPS tem o título “Objetivos”. Diz que a *proteção e a aplicação de normas de direitos de propriedade intelectual devem contribuir para a promoção da inovação tecnológica e para a transferência e difusão de tecnologia, em benefício mútuo de produtores e usuários de conhecimento tecnológico e de uma forma conducente ao bem-estar social e econômico (grifo nosso) e a um equilíbrio entre direitos e obrigações.*

Salta aos olhos, como as IDIs, a expressão *conducente ao bem-estar social e econômico*. Como situá-la frente à escassez de vacinas que se observa em toda parte? A escassez nada tem a ver com a condução ao bem-estar social e econômico, dirão. Não? Se todas as unidades com capacidade de produção de vacinas do mundo fossem habilitadas a produzi-las haveria escassez? Mais importante, não seria isso um modo de alcançar o bem-estar social que, como cantam as pedras, é condição *sine qua non* para a definição de saúde na Constituição da OMS, cumprindo assim um dos objetivos de TRIPS?

O mestre relojheiro arma seu olho com uma poderosa lupa e se debruça sobre a complicação, que não é surrealista, nem um cachimbo, mas o último relatório especial 301, produzido pelo Escritório da Representante dos EUA para o Comércio (USTR 2021 Especial 301 Report). O resumo executivo parece repetir as palavras da USTR naquela reunião convocada pela DG da OMC, no dia 14 de abril, em Genebra. Lê-se, com efeito que *esta Administração está comprometida com políticas comerciais que procurem salvar vidas nesta pandemia e assegurem preparo para a próxima*. Palavras animadoras, conducentes talvez àquela tão tênue obrigação de bem-estar social. Palavras introdutórias são, no entanto, vazias de intenções e só servem como anúncios de promessas guardadas às pressas no bolso.

Na Seção I – *Desenvolvimentos na proteção, aplicação e acessos relacionados a mercado de direitos de propriedade intelectual*, letra G *Propriedade intelectual e saúde* há uma estranha sensação de fraude. Lê-se que os EUA reconhecem o direito conferido pela Declaração de Doha sobre propriedade intelectual e saúde pública. Menos mal, dirão os incrédulos de domingo. Mas eis que em seguida, os EUA, ao admitirem a excepcionalidade da pandemia da Covid-19, apenas reiteram o que já está na arte da complicação do relojeiro de Genebra. Reconhecem o direito de seus parceiros comerciais a procederem a licenciamentos compulsórios, sempre que de forma consistente com as prescrições de TRIPS e da Declaração de Doha. Os que haviam depositado esperança, correm suas mãos para seus bolsos de segunda-feira, vazios e esquecidos. Não existe nada de novo de baixo do sol, com efeito.

As patentes são como matrioscas, aquelas bonecas russas uma dentro das outras, com a diferença que no caso das primeiras os subconjuntos de conjuntos podem ser muitos mais do que se pensa e muito mais complexa a relação entre eles. As flexibilidades de TRIPS permitem o licenciamento compulsório, mas este tem que ser específico a uma patente. Como os produtos, ou processos, patenteados são, como dizíamos, matrioscas complexas, o direito a licenciamento compulsório, como reconhecido pelo relatório do USTR, é muito complicado e pode ser muito demorado. Em tempo de emergência sanitária, o processo é acidentado. Em tempo de pandemia é o próprio acidente. É como se em um naufrágio, ao invés de oferecer salva-vidas se oferecessem instruções de como usá-los. Dizer aos países em desenvolvimento, que são os que mais precisam de vacinas contra a Covid-19 neste momento, que a saída é a submissão a TRIPS tem um não sei quê de René Magritte, que era pintor e era surrealista. TRIPS não é uma pintura, nem é uma saída. Pode ser que seja um cachimbo, mas não será o da paz.

O quadro de TRIPS, que não é de Magritte, é surrealista ao pretender sobrepor ao interesse público o direito privado, mesmo na pior calamidade sanitária da história recente. No mundo real, aquele em que as maçãs caem das macieiras, o surrealismo é o absurdo de tentar negar a responsabilidade do Estado na contenção da pandemia, que é uma pandemia e não cachimbo, bem como na proteção da população, que é um dever e não um relojeiro. Responsabilidade essa que está obstaculizada pelas inúmeras travas interpostas pelo direito privado.

Não é por outra razão que grupo de países liderados pela África do Sul e Índia solicitou ao Conselho de TRIPS a suspensão temporária de aspectos do Acordo TRIPS que estariam a impedir o acesso imediato ao espectro de produtos de saúde para a Covid-19, incluindo vacinas, todas elas, mesmo as que utilizam a plataforma de mRNA. Acesso imediato significa acesso direto sem passar pelas complexidades de licenciamentos compulsórios. A carta encaminhada ao Presidente Joe Biden por 175 ex-líderes e Prêmios Nobel, bem como a de 10 senadores Democratas com o mesmo propósito, revela o despertar da consciência de estarmos vivendo tempos excepcionais para os quais são necessárias medidas excepcionais. O tempo da pandemia não é o tempo dos inúmeros processos de licenciamentos compulsórios, um dentro dos outros como verdadeiras matrioscas.

É possível que para muitos países aquela suspensão de direitos de propriedade intelectual não produza efeitos práticos, por falta de capacidade tecnológica, por falta de investimentos em P&D, por falta de políticas de ciência e tecnologia, por falta de políticas em educação, por falta de políticas em inovação ou por falta de políticas em setores industriais estratégicos, como por exemplo o complexo industrial da saúde aqui no Brasil, ou, mais grave, por falta de visão de Estado.

Falta de visão, por sinal, é o que não falta, sobretudo nestes tempos pandêmicos. Tomam-se pensamentos acabados e prontos para situações novas, ao invés de explorar caminhos desconhecidos. Pensar sempre é um negócio perigoso. Caminhar com passos incertos, cheios de voltas, tentando colher aqui e ali pedaços de algo que talvez não deem em nada pode ser apavorante, sobretudo quando se tem presente a possibilidade de tropeçar em nada. Por isso é mais comum ater-se ao que trafega insuspeito como coisa de vizinho. Opiniões, mesmos as mais insólitas, crenças, mesmo as mais estapafúrdias, ideias, mesmo as comprovadamente erradas ou superadas – estão aí para serem tomadas como velhas conhecidas, a hora exata do relajeiro de Genebra e a sentença argumentativa do juiz, capaz de tudo inclusive de acertar na justiça.

Não se sabe bem por que, nesse contexto, prefere-se responder à pandemia com velhas fórmulas e velhas políticas, as mesmas que causaram todo o descalabro que se observa em qualquer quadrante. Sempre em frente, parece dizer o líder no meio do nevoeiro espesso. Isto não é um cachimbo, mas é surreal.

Resposta da OMS e OPAS à Saúde Global e a Diplomacia da Saúde

Luiz Augusto Galvão

A coletiva de imprensa de 30 de abril foi dedicada ao Brasil, com a participação do Ministro da saúde do Brasil e da direção da OPS. O diretor geral da OMS enfatizou que:

O Brasil registrou mais de 14 milhões de casos de COVID-19 e mais de 400 mil mortes e que existe uma redução de casos, internações e óbitos, mas nenhum país pode baixar a guarda.

Existe um trabalho de colaboração com o governo do Brasil para responder às necessidades urgentes de medicamentos e outros suprimentos, como diagnósticos, oxigênio e máscaras, e ajudamos a fornecer dezenas de milhões de dólares que se somaram a outras doações da Espanha, Portugal e empresas privadas.

O Brasil está ampliando a produção nacional de vacinas COVID-19 e se juntou à iniciativa da Organização Mundial do Comércio para aumentar a produção de vacinas por meio da transferência de tecnologia.

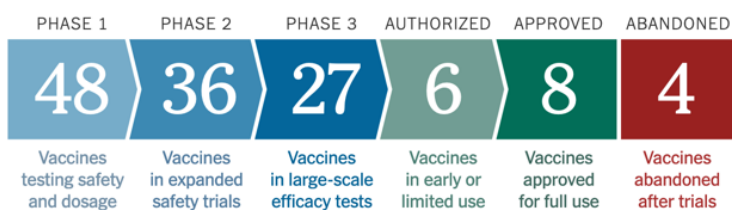
É muito importante que os trabalhadores da saúde continuem a adotar uma abordagem abrangente e coordenada para reduzir a transmissão através de medidas de saúde pública, como a vigilância, testes, rastreamento de contato, quarentena e medidas individuais, incluindo distanciamento físico, máscaras, higiene das mãos e ventilação.

A questão das vacinas e a sua distribuição continua a dominar muito da discussão global. Em 2020, os cientistas do setor público e privado entregaram vacinas seguras e eficazes em tempo recorde e sem dúvida esta será uma das mais importantes lições da Pandemia.

Os laboratórios e clínicas públicas e privadas testaram ou estão desenvolvendo ensaios clínicos em humanos e 27 chegaram ao estágio 3 de testes finais.

Coronavirus Vaccine Tracker

By Carl Zimmer, Jonathan Corum and Sui-Lee Wee Updated May 1, 2021

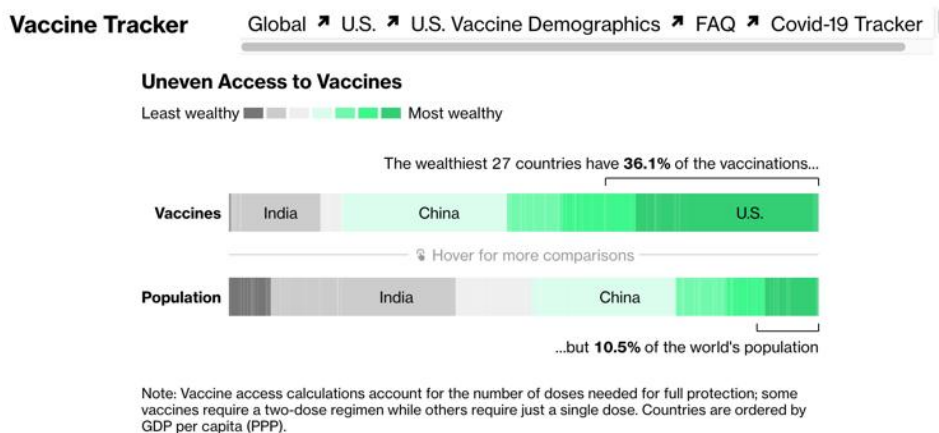


Fonte: NYTimes 3^{de} maio de 2021 disponível em

<https://www.nytimes.com/interactive/2020/science/coronavirus-vaccine-tracker.html>

A disponibilidade de vacinas desencadeou a maior campanha de vacinação da história da saúde pública. 1,16 bilhão de doses foram administradas em 174 países, de acordo com dados coletados pela Bloomberg. A última taxa foi de cerca de 21,1 milhões de doses por dia.

As doses administradas são suficientes para vacinar cerca de 8% da população global, mas os países de alta renda estão vacinando 25 vezes mais rápido do que outros e está



causando uma escassez de vacinas no mercado global.

Fonte: Rastreador de vacinas Bloomberg disponível em <https://www.bloomberg.com/graphics/covid-vaccine-tracker-global-distribution/>

As vacinas são um dos pilares da parceria do “Access to COVID-19 Tools Accelerator (ACT-Accelerator)” que foi estabelecida para acelerar o desenvolvimento, produção e acesso equitativo a testes, tratamentos e vacinas COVID-19. O ACT-Accelerator coordena a estratégia e o trabalho de vários parceiros globais de saúde sob quatro pilares: diagnóstico, terapêutica, vacinas (COVAX) e sistemas de saúde.

A COVAX, o “ pilar” das vacinas do ACT-Acelerador é o responsável pela equidade vacinal e busca entregar pelo menos 2 bilhões de doses em 2021, com especial interesse no acesso a vacinas para países de baixa renda.

Segundo a ONU¹, os 5 desafios da COVAX são:

1) Controles de exportação: o elo mais fraco?

Muitos países estão controlando a exportação de seringas, vacinas e outros suprimentos, levando a OMS a alertar contra o “nacionalismo vacinal”, o que causou um aumento de preços e deve dificultar o combate à pandemia.

2) Levar as vacinas até quem precisa não é fácil

Os países têm que estabelecer a infraestrutura necessária para receber, armazenar e entregar vacinas.

3) Um financiamento maior é necessário para ajudar a implementação da vacinação nos países mais pobres

Para fornecer vacinas aos seus 190 membros, a COVAX precisa de pelo menos US\$ 3,2 bilhões em 2021. O UNICEF estima que mais US\$ 2 bilhões são necessários para ajudar os 92 países mais pobres a pagar por itens essenciais, como frigoríficos, treinamento de profissionais de saúde, despesas com vacinadores e combustível para os caminhões de entrega refrigerados.

4) Países mais ricos devem compartilhar.

¹ ONU. 5 challenges facing the UN-backed COVAX program available at <https://www.un.org/en/delegate/5-challenges-facing-un-backed-covax-programme>

O COVAX está competindo com países que estão fazendo negócios diretos com empresas farmacêuticas, pressionando os [preços e o fornecimento de vacinas do COVID-19.

5) Hesitação vacinal: motivo contínuo de preocupação.

Uma boa notícia de hoje foi que a Suécia anunciou que compartilhará 1 milhão de doses de vacina com o COVAX. Se outros países seguirem este exemplo teremos o fortalecimento da resposta da comunidade global, podendo abreviar as pandemias, que agora é vista como um evento de saúde pública que poderá ser controlado, mas terá uma duração de vários anos.

A COVAX precisa urgentemente de 20 milhões de doses durante o segundo trimestre de 2021 para cobrir interrupções no fornecimento desencadeadas pelo aumento das demandas por vacinas na Índia, onde está o principal fornecedor do produto AstraZeneca.

Em relação à situação epidemiológica global, os casos novos de COVID-19 aumentaram pela nona semana consecutiva, com quase 5,7 milhões de casos novos notificados na última semana – superando os picos anteriores (Figura 1). O número de novas mortes aumentou pela sexta semana consecutiva, com mais de 87 mil novas mortes notificadas. Pela terceira semana consecutiva, a região do Sudeste Asiático registrou os maiores aumentos relativos a casos e óbitos (Tabela 1). A Índia é responsável pela grande maioria dos casos da tendência regional e 38% dos casos globais notificados na última semana. Todas as regiões, exceto o sudeste da Ásia e o Mediterrâneo Oriental, relataram declínios de novas mortes esta semana.

Figura 1. COVID-19 casos notificados semanalmente pela Região da OMS, e mortes globais, a partir de 25 de abril de 2021**

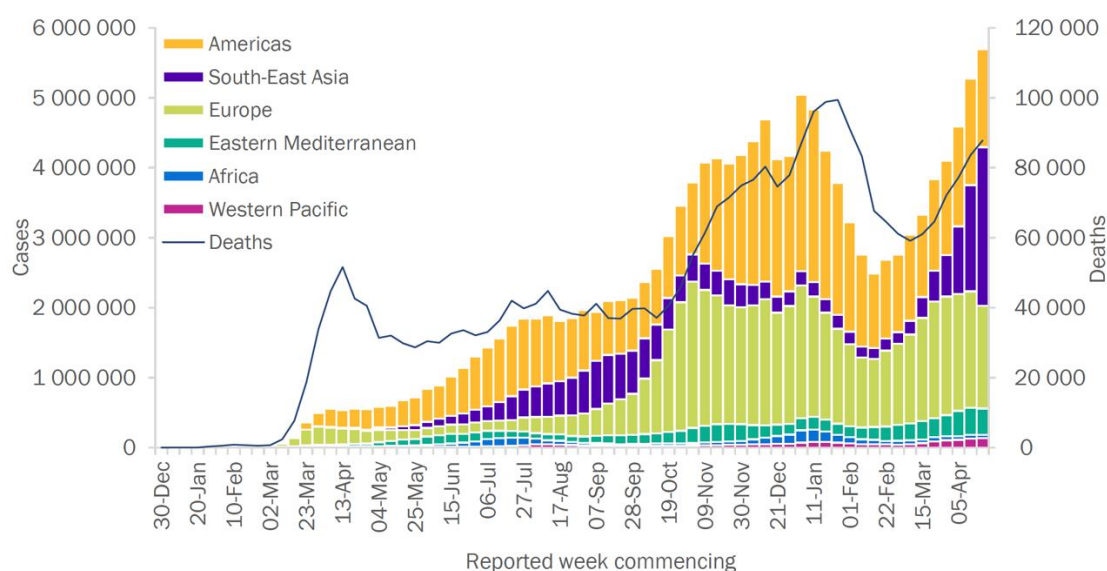


Tabela 1. Recém-notificados e acumulados COVID-19 casos e óbitos, pela Região da OMS, a partir de 25 de abril de 2021

WHO Region	New cases in last 7 days (%)	Change in new cases in last 7 days*	Cumulative cases (%)	New deaths in last 7 days (%)	Change in new deaths in last 7 days*	Cumulative deaths (%)
Americas	1 400 004 (25%)	-8%	60 951 004 (42%)	36 530 (42%)	-7%	1 481 266 (48%)
Europe	1 466 680 (26%)	-12%	50 714 995 (35%)	25 341 (29%)	-5%	1 061 218 (34%)
South-East Asia	2 269 114 (40%)	49%	19 965 648 (14%)	17 126 (19%)	81%	254 958 (8%)
Eastern Mediterranean	378 248 (7%)	-2%	8 822 942 (6%)	6 370 (7%)	17%	176 950 (6%)
Africa	49 453 (1%)	-9%	3 274 714 (2%)	1 155 (1%)	-1%	81 870 (3%)
Western Pacific	131 777 (2%)	3%	2 337 462 (2%)	1 304 (1%)	-10%	36 222 (1%)
Global	5 695 277 (100%)	8%	146 067 511 (100%)	87 826 (100%)	5%	3 092 497 (100%)

*Percent change in the number of newly confirmed cases/deaths in past seven days, compared to seven days prior

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPS)

A OPAS teve uma participação ativa na conferência de imprensa e vem sendo um parceiro fundamental para melhorar a vacinação no Brasil e nas Américas. O relatório reproduzido abaixo mostra o resumo da pandemia na região.



Total cases, deaths & CFR (%) among PAHO countries/territories with ≥ 100,000 cumulative cases.

Country/Territory	Cases	Deaths	CFR (%)
United States of America	32,047,478	571,302	1.8%
Brazil	14,725,975	406,437	2.8%
Argentina	2,993,865	64,096	2.1%
Colombia	2,877,746	74,215	2.6%
Mexico	2,347,780	217,168	9.2%
Peru	1,804,915	61,789	3.4%
Canada	1,227,035	24,261	2.0%
Chile	1,210,920	26,561	2.2%
Ecuador	387,299	18,740	4.8%
Panama	364,844	6,235	1.7%
Bolivia	306,527	13,009	4.2%
Paraguay	281,023	6,476	2.3%
Dominican Republic	267,455	3,493	1.3%
Costa Rica	250,991	3,231	1.3%
Guatemala	228,684	7,558	3.3%
Honduras	213,167	5,318	2.5%
Uruguay	200,908	2,669	1.3%
Venezuela	198,865	2,155	1.1%
Puerto Rico	132,578	2,313	1.7%
Cuba	108,693	664	0.6%

*Numbers may vary due to differences in reporting times.

Sobre as atividades no âmbito do Conselho de Direitos Humanos da ONU e Movimentos Sociais que atuam no âmbito da Saúde Global

Armando De Negri Filho

1. Extratos de interesse para Temas da Saúde e correlatos do Informe da Dra. Michelle Bachelet, Alta Comissária para os Direitos Humanos da ONU, na Cerimônia de Abertura do 46º Período de Sessões do Conselho de Direitos Humanos da ONU. 22.02.21

"As pessoas ao redor do mundo expressam claramente sua legítima demanda para desempenhar um papel na formulação de políticas. Proceder de acordo com essa demanda é a única maneira de construir a confiança pública, e também é a melhor maneira de liderar políticas que se baseiam nas realidades vividas e são melhor formuladas com feedback franco e constante. Eu chamo sua atenção para a Nota de Orientação das Nações Unidas sobre a Proteção e Promoção do Espaço Cívico*, que deixa claro por que a manutenção e a expansão das liberdades cívicas é essencial para os esforços das Nações Unidas em todos os pilares, incluindo desenvolvimento e paz. A COVID-19 demonstrou mais uma vez o quão urgente e vital este trabalho é para os Estados e instituições multilaterais.

Precisamente en estos tiempos de crisis la participación ciudadana sólida, la rendición de cuentas oficial mediante instituciones de control y la libertad de prensa resultan más necesarias que nunca para elaborar políticas que puedan sortear las perturbaciones con mayor eficacia.

Estou preocupado que as medidas tomadas por vários países europeus limitem o trabalho das organizações que protegem os direitos dos migrantes e lhes fornecem assistência vital. Entendemos que existem atualmente apenas quatro navios humanitários operacionais no Mediterrâneo Central, enquanto outros foram detidos ou impedidos de operar, o que levantou sérias preocupações sobre a segurança das pessoas em uma das rotas migratórias mais mortais do mundo. Meu Gabinete tem expressado repetidamente preocupação com essas medidas, bem como atos relacionados de intimidação, assédio, obstrução ou negação de acesso.

A sociedade civil e a vigilância independente são fundamentais para a saúde de todas as sociedades. Encorajo a União Europeia e os Estados-Membros a garantir o inverso dessa tendência de redução do espaço cívico e a estabelecer proteções adequadas, inclusive por meio do Pacto Europeu sobre Imigração e Asilo. A pandemia aguçou e mudou nossa visão do que é valioso na economia de cada país. A atenção à saúde, a assistência à criança e a proteção social são hoje considerados instrumentos essenciais e eficazes, que têm grandes benefícios no combate às dificuldades econômicas devastadoras. No entanto, muitos países da Ásia e do Pacífico dedicam menos de 2% do PIB à proteção social — em comparação com a média global de 11% — e grande parte da economia permanece informal. Eu encorajo a adoção de medidas em toda a região que alcancem sistemas de proteção social mais abrangente, mesmo para os migrantes, como componente básico dos planos de recuperação de forma saudável e sustentável. Em todo o Sudeste Asiático, o espaço cívico foi significativamente reduzido. A legislação restritiva das mídias sociais e as proibições de imprecisão sobre o que é chamado de "notícias falsas" têm sido usadas para silenciar as pessoas, incluindo profissionais de saúde e outros que relatam COVID em seus hospitais e bairros.

Na Índia, os protestos implacáveis de centenas de milhares de agricultores ressaltam a importância de garantir que as leis e políticas sejam baseadas em consultas significativas dos afetados. Conforta-me a notar, no que diz respeito à inclusão e à participação, a recente experiência do meu escritório em um programa piloto no estado de Kerala, no qual funcionários, organizações da sociedade civil e líderes comunitários têm utilizado tecnologia inovadora que garanta que as vozes dos marginalizados e dos pobres sejam ouvidas, e que suas necessidades na resposta à pandemia sejam atendidas.

Na China, foram feitos progressos significativos ao longo do último ano na redução da incidência da COVID 19 e seu grande impacto no gozo de uma ampla variedade de direitos humanos. Ao mesmo tempo, os direitos fundamentais e as liberdades cívicas continuam a ser restringidos em nome da segurança nacional e da resposta à COVID-19.

O impacto do COVID-19 tem sido reforçado em todas as Américas por sistemas de seguridade social pobres, discriminação de longo prazo e desigualdades estruturais", especialmente aqueles sofridos por afrodescendentes e povos indígenas, economias pouco diversificadas e um grande número de trabalhadores informais. Dados recentes indicam que uma grande crise socioeconômica e humanitária parece estar em jogo, com as taxas de pobreza chegando a 37% este ano na América Latina e no Caribe. No geral, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe estima que a região enfrenta uma "década perdida", após a maior contração do PIB na história da região.

Nos últimos anos, muitos países das Américas — incluindo Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Guatemala, Haiti, Honduras, México e Peru — têm observado mais movimentos de protesto social. A emergente crise socioeconômica e humanitária da pandemia implica uma intensificação desse descontentamento e pode desencadear uma nova onda de agitação social. No Brasil e em outros países da região amazônica e pantaneira, a menor aplicação das leis ambientais durante a pandemia levou a um aumento das atividades ilegais de mineração e derrubada de árvores, com consequências especialmente prejudiciais aos povos indígenas.

Em vários estados, controles fronteiriços cada vez mais rigorosos e o uso de forças de segurança para conter os migrantes estão aumentando os riscos para as pessoas em movimento. Nos Estados Unidos da América, saudamos as novas medidas gerais para enfrentar as desigualdades estruturais e o racismo sistêmico. Estes incluem medidas executivas para redirecionar políticas federais de habitação discriminatórias raciais, combater a xenofobia e reiterar compromissos com a soberania tribal e a consulta completa dos povos indígenas. Os direitos sociais e econômicos devem estar no centro da resposta para enfrentar adequadamente as desigualdades e injustiças sistêmicas.

No Haiti, altos níveis de insegurança e pobreza, bem como controvérsias sobre a data final do mandato do presidente, estão contribuindo para o aumento alarmante das tensões sociais. A proteção do espaço cívico e o direito de todos participar são direitos básicos: levam a outros efeitos que geram capacidade de recuperação, prosperidade e paz. Hoje, as pessoas em todas as regiões do mundo estão ficando para trás — e ainda mais para trás — à medida que a pandemia do coronavírus continua a ganhar impulso. Eles estão sendo excluídos, não apenas do desenvolvimento e das oportunidades, mas da participação em decisões que delineiam suas vidas e seus futuros. ”

2. Extratos de interesse do Informe sobre “Os efeitos da Pandemia de COVID-19 no disfrute dos direitos humanos em todo o Mundo”

Estão incluídas esferas de preocupação e boas práticas, apresentado pela Dra. Michele Bachelet, Alta Comissária para os Direitos Humanos da ONU, no 46º Período de Sessões do Conselho de Direitos Humanos da ONU, destacando as recomendações apresentadas. Fevereiro 2021.

[A/HRC/46/19 - S - A/HRC/46/19 -Desktop \(undocs.org\)](https://undocs.org/A/HRC/46/19-S-A/HRC/46/19-Desktop)

Muitos dos efeitos negativos da pandemia COVID-19 foram exacerbados pela falta de esforços para combater as causas estruturais pré-existentes de desigualdade, exclusão social e deficiências, bem como a incapacidade de muitos países, ricos e pobres, de atender às necessidades básicas de uma proporção significativa de suas populações. A atual crise multidimensional tem destacado os fortes laços que existiram, e que persistem até hoje, entre, por um lado, raça, etnia e status socioeconômico e, por outro, desfechos de saúde.

A perda de vidas e meios de subsistência, a interrupção da educação e dos serviços de saúde e o aumento da violência — particularmente contra mulheres e outras pessoas vulneráveis — minaram os direitos humanos e a dignidade de milhões de pessoas em todo o mundo. A atual crise global revelou as flagrantes disparidades entre a população no gozo dos direitos humanos, mas ao mesmo tempo representa uma oportunidade de mudança e progresso se a recuperação for usada para melhorar. A obtenção de várias vacinas em tempo recorde demonstrou um novo espírito de inovação. As submissões dos Estados-Membros também mostram evidências de novas ideias sobre boas práticas destinadas a mitigar o impacto da pandemia sobre os direitos humanos. Tais práticas são um sinal encorajador de que quando o mundo deixa para trás esse período traumático, ele pode ser capaz de aproveitar a recuperação para melhorar, tentando construir comunidades mais unidas e socialmente coesas.

Recomendações

A COVID-19 destacou algumas das deficiências mais importantes da sociedade, mas também representa uma oportunidade — se optarmos por tirar proveito dela — de construir um futuro mais sustentável, seguro e próspero. Nesse processo de construção, o primeiro passo deve ser a adoção de uma abordagem baseada em direitos humanos que coloque as pessoas no centro de todas as atividades de recuperação. A reconstrução para melhorar é o combate às desigualdades e à discriminação; garantir a participação de todos; estabelecer um novo contrato social e transformar economias; e criar respostas globais.

A. Combater as desigualdades e a discriminação: O combate às desigualdades e à discriminação é um desafio fundamental em nosso tempo, não apenas a resposta coletiva global à pandemia. Em suas respostas, os Estados devem reconhecer que pessoas marginalizadas são mais propensas a morrer de COVID-19 e são as mais afetadas pelas consequências socioeconômicas da pandemia. Com base nisso, os Estados devem tomar medidas específicas para atender às necessidades dessas pessoas durante e após a pandemia. Em particular, o Alto Comissariado recomenda aos Estados: a) Formular e implementar medidas direcionadas em planos de recuperação e resposta não apenas para incluir grupos vulneráveis e marginalizados e mitigar os efeitos imediatos da crise sobre eles, mas também para remover barreiras sistêmicas e estruturais à sua inclusão evidenciadas pela pandemia; b) Investir na coleta, análise e disseminação de dados desagregados para avaliar os efeitos da pandemia COVID-19 sobre diferentes grupos populacionais e identificar os padrões subjacentes de desigualdades estruturais e discriminação generalizada; c) Grupos-alvo que são particularmente arriscados e criam canais para envolvê-los nas discussões e receber suas

opiniões sobre medidas concretas; e avaliar periodicamente a eficácia das medidas tomadas para incluir grupos vulneráveis e marginalizados nas atividades de resposta e recuperação; d) Mitigar os efeitos desproporcionais da pandemia em mulheres e meninas, formulando respostas sensíveis ao gênero; e) Utilizar os recursos disponíveis para criar empresas mais inclusivas, por exemplo, por meio de processos de compras públicas.

B. Para garantir a livre circulação de informações e a participação segura, inclusiva e eficaz para "reconstruir para melhorar", é necessária uma sociedade civil dinâmica, e a livre circulação de informações, aliada à ampla participação dos atores da sociedade civil, pode ajudar a recuperação a responder às necessidades reais e que ninguém fique para trás. Limitar o acesso à informação, impor restrições, censurar ou penalizar a atividade jornalística mina a confiança nas medidas de saúde tomadas pelas autoridades. A sociedade civil é essencial para obter informações precisas sobre a situação e as necessidades no campo, para elaborar medidas de resposta que sejam inclusivas, promover a implementação das medidas tomadas pelas autoridades e buscar feedback sobre as medidas de recuperação e resposta. Por isso, o Alto Comissariado recomenda que os Estados: a) Criar canais eficazes para a participação da sociedade civil na formulação de políticas e tomadas de decisões em todos os níveis, envolvendo, em particular, organizações representativas de povos vulneráveis, povos indígenas, minorias e grupos marginalizados, e alavancar novas tecnologias para permitir processos inclusivos que ouçam as vozes da sociedade civil; (b) Proteger o espaço público para que jornalistas, ativistas, profissionais médicos e especialistas, incluindo cientistas, possam falar livremente sem medo de ações disciplinares ou retaliações; e garantir que haja procedimentos seguros no setor saúde para denúncias, essenciais para que os profissionais possam realizar seu trabalho sem medo de serem intimidados ou processados em retaliação; c) Capacitar as instituições nacionais de direitos humanos a lidar com o impacto da pandemia COVID-19, em pleno cumprimento dos Princípios de Paris, a levar em conta a expertise dessas instituições na legislação e formulação de políticas para enfrentar a pandemia e apoiar suas atividades em todos os momentos, inclusive durante os confinamentos; d) Integrar os direitos humanos no desenho, desenvolvimento e implementação de estratégias de tecnologia pandêmica, dadas as enormes implicações das tecnologias digitais para uma ampla gama de direitos, em particular o direito à privacidade; e) Garantir a participação plena, equitativa e significativa, representação e liderança das mulheres nos espaços políticos e na tomada de decisões sobre o COVID-19 nos níveis local, nacional e global, particularmente no que diz respeito à preparação, respostas imediatas e de longo prazo e recuperação pós-crise, alocação de fundos e prestação de assistência, assim como na mídia.

C. Criação de um novo contrato social e transformação das economias. O Secretário Geral defendeu a criação de um novo contrato social entre governos, população, sociedade civil, setor privado, instituições financeiras internacionais e outros exemplos fundamentais, a fim de garantir emprego, desenvolvimento sustentável, cobertura universal de saúde e proteção social, com base em direitos e oportunidades iguais para todos. As políticas macroeconômicas e setoriais necessárias para reconstruir as economias, bem como vidas e meios de subsistência, após a pandemia devem ser flexíveis e pragmáticas e guiadas em todos os momentos pelos direitos humanos.

Novas formas de tributação progressiva que maximizem o investimento em direitos econômicos e sociais, inclusive protegendo os gastos sociais durante recessões econômicas, serão essenciais; tomar medidas para combater a evasão e evasão fiscal; promover maior transparência das medidas orçamentárias com base no acesso pleno à informação; e incentivar

a participação efetiva de todas as partes interessadas relevantes nos processos de tomada de decisão.

Os níveis mínimos de proteção social são um elemento essencial na construção de maior resiliência a crises futuras e na garantia de uma recuperação mais eficaz. Os Estados devem ampliar a cobertura dos sistemas de proteção social, alcançando um melhor equilíbrio entre planos contributivos e não contributivos para cobrir populações atualmente excluídas. O direito de acesso a uma casa, moradia e condições sanitárias básicas são obrigações fundamentais que devem ser cumpridas imediatamente.

A criação de sistemas de saúde robustos e a implementação da cobertura universal de saúde são prioridades fundamentais. Para atingir esses objetivos, o Alto Comissariado recomenda que os Estados: (a) adotem um arcabouço legal e institucional que garanta todo o acesso aos serviços públicos de saúde, independentemente de sua condição legal, seu status em termos de migração ou cobertura de seguro e a natureza e o grau de sua incapacidade, se aplicável; b) Regular o preço dos medicamentos acessíveis e essenciais; c) Avaliar e remover proativamente barreiras que obstruem o acesso das pessoas aos cuidados médicos necessários; d) Aumentar o investimento em saúde mental, promover a conscientização dos múltiplos efeitos da pandemia na saúde mental, incluindo aqueles relacionados ao suicídio, à violência sexual e ao abuso de crianças e idosos, e fortalecer medidas para mitigá-los; e) Administrar as vacinas COVID-19 gratuitamente quando necessário, a fim de imunizar todos sem discriminação, e garantir total acessibilidade a toda a população. O novo contrato social também deve garantir melhor o acesso de todos à educação de alta qualidade. Para isso, o Alto Comissariado recomenda que os Estados: (a) recorram à educação a distância apenas em casos excepcionais e tomem medidas proativas para enfrentar as desigualdades decorrentes da educação a distância entre ricos e pobres; (b) Priorizar abordagens mais acessíveis ao ensino a distância, baseadas em tecnologias simples ou não tecnológicas, que garantam o acesso a todos, em especial, fornecendo medidas para fornecer formatos de aprendizagem acessíveis às pessoas com deficiência; c) Garantir que o conteúdo de alta qualidade adaptado aos contextos e idiomas locais seja coberto pela educação a distância e que a introdução de ferramentas de ensino a distância seja acompanhada de treinamento adequado para seu uso tanto para professores quanto para alunos; d) Apoiar professores e outros trabalhadores do setor educacional durante e após a crise atual, protegendo seu direito às condições adequadas de trabalho, de criar ou aderir aos sindicatos e de ser coberto por um sistema de seguridade social. À medida que as economias começam a reviver, novos investimentos precisarão estabelecer as bases para o desenvolvimento sustentável e a neutralidade de carbono e reorientar os Estados em direção a esses objetivos, em consonância com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e o Acordo de Paris, para garantir que as gerações atuais e futuras possam desfrutar de todos os direitos humanos. Em particular: a) Todas as políticas de recuperação do COVID-19 devem acelerar a transição para economias de emissão zero de forma a contribuir para a efetivação de todos os direitos humanos; b) As salvaguardas explícitas dos direitos humanos devem ser incorporadas a todas as leis e políticas relevantes para prevenir e sanar violações relacionadas a grandes projetos de infraestrutura, em especial nos setores de energia e atividades extrativas.

D. Crie respostas globais: a) Coordenar políticas econômicas, incluindo políticas monetárias, para garantir que a recuperação de um grupo de países não seja alcançada em detrimento de outro; b) Defender a blindagem de recursos para os gastos sociais e o apoio internacional por meio de empréstimos e subsídios, especialmente para os muitos países

menos desenvolvidos, os Estados insulares pequenos e os países de renda média mais afetados pela crise; c) Fortalecer a cooperação internacional para aumentar as medidas de redução da dívida e iniciativas de sustentabilidade para os países em desenvolvimento, em consonância com os compromissos relevantes da Agenda 2030 e do Programa de Ação de Adis Abeba; d) Considere as vacinas COVID-19 um bem público global, adote uma estratégia global bem coordenada para a produção e distribuição de vacinas e garanta o acesso a todas as pessoas de forma não discriminatória; e) Reavaliar urgentemente as sanções setoriais de cauda larga aplicadas nos países afetados pela pandemia da doença coronavírus, autorizar isenções humanitárias para a entrada de equipamentos e suprimentos médicos essenciais e, no caso de países sujeitos a sanções, fornecer informações transparentes, aceitar ofertas de assistência humanitária necessárias e tomar medidas para garantir que organizações nacionais e internacionais possam realizar seu trabalho humanitário sem travas. À medida que a comunidade global sair da pandemia, o quadro universal de direitos humanos, juntamente com a Agenda 2030 e o Acordo de Paris, fornecerá as diretrizes essenciais para uma recuperação reforçada, levando em conta principalmente a proteção de todas as pessoas e do planeta.”

3. Sobre a produção dos Procedimentos Especiais do Conselho de Direitos Humanos em torno à Pandemia e sobre os ODS

Os procedimentos especiais do Conselho de Direitos Humanos são compostos por especialistas independentes em direitos humanos com mandatos para relatar e aconselhar sobre direitos humanos sob uma perspectiva temática ou específica do país. Eles não são pagos e eleitos para mandatos de 3 anos que podem ser reconduzidos por mais três anos. A partir de setembro de 2020, são 44 mandatos temáticos e 11 países. https://www.ohchr.org/Documents/HRBodies/SP/VisualDirectoryFebruary2021_en.pdf

Com o apoio do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (OHCHR), os procedimentos especiais: realizam visitas aos países; atuam em casos individuais de violações relatadas e preocupações de natureza mais ampla, enviando comunicações aos Estados e outros; realizam estudos temáticos anuais, buscam informações de chamadas de entrada e convocam consultas especializadas; contribuem para o desenvolvimento de normas internacionais de direitos humanos e se engajam na advocacia, conscientizam a população e fornecem conselhos para a cooperação técnica.

https://www.ohchr.org/Documents/HRBodies/SP/SPs_and_COVID19_note.pdf

Em relação à Pandemia, foram produzidas 144 declarações de imprensa das quais 73 foram emitidas individualmente e 71 coletivamente, foram divulgadas abrangendo uma ampla gama de tópicos, incluindo: a gravidade da crise atual; uso excessivo da força; suspensão de garantias; consequências do estado de exceção; aumento da discriminação, crimes de ódio e incitação ao ódio; migração, asilo e tráfico de pessoas; cuidado, treinamento e orientação para os cuidadores; pobreza; interseccionalidade; impacto desproporcional da crise sobre as mulheres em muitas áreas interrelacionadas de suas vidas; requisitos para o uso arbitrário de medidas emergenciais; necessidade e significado de uma abordagem baseada em direitos humanos; conexões com ODS; princípios de não discriminação, participação, empoderamento, prestação de contas, não retrocesso; impacto das medidas que solicitam que as pessoas fiquem em casa; disponibilidade de equipamentos; violência doméstica contra as mulheres; acesso à justiça; acesso à informação; proteção dos jornalistas; direito à associação e reunião – assembleias no local de trabalho; direito à privacidade; ajuda financeira; estímulos financeiros

e medidas similares; empresas empresariais e indústria privada; sanções unilaterais; cultura em resposta ao COVID-19; acesso aos serviços de saúde reprodutiva; acesso a serviços para vítima de violência de gênero; mulheres e meninas; crianças; pessoas com deficiência; pessoas mais velhas; pessoas lésbicas, gays, bissexuais, trans e de gênero; pessoas de ascendência africana; vítimas de violência; migrantes, requerentes de asilo e pessoas traficadas; pessoas deslocadas internamente; pessoas que usam drogas; pessoas privadas de liberdade, políticas futuras; cooperação internacional; situações de direitos humanos no Camboja, República Centro-Africana, República Popular Democrática da Coreia, Eritreia, República Islâmica do Irã, Israel e o Território Palestino Ocupado, Mianmar. 372 comunicações² foram enviadas aos Estados Unidos e atores não estatais. 16 relatórios com foco em vários aspectos da pandemia foram apresentados ao Conselho de Direitos Humanos ou à Assembleia Geral e um estudo não oficial foi divulgado. Um questionário conjunto, elaborado por um grupo de 12 especialistas em procedimentos especiais, foi enviado para coletar informações sobre o impacto da pandemia sobre o gozo dos direitos humanos. Um apelo à apresentação de todas as informações relevantes sobre o aumento da violência de gênero contra a mulher e a violência doméstica no contexto do COVID-19 foi emitido pela Relatora Especial sobre violência contra a mulher. Vídeos informativos, um podcast, uma palestra e mídias sociais baseadas em redes sociais

https://www.ohchr.org/Documents/HRBodies/SP/SPs_and_COVID19_flyer.pdf

Flyer de atualização permanente.

<https://www.ohchr.org/EN/HRBodies/SP/Pages/COVID-19-and-Special-Procedures.aspx>

Informes e declarações dos SR e Mecanismos dos SP sobre COVID19 de março 2020 a 31/03/21

Informes sobre os ODS, destacamos aqui os de maior interesse imediato além do ODS 3 da Saúde e os ODS 1, 2, 3 e 10.

<https://www.ohchr.org/Documents/HRBodies/SP/SDG1.pdf>

<https://www.ohchr.org/Documents/HRBodies/SP/SDG2.pdf>

<https://www.ohchr.org/Documents/HRBodies/SP/SDG3.pdf>

<https://www.ohchr.org/Documents/HRBodies/SP/SDG10.pdf>

4. 38ª Sessão do Grupo de Trabalho Revisão Periódica Universal - UPR (3 - 14 de Maio de 2021)

14 países terão sua situação em termos de Direitos Humanos revisada por uma *troika* de outros membros do Conselho e os informes submetidos à aprovação do Plenário.

https://www.ohchr.org/Documents/HRBodies/UPR/Tips_21Sept2020.pdf Orientações para a sociedade civil dos países apresentarem seus relatórios sobre a situação nacional.

https://www.ohchr.org/Documents/HRBodies/UPR/UPR_Practical_Guidance_SP.pdf Guia prático para avaliação da condição dos direitos nos países.

https://www.ohchr.org/Documents/HRBodies/UPR/tips_members_parliament_SP.pdf Orientações para membros dos Parlamentos Nacionais.

5. OMS cria novo Conselho sobre Economia da Saúde para Todos

Em 13 de Novembro de 2020, a Organização Mundial da Saúde anunciou um novo Conselho sobre Economia da Saúde para Todos, com a equipe de economistas e especialistas em saúde, para colocar a "Saúde para Todos" no centro de como pensamos sobre a criação de valor e o crescimento econômico. "A pandemia COVID-19 demonstrou as consequências do sub-investimento crônico em saúde pública. Mas não precisamos apenas de mais investimentos; devemos também repensar como valorizamos a saúde", disse o diretor-geral da OMS, Dr. Tedros Adhanom Ghebreyesus, ao fazer o anúncio no último dia da retomada da 73ª Assembleia Mundial de Saúde na sexta-feira.

Presidido pela notável economista Mariana Mazzucato, professora da Área de Economia da Inovação e do Valor Público e Diretora Fundadora do Instituto de Inovação e Propósito Público da University College London, o Conselho terá como objetivo criar um conjunto de trabalhos que veja o investimento em sistemas de saúde locais e globais como um investimento no futuro, não como um custo de curto prazo. Projetar tais investimentos torna nossas economias mais saudáveis, inclusivas e sustentáveis.

[Global experts of new WHO Council on the Economics of Health For All announced | UCL Institute for Innovation and Public Purpose - UCL – University College London](#)

O papel do Conselho é fornecer conselhos independentes ao Diretor-Geral e à OMS sobre o enfrentamento dos desafios econômicos e de saúde interrelacionados e traçar um caminho a seguir que apoie comunidades e países para construir sociedades saudáveis. Para isso, o Conselho fornecerá recomendações para uma nova abordagem para moldar a economia que apoie a saúde para todos como meta global. Dr. Tedros, diretor-geral da OMS, disse:

"Estou muito satisfeito que a OMS esteja convocando esse grupo de especialistas globais como o Conselho de Economia da Saúde para Todos da OMS, que é presidido pela ilustre economista Professora Mariana Mazzucato. Estabeleci este Conselho justamente para reunir os principais especialistas em economia, política, desenvolvimento e saúde, e para se beneficiar de seus conhecimentos e habilidades. Exorto-os a aconselhar sobre um novo caminho a seguir que garanta que a saúde esteja no centro de todas as decisões governamentais e de investimento. Devemos valorizar e investir na saúde como nossa mercadoria mais importante".

Além da Professora Mariana Mazzucato, como Presidente, os membros inaugurais do conselho são o Professor Senait Fiesseha, professor Jayati Ghosh, Vanessa Huang, Professora Stephanie Kelton, Professora Ilona Kickbusch, Linah Kelebogile Mohohlo, Dra Zélia Maria Profeta (FIOCRUZ Minas Gerais), Kate Raworth, Dra Vera Songwe e Dame Marilyn Waring. Membros adicionais podem ser nomeados.

A Professora Mariana Mazzucato, diretora fundadora do Instituto de Inovação e Propósito Público da UCL, disse: "A pandemia COVID-19 mostrou, mais do que nunca, a grande falta de capacidade e alinhamento entre os setores essenciais da sociedade na forma como eles respondem aos desafios interligados de saúde e economia que as pessoas enfrentam em seu cotidiano. As capacidades governamentais para proteger a saúde pública e, por sua vez, salvaguardar e impulsionar as economias exigem estratégias interligadas, investimentos e compromisso político. A saúde para todos deve estar no centro das decisões governamentais de investimento e inovação – e deve ser regida com o bem comum em mente. O Conselho trabalhará para enfrentar esses muitos desafios e oferecer ao mundo um caminho a seguir."

O Conselho realizará sua reunião inaugural em 6 de maio, que iniciará um processo robusto e abrangente para reunir insights e desenvolver planos acionáveis e práticas prospectivas construídas sobre exemplos e lições do mundo real aprendidas com a Pandemia da COVID-19.

O Conselho da OMS visa reformular a saúde para todos, como um objetivo global, e garantir que as economias e as finanças nacionais e globais sejam estruturadas de tal forma a cumprir essa meta ambiciosa. Isso inclui conselhos sobre o que pode ser feito e ferramentas práticas em quatro áreas importantes: novas formas de medir e valorizar a saúde para todos, aumentar a capacidade do setor público de promover mudanças transformadoras e inovar para alcançar as metas de saúde da população e, para garantir que os sistemas financeiros invistam na criação da saúde. Isso requer uma transformação no financiamento da saúde, não como um custo, mas um investimento de longo prazo para uma "sociedade saudável", fundamentada na verdade fundamental de que a saúde e a economia são interdependentes.

6. Eventos da Sociedade Civil prévios à 74ª Assembleia Mundial da Saúde 2021. Organizados pelo G2H2 – Hub de Saúde Global de Movimentos Sociais com sede em Genebra.
<https://g2h2.org/posts/may2021-s/>

Perdido na pandemia? O pulso da saúde global no SARS-CoV-2.

Diálogos políticos frente à 74ª Assembleia Mundial da Saúde, de 10 a 13 de maio de 2021, organizado e patrocinado pelo Geneva Global Health Hub (G2H2). [Regístrese aqui](#)

Um ano após o surto do Covid-19, o mundo continua dominado pela pandemia. Como o espaço político: a aplicação de uma perspectiva "Covid-19" para as áreas mais importantes da saúde global apresenta oportunidades, a partir de um novo interesse em saúde e de uma visão sindêmica emergente da crise, bem como de um senso comum de urgência. No entanto, a fragmentação atual da governança em saúde também mostra riscos significativos de aprofundamento das desigualdades e perpetuação da exploração.

A gestão emergencial da pandemia, com suas falhas e contradições, nos coloca em risco de instrumentalização do Covid-19 para justificar ainda mais a agenda de segurança da saúde e acelerar a securitização da saúde pública. O foco exclusivo nas vacinas e no prolongado combate à doença diante de novas ondas e variantes virais já tiraram o debate de abordar as causas sistêmicas da doença: as falhas da governança nacional e global que priorizam a comercialização e a rentabilidade e revertem a prestação de serviços públicos de qualidade. A tríplice crise do Covid-19: social, econômica e sanitária não pode ser desvinculada dos motores patogênicos da globalização, com suas políticas insustentáveis e paradigmas de governança distorcidos.

Antes da 74ª Assembleia Mundial da Saúde, esta série de reuniões públicas tem como objetivo unir alguns elementos políticos fundamentais na Agenda da Assembleia Mundial de Saúde com perspectivas da sociedade civil sobre processos relacionados ao Covid-19 que requerem atenção, avaliação e ação específicas. Em geral, diagnosticaremos e discutiremos o estado da saúde pública global em tempos de pandemia e forneceremos um espaço para incentivar vozes que promovam mudanças substanciais.

Programa:

A proposta do Tratado contra Futuras Pandemias: Buscar a responsabilização após o desastre? Segunda-feira, 10 de maio de 2021, das 15:00 – 16:30 CEST.

Reivindicando uma abordagem digna e universal para a vacinação: As realidades contra o Covid-19 de pessoas em movimento Terça-feira, 11 de maio de 2021, 15:00-16.30 CEST.

Além do Controle e Poder Corporativo: Uma Digitalização Alternativa da Saúde Pública Quarta-feira, 12 de maio de 2021, 14:00-15:30 CEST.

Financiamento sustentável da OMS: Rumo ao lançamento da Organização Mundial da Saúde? Quinta-feira, 13 de maio de 2021, das 15:00-16.30 CEST.

7. Atuação da TWN - *Third World Network* em torno aos vários movimentos de disputa em torno à suspensão dos TRIPS e direitos de propriedade intelectual. <https://twn.my/>

https://twn.my/title2/intellectual_property/trips_waiver_proposal/CSOLetter_Dr.%20Ngozi.pdf

Carta dirigida à Dra. Ngozi, Diretora Geral da Organização Mundial do Comércio

As organizações da sociedade civil que assinam esta carta são encorajadas a contribuir para enfrentar os desafios globais da oferta inadequada e do acesso injusto aos produtos médicos COVID-19, especialmente vacinas. No entanto, gostaríamos também de expressar nossa preocupação com a ênfase nos acordos bilaterais controlados pela indústria como a principal abordagem para enfrentar as restrições globais de produção e a escassez de oferta. Notamos que alguns membros da OMC apresentaram WT/GC/230i. Embora o objetivo desta proposta possa ser bem-intencionado, a abordagem adotada também está centrada principalmente em acordos bilaterais controlados pelos detentores de direitos corporativos. A mesma estratégia já foi usada pela indústria farmacêutica no último ano, incluindo o acordo Oxford/Astrazeneca com o Instituto Serum da Índia. Há uma experiência considerável nas restrições que tais acordos colocam na produção local e no acesso mundial equitativo a produtos farmacêuticos que salvam vidas. Acordos bilaterais que foram assinados até agora contêm termos e condições restritivas que reforçam o controle vertical das empresas detentoras de tecnologia, limitam artificialmente a produção e o fornecimento para restringir as opções globais de fornecimento e são, em sua maioria não-transparentes com os governos e o conhecimento do público sobre os limites impostos. Por exemplo, a Astra Zeneca depende quase inteiramente de um fabricante na Índia, que licenciou, para o fornecimento de sua vacina para países de baixa e média renda, incluindo o COVAX Facility, e, conseqüentemente, bilhões de pessoas são agora principalmente dependentes do fornecimento de vacinas de uma empresa na Índia...

- https://twn.my/title2/intellectual_property/trips_waiver_proposal.htm
- Conjunto de manifestações em torno à renúncia de certas disposições do acordo TRIPS para facilitar a prevenção, contenção e tratamento da covid-19
- Em 2 de outubro, a Índia e a África do Sul fizeram uma apresentação conjunta [joint submission](#) (IP/C/W/669) à Organização Mundial do Comércio buscando uma renúncia de certas disposições do Acordo TRIPS (patentes, segredos comerciais, direitos autorais e projetos industriais) em relação à contenção, prevenção e tratamento do COVID-19. Esta proposta é agora co-patrocinada por 57 países em desenvolvimento, incluindo o Grupo África e o Grupo de Países Menos Desenvolvidos e recebeu apoio global da maioria dos outros países em desenvolvimento e da comunidade internacional. O Briefing Técnico

[Briefing do](#) Médecins Sans Frontières (MSF) bem como este [vídeo](#) fornece informações sobre a importância da renúncia das obrigações TRIPS. Abaixo está uma lista de intervenções dos co-patrocinadores, declarações e op-eds apoiando a proposta de renúncia e reportagens sobre a proposta.

- Intervenções de Co-patrocinadores da Proposta:
- [Informal TRIPS Council Meeting on 19 January 2021](#)
 - [TRIPS Council Meeting on 10 December 2020](#)
 - [Informal TRIPS Council Meeting on 3 December 2020](#)
 - [WTO-TRIPS Council on 16th October](#)
 - [Informal TRIPS Council Meeting on 20th November](#)
- Declarações/Cartas de organizações internacionais, sociedade civil, acadêmicos etc.:
- [Former Heads of State/Nobel Laureates Call on President Biden To Waive IP Rules for COVID Vaccines](#) (18 April)
- [Southern CSO Letter to Developed Countries](#) (16 February)
- [The International Trade Union Confederation \(ITUC\) - representing 200 million members of 332 affiliates in 163 countries and territories](#) (01 March)
- [United States Civil Society Organizations](#) (26 February)
- [Japanese Civil Society Organizations](#) (17 February)
- [UNI Global Union - representing more than 20 million workers from over 150 different countries](#) (16 February)
- [Korean Civil Society Organizations](#) (03 February)
- [Swiss Civil Society Organizations](#) (27 January)
- [Declaration from more than 100 European Parliament members calling on EC and Member States not to block TRIPS waiver](#)
- [Philippines CSO letter to German ambassador](#) (11 February)
- [Philippines CSO letter to EU ambassador](#) (08 February)
- [Waiver support letter from the HIV Legal Network to the Canadian government](#) (16 November)
- [Open Letter from 37 Members of the Scottish Parliament](#) (9 December)
- [Covid Vaccine Petition to WTO signed by more than 900 000 individuals](#) (9 December)
- [Senators from Pakistan, Colombia, the Philippines and Malaysia](#) (8 December)
- [Canadian Union Public Employees](#) (8 December)
- [The National Union of Public and General Employees, Canada](#) (4 December)

- [Jamaica Confederation of Trade Unions and Jamaica Association of Local Government Officers](#) (4 December)
- [Public Services International a Global Union Federation of more than 700 trade unions representing 30 million workers in 154 countries](#) (4 December)
- [IndustriALL Global Union - representing 50 million workers in 140 countries in the mining, energy and manufacturing sectors](#) (25 November)
- [100 UK parliamentarians urge UK government to support waiver](#) (23 November)
- [Canadian Centre for Policy Alternatives](#) (19 November)
- [Amnesty International](#)
- [Public Health Association Australia](#) (13 November)
- [African Commission of Human and Peoples' Rights](#) (13 November)
- [Global Development Policy Center's Working Group on Trade Treaties and Access to Medicines](#) (12 November)
- [Statement by UN Human Rights Experts](#) (9 November)
- [World Health Organization](#) (9 November)
- [World Health Organization](#) (17 October)
- [H.E. Archbishop Ivan Jurkovič, Permanent Observer of the Holy See](#) (16 October)
- [Chilean House of Representatives Resolution](#) (15 October)
- [More than 400 civil society organizations](#) (15 October)
- [Brazilian civil society organizations](#) (15 October)
- https://www.uaem.org/carta_da_sociedade_brasileira
- [Joint United Nations Programme on HIV/AIDS \(UNAIDS\)](#) (15 October)
- [Progressive International](#) (14 October)
- [UNITAID](#) (13 October)
- [Drugs for Neglected Diseases initiative](#) (12 October)
- [South Africa-Affiliated Academics, Researchers and Teachers Letter to President Ramaphosa](#) (12 October)
- [South Centre](#) (7 October)
- [Médecins Sans Frontières](#) (7 October)
- [Opinion Pieces](#)
- [COVID-19: Addressing pandemic-induced global medical supply issues](#) (10 December)
- [Why Covid-19 vaccines should be a global public good and not be hoarded by rich](#)

- [countries](#) (10 December)
- [Australia urged to support proposal to waive intellectual property rights for COVID-19 medical products](#) (8 December)
 - [Want Vaccines Fast? Suspend Intellectual Property Rights](#) (7 December)
 - [Canada's opposition to a WTO proposal hurts developing countries' pandemic fight](#) (5 December)
 - [TRIPS agreement: A waiver makes the COVID-19 vaccine more accessible](#) (25 November)
 - [COVID-19: The world needs to back India and South Africa's call to remove TRIPS hurdles](#) (16 November)
 - [Waiving Intellectual Property Rules Key to Beating Covid-19](#) (16 November)
 - [The Covid vaccine will benefit humanity – we should all own the patent](#) (12 November)
 - [COVID-19 drug and vaccine patents are putting profit before people](#) (5 November)
 - [How the World Trade Organization could facilitate access to COVID-19 health technologies?](#) (2 November)
 - [Corporate Charity – Is The Gates Foundation Addressing Or Reinforcing Systemic Problems Raised By COVID-19?](#) (31 October)
 - [Rights, Transparency Central for Covid-19 Vaccines](#) (29 October)
 - [Simon Lester from Cato Institute "Who Will Get the Coronavirus Vaccines and When?": Waiving TRIPS Rules To Fight COVID-19](#) (17 October)
 - [We can't let the WTO get in the way of a 'people's vaccine'](#) (15 October)
 - [The Indian/South African Proposal For a WTO Waiver On IP For COVID-19 Related Health Products – What It Means?](#) (14 October)
 - [Avoiding patents for Covid-19 vaccines](#) (12 October)
 - [Submissions to WTO Concerning Waiver Proposal](#)
 - [Questions by proponents raised on the waiver proposal IP/C/W/669 in the TRIPS Council meetings on 3 and 10 December 2020 \(IP/C/W/674\)](#)
 - [Response to Questions On Intellectual -Property Challenges Experienced By Members In Relation to COVID-19 In Document IP/C/W/671 \(IP/C/W/673\)](#)
 - [Responses to questions raised on the waiver proposal in the TRIPS Council meetings on 16 October, 20 November, 3 and 10 December 2020 \(IP/C/W/672\)](#)
 - [Questions on Intellectual Property Challenges Experience By Members In Relation to COVID-19 \(IP/C/W/671\)](#)
 - [Examples of IP issues and barriers in COVID-19 pandemic \(IP/C/W/670\)](#)
 - [Waiver From Certain Provisions of the TRIPS Agreement For the Prevention,](#)

[Containment and Treatment of COVID-19 \(IP/C/W/669\)](#)

- [Resource Materials](#)
- [WTO COVID-19 TRIPS waiver proposal: Myths, realities and an opportunity for governments to protect access to lifesaving medical tools in a pandemic](#), Médecins Sans Frontières Access Campaign
- https://twm.my/title2/briefing_papers/twn/Resource%20Mobilization%20TWNBP%20Feb2021%20Dempsey%20et%20al.%20Spa.pdf

8. Diálogo de Alto Nível discutirá a proposta de renúncia de TRIPS. 04 de Maio de 2021.

No início da pandemia, muitas promessas de "bem público global" e "solidariedade internacional" foram feitas. No entanto, um ano depois, há uma grande disparidade no acesso aos produtos médicos COVID-19 entre os países de alta renda e os países de baixa renda. Os países de alta renda estão vacinando cerca de 25 vezes mais rápido do que aqueles com menor renda. O atual sistema de produção e fornecimento é construído sobre monopólios e controle sobre tecnologia e conhecimento, e está falhando em mobilizar a capacidade de produção global. A pandemia COVID-19 é uma crise sem precedentes e as abordagens baseadas no mercado não foram bem sucedidas em responder efetivamente à pandemia, incluindo garantir acesso equitativo e acessível a vacinas, diagnósticos e terapêuticas.

O Diálogo de Alto Nível discutirá a proposta de renúncia de TRIPS co-patrocinada por 60 membros da Organização Mundial do Comércio (OMC), suas motivações, status das discussões na OMC e dissecará a oposição que a proposta enfrenta por parte de um punhado de países desenvolvidos. (veja o [Poster for the High Level Dialogue](#))

Moderadora: Priti Patnaik, editora fundadora dos Arquivos de Saúde de Genebra.

Painelistas: Ruth Dreifuss, Ex-presidente da Suíça, Presidente da Comissão de Direitos de Propriedade Intelectual da OMS, Inovação e Saúde Pública (CIPIH) e co-presidente do Painel de Alto Nível sobre Acesso a Medicamentos da UNSG; Jan Schakowsky, Congressista do 9º Distrito de Illinois, Estados Unidos; Kathleen Van Brempt, membro belga do Parlamento Europeu para Vooruit e coordenadora comercial da Aliança Progressista de Socialistas e Democratas (S&D) no Parlamento Europeu; Kátia Regina de Abreu, Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, Brasil e ex-ministra da Agricultura; Xolelwa Mlumbi-Peter, Embaixador e Representante Permanente na OMC, África do Sul; Brajendra Navnit, Embaixadora e Representante Permanente na OMC, Índia; Sara Nelson, Presidente Internacional, Associação de Comissários de Bordo-CWA, AFL-CIO.

O Diálogo de Alto Nível acontecerá em 4 de maio de 2021 das 15h30 às 16h45 CEST. Para participar registre-se antecipadamente em:

https://us02web.zoom.us/webinar/register/WN_AtBSEHw5QbKeDyixU9hJeg

9. Sobre a Aliança Popular pelas Vacinas <https://peoplesvaccine.org/>

A Aliança Popular pelas Vacinas é uma coalizão de organizações, incluindo a Acción Internacional para la Salud, ActionAid, African Alliance, Anistia Internacional, Avaaz, BMS World Mission, Brot für die Welt (Pão para o Mundo), CAFOD, Christian Aid, Club de Madrid, Corresponsales Clave, EMERGÊNCIA, Combat Inequality Alliance, Free the Vaccine for Covid-19, Frontline AIDS, Fundación IFARMA, Global Justice Now, Health GAP, HelpAge International,

Humana People to People , Confederação Sindical Internacional (ITUC), Coalizão de Preparação para o Tratamento Internacional, Just Treatment, Knowledge Ecology International, Medact, Nizami Ganjavi International Center, No Profit on Pandemic, Open Society Foundations, Oxfam, Partners in Health, PrEP4All, Public Citizen, Public Services Public Services International, Salud Por Derecho, Section 27, STOPAIDS, SumOfUs, Tearfund, UNAIDS, Universities Allied for Essential Medicines, War Child Holland, Wemos, e Yunus Centre.

Diretrizes da Aliança: Certificar-se de que a vacina seja comprada a preços de custo reais e fornecida gratuitamente às pessoas. Prevenir monopólios na produção de vacinas e tratamentos, tornando o financiamento público para pesquisa e desenvolvimento condicionado a instituições de pesquisa e empresas farmacêuticas que compartilham livremente todas as informações, dados, material biológico, know-how e propriedade intelectual. Certifique-se de que a vacina seja vendida a preços acessíveis: Os preços devem ser transparentes e baseados no custo de pesquisa, desenvolvimento e fabricação, bem como levar em conta qualquer financiamento público fornecido. Implementar a alocação justa da vacina que prioriza os profissionais de saúde e outros grupos de risco em todos os países. A distribuição entre os países deve ser baseada no tamanho de sua população. Os programas de vacinação no país devem incluir grupos marginalizados, incluindo refugiados, prisioneiros e pessoas que vivem em favelas e outras condições de moradia lotadas. A alocação entre e dentro dos países deve ser baseada na necessidade e não na capacidade de pagamento. Garantir a participação plena dos governos nos países em desenvolvimento, bem como da sociedade civil do Norte e do Sul nos fóruns de tomada de decisões sobre as vacinas (e outras tecnologias para COVID-19) e garantir transparência e responsabilização em todas as decisões.

10. Physicians for Human Rights / Médicos pelos Direitos Humanos – organização sediada nos EUA.

<https://phr.org/our-work/resources/how-to-ensure-vaccine-passports-do-not-magnify-inequities/>

Como representantes de uma organização comprometida com os direitos humanos – incluindo o direito universal à saúde – e a promoção de estratégias de saúde pública orientadas pela ciência, acreditamos que as respostas a essas questões complexas dependem das circunstâncias subjacentes em que os "certificados" ou "passaportes" da vacina são concebidos e implementados. Os tomadores de decisão devem considerar uma série de princípios na implantação de qualquer sistema de prova de vacinação, começando pela equidade.

Se você os chamar de passaportes, certificados ou outra coisa, uma coisa é certa sobre os sistemas de prova de vacinação: se a vacina não está chegando às comunidades de forma equitativa, exigir a comprovação da vacinação não pode ser feita de forma justa. Em abril, 83% das vacinas em todo o mundo haviam sido administradas em países de alta e alta renda, em comparação com apenas 0,1% em países de baixa renda. Enquanto a distribuição global de vacinas for tão dramaticamente distorcida em relação aos países ricos, os requisitos de certificados de vacinas para viagens internacionais e comércio serão injustos. A maior disponibilidade global de vacinas, como defendido pela Aliança Popular de Vacinas People's, é um imperativo ético e de saúde pública. O acesso equitativo às vacinas também estabeleceria as bases para sistemas de certificação de vacinas mais equitativos.

As disparidades, infelizmente, também abundam dentro dos países. Tomemos como exemplo os Estados Unidos, onde as pessoas negras e latinas continuam a ter taxas de

vacinação mais baixas em relação ao seu tamanho populacional, uma afronta piorada pela carga desproporcional do COVID-19 que essas comunidades têm suportado. Como é o caso no contexto global, alcançar maior equidade no país e local na distribuição de vacinas ajudaria a construir uma base mais forte para desenvolver mecanismos justos e respeitadores de passaportes de vacinas.

Avaliação sobre os 100 dias da Administração Biden: <https://phr.org/our-work/resources/our-scorecard-on-bidens-first-100-days/>

Pontos considerados não garantidos pela Administração Biden em seus primeiros 100 dias: eliminar a detenção de crianças e famílias e aumentar as alternativas comunitárias à detenção; restaurar os serviços para solicitação de asilo nas fronteiras norte americanas; fortalecer a proteção dos trabalhadores da saúde em seus locais de trabalho, em particular contra os disseminadores de rumores e falsas notícias; banir armas perigosas utilizadas no controle de multidões.

G77, MNA e cooperação Sul-Sul na Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Regina Ungerer

Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)

Em 1965, as Nações Unidas estabeleceram uma agenda para incentivar o desenvolvimento, resultando na criação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Em 1974, a Assembleia Geral das Nações Unidas (UNGA) aprovou a criação de uma unidade especial dentro do PNUD para promover a cooperação técnica entre países em desenvolvimento. Em 1978, com o Plano de Ação de Buenos Aires (BAPA) foi possível estabelecer a Unidade Especial das Nações Unidas para a cooperação Sul-Sul. Em 2012, essa unidade foi elevada à categoria de Escritório das Nações Unidas para Cooperação Sul-Sul (UNOSSC).

O UNOSSC oferece um fórum para os Diretores-Gerais das agências de cooperação técnica dos governos nacionais do Sul e do Norte, bem como para outros parceiros e facilita a troca de experiências na resposta aos desafios de políticas, estratégias e arranjos de financiamento para a cooperação Sul-Sul e triangular.

De acordo com o UNOSSC, a cooperação Sul-Sul pode ser definida como uma troca de conhecimentos e recursos político, econômico, social, cultural, ambiental ou técnico entre países em desenvolvimento. Pode ocorrer em uma base bilateral, regional, sub-regional ou inter-regional e pode envolver dois ou mais países em desenvolvimento.

A cooperação triangular, por sua vez, envolve dois ou mais países em desenvolvimento em colaboração com um terceiro, normalmente um governo de país desenvolvido ou uma organização multilateral, contribuindo para os intercâmbios com seus próprios conhecimentos e recursos.

A cooperação Sul-Sul e a cooperação triangular tornaram-se amplamente reconhecidas por seus benefícios estratégicos no compartilhamento de conhecimento.

Destaques do UNOSSC

1) UNOSSC em ação em resposta à pandemia COVID-19

Desde o início da pandemia do COVID-19, o Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC) tem estado ativo e prestado assistência a seus parceiros. No espírito de solidariedade e cooperação, o UNOSSC em ambos os níveis global e regional, tem avaliado ativamente as necessidades do Sul Global, facilitando conexões, compartilhando conhecimentos e melhores práticas, adquirindo informações de fornecedores de equipamentos de proteção individual médica (EPI) por meio de redes de parceiros, e exercendo forte solidariedade internacional e apoio entre governos e pessoas enquanto todos respondem conjuntamente à pandemia.

Apoiando a Solidariedade Sul-Sul entre as cidades

Reconhecendo o poder da solidariedade cidade-a-cidade, desde o início da crise do COVID-19, o UNOSSC gerenciou a Cooperação Sul-Sul e Triangular entre as cidades do Projeto Cidades da Rota da Seda Marítimo-Continental para o Desenvolvimento Sustentável (Projeto

Cidades) e tem se engajado ativamente na colaboração de projetos em todo o Sul global. As iniciativas visam aumentar a cooperação entre as cidades do Sul, melhorando o compartilhamento de conhecimento, facilitando a doação de suprimentos e estimulando esforços colaborativos para combater a pandemia. Para saber mais sobre o Projeto Cidades (<https://www.southsouth-galaxy.org/category/cities-project-covid-19-response/>).

2) South-South Galaxy

South-South Galaxy é uma plataforma global de compartilhamento de conhecimento e de parcerias, apoiada pelo UNOSSC, agências da ONU e parceiros para o desenvolvimento. Atua como uma plataforma de soluções Sul-Sul consolidada para parceiros do Sul e o sistema da ONU, e atua como um balcão único para todos os parceiros utilizarem.

O South-South Galaxy conecta todas as plataformas existentes de compartilhamento de conhecimento Sul-Sul, tornando mais fácil para os parceiros do Sul acessar, navegar e usar. Isso permite que os usuários acessem uma ampla gama de iniciativas de conhecimento, soluções, pesquisa, parceiros e desenvolvimento de capacidade.

Com esta plataforma, os parceiros do Sul serão capazes de publicar suas soluções e necessidades de desenvolvimento, trocar conhecimento, promover parcerias, acessar pesquisas de ponta, apresentar e se envolver em iniciativas de capacitação e conectar o sistema das Nações Unidas com os parceiros Sul-Sul.

O South-South Galaxy também conectará os parceiros do Sul com mecanismos de financiamento e, o mais importante, contribuirá com serviços de consultoria, conectando os parceiros do Sul com especialistas temáticos de agências da ONU para fornecer apoio à implementação, quando solicitado.

3) Entre os dias 1 e 4 de junho de 2021 será realizada a 20ª Sessão do Comitê de Alto Nível de Cooperação Sul-Sul

Esta reunião irá analisar o progresso feito na implementação do Plano de Ação de Buenos Aires (BAPA), a estratégia de novos rumos para a cooperação Sul-Sul, o documento final da Conferência de Alto Nível das Nações Unidas sobre Cooperação Sul-Sul de Nairobi e o documento final da 2ª Conferência de Alto Nível das Nações Unidas sobre Cooperação Sul-Sul realizada em Buenos Aires (BAPA + 40). No dia 11 de maio de 2021, haverá uma reunião preparatória para esta 20ª Sessão do Comitê de Alto Nível de Cooperação Sul-Sul.

Os delegados, neste primeiro encontro do Comitê de Alto Nível pós BAPA + 40, também irão considerar as ações de acompanhamento (*follow up*) das sessões anteriores do Comitê de Alto Nível sobre Cooperação Sul-Sul, destacando a 19ª sessão, realizada em 2016.

As deliberações também enfocarão as ações decorrentes do Relatório do Secretário-Geral durante 19ª sessão (SSC/19/2), que continha uma proposta abrangente sobre formas concretas de melhorar o papel e o impacto do Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul, bem como as principais medidas tomadas para melhorar a coordenação de apoio das Nações Unidas à cooperação Sul-Sul.

A pedido do Secretário-Geral, o UNOSSC coordenou a preparação da estratégia Sul-Sul para todo o sistema das Nações Unidas sobre cooperação Sul-Sul e triangular para o desenvolvimento sustentável, com o envolvimento do Mecanismo Interinstitucional das Nações Unidas para Cooperação Sul-Sul e triangular e outras partes interessadas. Conforme

solicitado pelo resultado do BAPA + 40 (A/RES/73/291, parágrafo 27 (f)), os Estados Membros serão informados sobre a Estratégia durante a 20ª Sessão do Comitê de Alto Nível.

No dia 11 de maio de 2021, haverá uma reunião organizacional que precederá a vigésima sessão do Comitê de Alto Nível de Cooperação Sul-Sul.

Grupo do G77

O Grupo dos 77 (G77) foi criado em 15 de junho de 1964 por setenta e sete países em desenvolvimento. Atualmente o G77 é composto de 134 países, mas manteve o nome original devido ao seu significado histórico. O Grupo dos 77 é a maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento dentro das Nações Unidas.

Sua missão é permitir que os países do Sul Global se articulem e promovam seus interesses econômicos coletivos e assim aumentem sua capacidade internacional de negociação conjunta dentro do sistema das Nações Unidas.

O G77 se tornou o interlocutor do Sul em todos os fóruns relevantes da ONU e seus associados. É importante ressaltar que a China normalmente endossa as posições do grupo, de modo que as decisões geralmente são emitidas em nome do G77 + China.

A República da Guiné assumiu a presidência do G77 em janeiro de 2021, por um período de um ano.

Últimas declarações do G-77 e China

Entre os dias 07 e 22 de abril de 2021, o G-77 e a China participaram e se manifestaram em 4 sessões da Assembleia Geral das Nações Unidas.

7 de abril de 2021

Declaração feita por Sua Excelência o Embaixador Boubacar Diallo, coordenador da missão permanente da República da Guiné junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China sobre as consultas informais sobre a Declaração Ministerial do Fórum Político de Alto Nível 2021 (HLPF) para o Desenvolvimento Sustentável, sob os auspícios da ECOSOC

Após revisão do projeto apresentado, o G77 e a China consideram que este é uma boa base para iniciar as discussões sobre a Declaração Ministerial de 2021. Foi com satisfação que constataram a inclusão de vários temas prioritários para o G77 e a China. Aproveitaram a oportunidade para oferecer suas perspectivas sobre a minuta e reiterar alguns elementos que acreditam também devem ser levados em consideração para a preparação da minuta zero, ou primeira minuta para o HLPF.

Vale lembrar que o Fórum Político de Alto Nível 2021 (HLPF) para o Desenvolvimento Sustentável, é a plataforma central da ONU para o acompanhamento e revisão da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e seus 17 ODS.

A reunião do HLPF 2021 será realizada de terça-feira, 6 de julho, a quinta-feira, 15 de julho de 2021, sob os auspícios do Conselho Econômico e Social (ECOSOC). Incluindo a reunião ministerial de três dias do fórum, de terça-feira, 13 de julho a quinta-feira, 15 de julho de 2021, como parte do segmento de alto nível do Conselho.

Destaques oferecidos pelo G77 e a China para serem incluídos na primeira minuta:

- A promoção do desenvolvimento sustentável nas suas três dimensões de forma equilibrada e integrada.

- A relevância das agendas e instrumentos adotados, como a Agenda de Ação de Addis Abeba, o Quadro de Sendai para Redução do Risco de Desastres, entre outros.

- A oposição ao unilateralismo e ao protecionismo, incluindo quaisquer medidas unilaterais econômicas, financeiras ou comerciais que não estejam em conformidade com o direito internacional e a Carta das Nações Unidas.

- Os impactos multidimensionais da pandemia Covid-19, especialmente nos países em desenvolvimento.

- A reafirmação do princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas.

- A necessidade de respeitar a integridade territorial e a independência política dos Estados.

- O reconhecimento dos desafios e necessidades especiais enfrentados por todos os países em desenvolvimento, especialmente países em situações especiais, em particular, países africanos, países menos desenvolvidos, países em desenvolvimento sem litoral e pequenos, Estados insulares em desenvolvimento, bem como desafios específicos enfrentados por muitos países de renda média, países em conflito e pós-conflito e países e povos que vivem sob ocupação estrangeira.

O G77 e a China gostariam de destacar o impacto da pandemia na implementação da Agenda 2030 e enfatizam a importância de tratar a vacinação COVID-19 como um bem público global, garantindo acesso acessível, equitativo e justo para todos. Deve-se incentivar a criação de parcerias robustas com o setor privado e organizações internacionais, incluindo a OMS, para aumentar a produção, distribuição, desenvolvimento, fabricação, aquisição, armazenamento, transporte e distribuição justa de vacinas contra o COVID-19 em todo o mundo, especialmente nos países em desenvolvimento. Deve-se também garantir a estabilidade das cadeias de abastecimento globais e o fluxo de comércio desimpedido.

Embora o G77 e a China reconheçam as interligações entre os ODS, o Grupo não está convencido de que seja apropriado discutir questões transversais, conforme sugerido na terceira seção da Declaração Ministerial, dos Co-facilitadores, porque acredita-se que desta forma, haveria a priorização de alguns ODS em detrimento de outros e criar desequilíbrio entre 17 ODS. Em vez disso, sugere-se a discussão dos ODS que não serão revisados este ano, em uma nova seção e de maneira simplificada e concisa.

No que se refere às recomendações na seção sobre ações aceleradas, o G77 e a China gostariam de incluir uma referência à importância de apoiar a investigação e desenvolvimento de vacinas e medicamentos, bem como medidas preventivas e tratamentos para as doenças transmissíveis e não transmissíveis, em particular aqueles que impactam desproporcionalmente os países em desenvolvimento, conforme acordado na Agenda de Ação de Adis Abeba.

16 de abril de 2021

Declaração feita por Sua Excelência Dr Ibrahim Kalil Kaba, Ministro de Relações Exteriores (Ministro de Negócios Estrangeiros) e Guineenses no exterior da República da Guiné em nome do G-77 e da China na reunião especial do ECOSOC sobre uma vacina para todos

Considera-se que a pandemia do COVID-19 continua a causar danos severos no mundo, expondo vulnerabilidades nos sistemas sociais, de infraestrutura e de governança. Observa-se com preocupação que isso exacerbou ainda mais as dificuldades existentes e amorteceu muitos ganhos alcançados, como os impactos das crises financeiras e econômicas globais, contínua falta de recursos e enfraquecimento da maioria do mundo em desenvolvimento, continuidade do comércio desigual e falta de cooperação de países desenvolvidos, em prol de uma ordem mundial justa e equitativa.

O G77 e a China insistem que as vacinas para o COVID-19 sejam tratadas como um bem público global com vistas a facilitar um acesso justo e oportuno para todos, a fim de superar a pandemia mundial e recuperar o impulso para o desenvolvimento sustentável, sendo a COVAX o mecanismo adequado para garantir isto.

O G77 e a China apelam para que haja maior compartilhamento de informação e tecnologia para a detecção, prevenção, tratamento e controle da pandemia e reconhecem as iniciativas neste sentido, como por exemplo, o acesso equitativo às ferramentas aceleradoras do COVID-19 (COVID-19 Tools Accelerator - ACT-A), Declaração dos amigos da COVAX (Friends of the COVAX Facility), a reserva de acesso à tecnologia COVID-19 (COVID-19 Technology Access Pool (C-TAP) e recursos de doação relevantes.

O G77 e a China reafirmam seus compromissos assumidos através de seus Ministros das Relações Exteriores do G77 e da China em sua Declaração Ministerial adotada em 12 de novembro de 2020 e a Declaração Política sobre Acesso Global Equitativo às Vacinas COVID-19, apoiada por 181 Estados membros.

O G77 e a China ressaltam a importância da preparação para vacinas e o importante papel dos sistemas de saúde resilientes na luta contra a COVID-19, e solicita-se mais apoio e acesso a financiamentos concessionais e outras medidas financeiras por parte de organizações financeiras multilaterais.

20 de abril de 2021

Declaração feita por Sua Excelência o Embaixador Boubacar Diallo, coordenador da missão permanente da República da Guiné junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China sobre o diálogo informal para a Conferência da ONU sobre o empenho financeiro para atividades de desenvolvimento

O G77 e a China ressaltam que o ambiente geral e o contexto em que o Sistema de Desenvolvimento das Nações Unidas operam mudaram substancialmente desde a adoção da Agenda 2030. Acredita-se fortemente que este novo processo pode ser benéfico para todos, incluindo parceiros e principais doadores, especialmente ajudando a alcançar os ODS e não deixando ninguém para trás.

O Grupo reconhece que embora muito tenha sido feito, ainda há um longo caminho a percorrer para trazer mudanças significativas no financiamento para implementar com sucesso o reposicionamento do Sistema de Desenvolvimento das Nações Unidas (*United Nations Development System* (UNDS). Financiamentos e programas do sistema das Nações Unidas devem aumentar sua cooperação com as instituições de Bretton Woods e os bancos regionais, de modo a aumentar sua complementaridade e estimular o compartilhamento de tarefas. (O sistema de gestão monetária de Bretton Woods estabeleceu as regras para as relações

comerciais e financeiras entre os Estados Unidos, Canadá, Europa Ocidental, Austrália e Japão após o Acordo de Bretton Woods de 1944).

O G77 e a China destacaram as preocupações em torno do desequilíbrio dos recursos financeiros entre o “core funding” e não “core funding”, particularmente no contexto da pandemia COVID-19, onde é necessário existir mais flexibilidade na utilização dos fundos, que se beneficiariam de uma melhor alocação de recursos com estratégias de financiamento adequadas e vontade política dos Estados Membros para apoiar as atividades do UNDS.

A Conferência sobre o empenho financeiro para atividades de desenvolvimento é o mecanismo principal para gerar recursos para atividades de desenvolvimento. Não é apenas um mecanismo de arrecadação de fundos para os governos empenharem sua vontade política em apoiar o desenvolvimento. Neste sentido, é importante uma abordagem que ressalte a visibilidade para garantir que todos os parceiros envolvidos sejam devidamente reconhecidos.

Lamenta-se que a conferência sobre o empenho financeiro de doadores tenha perdido o apoio e a participação ativa da maioria dos principais doadores. Esta conferência tem um valor político importante e deve-se aproveitar esta oportunidade para renovar a sua importância e destacar o seu impacto positivo na UNDS. Portanto, a Conferência sobre o empenho financeiro, ao mesmo tempo que considera alternativas, deve abordar a causa raiz do financiamento reduzido, garantir visibilidade política e responsabilidade do programa.

Portanto, esta Conferência deve aumentar o foco para atividades relacionadas ao desenvolvimento. Os recursos utilizados para atividades humanitárias, embora muito importantes, têm mais do que o dobrado e agora são quase iguais ao montante de financiamento destinados para atividades de desenvolvimento.

O G77 e a China acreditam fortemente no valor da Conferência anual sobre o empenho financeiro das Nações Unidas para atividades de desenvolvimento, como mecanismo principal para gerar recursos para atividades operacionais e para reiterar a vontade política de apoiar o UNDS. Ao mesmo tempo, o Grupo acolhe com agrado o diálogo informal, visto que é necessário um planejamento estratégico de longo prazo para reconstruir melhor e, inclusivamente, tornar-se primordial.

22 de abril de 2021

Declaração feita por Sua Excelência o Embaixador Boubacar Diallo, coordenador da missão permanente da República da Guiné junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China sobre a consulta informal para a Declaração Ministerial do Fórum Político de Alto Nível para o Desenvolvimento Sustentável (HLPF 2021)

As primeiras referências do G77 e da China nesta reunião foram de caráter funcional para facilitar a leitura e entendimento do texto. Em primeiro lugar, destacaram que a minuta zero precisava ser simplificada tanto quanto possível, levando-se em consideração que todas as Declarações anteriormente adotadas dentro de 10 páginas.

Em segundo lugar, lembraram que a linguagem já utilizada no projeto revisado datado de 29 de junho de 2020 da Declaração Ministerial do Fórum Político de Alto Nível de 2020 (HLPF MD) deveria ser usada como base para o HLPF MD de 2021 para evitar o trabalho repetitivo e economizar o tempo e esforços de todos, e o processo de negociação deve considerar os desafios das negociações virtuais.

Em terceiro lugar, enfatizaram a necessidade de, em todo o processo, usar termos e referências com base na linguagem acordada internacionalmente e/ou que façam parte da Agenda 2030 e do Acordo de Paris.

Sobre a estrutura da minuta zero, o G77 destacou:

Deve-se fazer referência geral ao impacto da pandemia COVID-19 sem entrar em áreas específicas. O parágrafo 8 do rascunho do HLPF MD de 2020 pode ser usado como referência. As vacinas COVID-19 e o “digital gap” devem ser destacados isolada e respectivamente, pois são os que estão mais interligados na luta contra a pandemia.

Deve-se também seguir a estrutura da Declaração Ministerial do HLPF de 2017 e 2018. Deve-se também manter um parágrafo específico sobre os ODS a serem revistos em profundidade em 2021. Para cada ODS a ser revisto em profundidade, o progresso da implementação, desafios, ações e soluções devem ser incorporados em um parágrafo. Os parágrafos referentes ao SDG1, 2, 8, 10 devem ser estendidos.

O seguimento IV deveria ser muito mais simplificado e o comprimento de cada parágrafo neste segmento deve ser o mais conciso possível.

Deve-se também concentrar-se nas futuras conferências internacionais e ações gerais, em vez daquelas relacionadas a áreas específicas, que poderiam ser acomodadas em outros segmentos do documento.

Sobre a essência da minuta zero o G77 e a China destacaram:

A importância de ver a inclusão de várias questões que são prioritárias para o Grupo, como a plena realização do direito à autodeterminação dos povos que vivem sob ocupação colonial e estrangeira, o princípio da CBDR ou responsabilidades comuns mas diferenciadas (common but differentiated responsibilities), o princípio de respeitar a integridade territorial e a independência política dos Estados, o papel da imunização extensiva contra a COVID-19 como um bem público global para a saúde na prevenção, contenção e interrupção da transmissão, a fim de pôr fim à pandemia. Importante também as referências à natureza multidimensional da pobreza, o grupo de indicadores múltiplos (MICs), dados não segregados, redução de risco de desastres (Disaster Risk Reduction – RRD) e um elogio aos 42 países que apresentarão suas revisões nacionais voluntárias sobre a Agenda 2030 (Voluntary National Reviews – VNRs) este ano. Destaca-se que as revisões nacionais voluntárias visam facilitar a troca de experiências, incluindo sucessos, desafios e lições aprendidas, com vistas a acelerar a implementação da Agenda 2030. Os VNRs também buscam fortalecer as políticas e instituições dos governos e mobilizar o apoio e parcerias de múltiplas partes interessadas para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

O G77 e a China aproveitam esta oportunidade para oferecer suas visões e perspectivas iniciais sobre a minuta zero e reiterar a necessidade de refletir sobre os seguintes itens:

- 1) A promoção do desenvolvimento sustentável em suas três dimensões de forma equilibrada e integrada;
- 2) Erradicação da pobreza, como objetivo abrangente da Agenda 2030;

- 3) A relevância das agendas e instrumentos adotados, como a Agenda de Ação de Addis Abeba, a Estrutura de Sendai para Redução do Risco de Desastres (2015-2030), a Nova Agenda Urbana, entre outros;
- 4) A oposição ao unilateralismo e protecionismo, incluindo quaisquer medidas econômicas, financeiras ou comerciais unilaterais que não estejam em conformidade com o direito internacional e a Carta das Nações Unidas;
- 5) Os impactos multidimensionais da pandemia do Covid 19, especialmente em todos os países em desenvolvimento;
- 6) O reconhecimento dos desafios e necessidades especiais enfrentados por todos os países em desenvolvimento, especialmente países em situações especiais, em particular, países africanos, países menos desenvolvidos, países em desenvolvimento sem litoral e pequenos Estados insulares em desenvolvimento, bem como desafios específicos enfrentados por muitos países de renda média, países em conflito e pós-conflito e países e povos que vivem sob ocupação estrangeira;
- 7) A reafirmação pela agenda 2030 sobre a necessidade de respeitar a integridade territorial e a independência política dos Estados;
- 8) A relevância de garantir a inclusão, dignidade e segurança para migrantes e refugiados em meio à crise do COVID 19, reconhecendo os desafios exacerbados que enfrentaram em meio à pandemia, bem como sua valiosa contribuição para as sociedades e a economia do combate ao vírus e o alcance do Desenvolvimento Sustentável;
- 9) A importância de garantir a segurança alimentar e nutricional por meio da estabilidade e continuidade da cadeia de abastecimento alimentar e do alinhamento da produção e consumo de alimentos com o Desenvolvimento Sustentável, à luz do COVID 19, para combater a fome e contribuir para a melhoria da crise sanitária global;
- 10) A reafirmação de que a realização da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas farão uma contribuição crucial para o progresso em todos os Objetivos e Metas de Desenvolvimento Sustentável;
- 11) As flexibilidades de IP (propriedade intelectual) e tecnologias de código aberto para apoiar os países em desenvolvimento a alcançar os ODS;
- 12) A abordagem de saúde única no parágrafo 9 do documento deve ser excluída;
- 13) Os desafios especiais enfrentados pelos países que estão deixando de ser menos desenvolvidos (LDC) e os que já deixaram a categoria de menos desenvolvidos;
- 14) Aumentar a contribuição da cooperação Sul-Sul e outras iniciativas e parcerias regionais;
- 15) Apoio à instalação da COVAX para garantir o acesso justo e equitativo às vacinas para os países em desenvolvimento;
- 16) A importância de incentivar a recuperação econômica, inclusive por meio de economia criativa, revitalização do setor de turismo e apoio às micro, pequenas e empresas médias (MPMEs);

17) Embora aprecie-se a referência à pobreza e sua natureza multidimensional, a formulação do ODS1 precisa ser fortalecida.

O G77 e a China também relembram os países desenvolvidos que estes devem honrar seu compromisso e devem mobilizar, conjuntamente, recursos financeiros de pelo menos US\$ 100 bilhões por ano até 2020 para ajudar os países em desenvolvimento em suas ações voltadas para as mudanças climáticas, especialmente em relação à mitigação e adaptação, levando em consideração as necessidades e prioridades dos países em desenvolvimento. Isso deve estar refletido na Declaração.

Deve-se de todas as formas, evitar as duplicações, inclusive com referência a padrões de consumo e produção sustentáveis, que atualmente são mencionados mais de duas vezes no parágrafo relacionado à biodiversidade. Este parágrafo deve incluir uma referência para ação intensificada combinada e mudança transformadora para adotar uma estrutura de biodiversidade global pós-2020 que contribua para a Agenda 2030 e coloque a comunidade global no caminho para a realização da Visão 2050 para a Biodiversidade, de viver em harmonia com a natureza.

Movimento dos Não Alinhados

O MNA é um fórum político formado por um grupo de países que não se alinham oficialmente com nenhum grande bloco de poder ou grupo de países. É a maior coligação de países depois das Nações Unidas, composta atualmente por 120 Estados Membros de todas as partes do mundo. Atualmente, também existem 17 estados e 10 organizações internacionais com status de observador.

De 2019 a 2022, a presidência do MNA está a cargo do Governo do Azerbaijão

Atualização do MNA

Comunicado do MNA sobre o acesso acessível, oportuno, equitativo e universal por todos os países às vacinas COVID 19 no dia 5 de março de 2021

O Escritório de Coordenação do MNA reitera sua preocupação com a rápida e contínua disseminação do COVID 19, que representa um grande desafio para a humanidade. A pandemia expôs e agravou vulnerabilidades e desigualdades nos países em desenvolvimento e também nos países desenvolvidos, aumentando a pobreza e a exclusão e arrastando os mais vulneráveis, ainda mais para trás.

O MNA enfatiza seu papel fundamental desempenhado na mobilização e fortalecimento dos esforços globais para abordar os impactos multidimensionais da pandemia e relembra com satisfação a criação do Grupo de Contato do MNA em resposta ao COVID-19 em sua Reunião de Cúpula realizada no dia 4 de maio de 2020, a criação do banco de dados de necessidades médicas e humanitárias dos Estados Membros do MNA em resposta ao COVID 19, elaborado pela força-tarefa estabelecida na mesma reunião de Cúpula, bem como bem como a Sessão Especial da Assembleia Geral da ONU dedicada ao COVID 19, convocada por iniciativa do MNA. Essas iniciativas foram contribuições inestimáveis do MNA para o fortalecimento do multilateralismo face dos desafios globais emergentes.

A coordenação do MNA reconhece que é através de uma resposta global coordenada e concertada com base na unidade, cooperação multilateral, solidariedade e respeito pelos direitos humanos que a comunidade internacional poderá criar estratégias para mitigar os

efeitos do COVID-19 e se recuperar da pandemia. Nesse sentido, é necessário deixar de lado todas as ideologias políticas e discriminações em prol de toda a humanidade.

O MNA expressa sua preocupação com a disparidade na distribuição de vacinas contra COVID-19 entre países em desenvolvimento e desenvolvidos, o que impede que toda a comunidade internacional consiga a eliminação completa da pandemia o mais rápido possível. O MNA observa que, desde o início da vacinação, mais de 90% de todas as vacinas que foram administradas até o momento se concentraram em países de alta renda e alguns países de média renda, enquanto os países de baixa renda ainda não ganharam acesso ao suprimento de vacinas COVID-19 em comparação com países de alta renda. Portanto, o MNA apoia a estrutura COVAX e o Grupo de compromisso do mercado COVAX (COVAX advance Market Commitment Engagement Group) que podem garantir doses para 92 países de baixa e média baixa renda como o principal mecanismo multilateral para garantir acesso justo e distribuição global equitativa de vacinas COVID-19 em tempo hábil.

O MNA clama pelo acesso equitativo, acessível e justo, disponibilidade e distribuição de vacinas entre os países em desenvolvimento e desenvolvidos, ao mesmo tempo que enfatiza que os trabalhadores da saúde e outros trabalhadores da linha de frente, vulneráveis e idosos de todos os países afetados, devem ser os primeiros a receber a vacina. O MNA agradece a contribuição do Sul Global às instalações da COVAX, dentro dos princípios da cooperação Sul-Sul.

O MNA expressa ainda sua preocupação com a decisão de alguns Estados de criar mecanismos que limitam a exportação de vacinas e suprimentos médicos para outros países, o que está afetando negativamente, principalmente, os esforços do mundo em desenvolvimento para combater eficazmente a pandemia.

A coordenação do MNA observa ainda, com preocupação, os impactos negativos que os Acordos de Compra Antecipada (APAs) podem ter nos esforços internacionais para garantir o acesso igualitário e equitativo às vacinas COVID-19. Destaca também a importância dos acordos jurídicos multilaterais para garantir a segurança da saúde global para diminuir a lacuna de financiamento para o acesso às ferramentas aceleradores do COVID-19 (ACT Acelerador) e o mecanismo COVAX.

Observa-se ainda o reconhecimento do Secretário-Geral da ONU sobre a "emergência global" e sua afirmação de que o "nacionalismo da vacina" é um fracasso moral e econômico e que "uma lacuna na imunidade global coloca todos em risco". Uma campanha de vacinação global para lidar com uma pandemia global deve ser baseada na unidade, solidariedade, vontade política e cooperação multilateral e refletir o acesso livre e oportuno a diagnósticos, terapêuticas, medicamentos e vacinas de qualidade, seguros, eficazes e acessíveis. O acesso a vacinas e tratamentos como bens públicos globais são do interesse de toda a humanidade. Dentro deste contexto, o MNA acolhe e apoia os esforços da estrutura COVAX, bem como outras iniciativas construtivas relacionadas, na facilitação do acesso justo e equitativo e distribuição de vacinas, em particular o mecanismo do Grupo de compromisso do mercado COVAX, que apoia o acesso de países de baixa renda e média-baixa renda às vacinas do COVID-19. Também se reconhece o acesso às ferramentas aceleradoras do COVID-19 e o apoio a esta Iniciativa Global.

O NAM apela a todos os Estados, organizações internacionais e partes interessadas relevantes a se comprometerem com a transparência em todas as questões relacionadas à produção, distribuição e preço justo das vacinas.

G20 na Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Paulo Esteves e Thaiany Medeiros Cury

A Pandemia, as Finanças e o G20: O que está por vir?

<https://www.t20italy.org/2021/02/17/the-pandemic-finance-and-the-g20->

Comentário de José Siaba Serrate, Co-Presidente da TF9. Originalmente publicado no website do ISPI (Istituto Italiano de Estudos Políticos Internacionais)².

José Siaba Serrate, economista e co-presidente da TF9³, reafirma o papel do G20 no tratamento de crises financeiras internacionais, materializado no plano de ação adotado em 2008/2009. Graças a esse plano, afirma o autor, não tivemos uma crise financeira no contexto da COVID-19. Contudo, embora o plano então adotado tenha funcionado para conter uma nova crise, a cooperação e a coordenação entre os membros do G-20 foi menor que aquela observada em 2008:

1. As linhas de troca de moeda estabelecidas pelos Bancos Centrais evitaram a escassez de dólares, mas sua utilização foi inferior à de 2008/2009 e sua cobertura geográfica permaneceu limitada;
2. Em 2009, uma atribuição geral de 250 bilhões de dólares de Direitos Especiais de Saque (DES) aumentou a liquidez disponível para todos os membros do FMI; desta vez, os EUA vetaram propostas semelhantes.
3. As respostas das políticas econômicas nacionais expansionistas foram harmonizadas pelo choque sincronizado sobre o mercado internacional e não por esforços do G20.
4. O sistema financeiro permaneceu estável, sem que houvesse explosão da “bomba da dívida”, a despeito do refinanciamento da dívida soberana da Argentina e do Equador. Conforme o autor, o reforço das cláusulas de ação coletiva, outra adição recente ao quadro financeiro internacional, facilitou a reestruturação sem traumas ou default.

Para além desses resultados, o co-presidente alerta para a possibilidade de novas ondas da infecção global. Em tais condições, exigem-se novas ações para lidar com as fragilidades da dívida. O risco de stress da dívida soberana dentro de dois anos mais do que duplicou – de uma probabilidade média de 11% para 24% – de acordo com os modelos de previsão do FMI. Na ausência de um mecanismo formal de resolução de controvérsias sobre a dívida soberana, o autor sugere:

1. Reforço das disposições contratuais;
2. Melhoria da transparência da dívida;
3. Envolvimento de todos os agentes intervenientes (privados e oficiais) no processo de reestruturação, preventivamente ou caso seja necessária uma ação drástica;
4. Adoção de um quadro comum para os membros do G20 é um objetivo desejável, uma vez que a China, principal credor oficial bilateral, mas não é membro do Clube de Paris nem segue os seus procedimentos.

² Disponível em: <https://www.ispionline.it/it/publicazione/pandemic-finance-and-g20-what-lies-ahead-27899>. Acesso em: 29/04/2021. Tradução livre.

³ TR9 é a Força Tarefa do Think20 (T20) que lida com o tema de finanças internacionais. O T20 é um grupo que reúne os principais think tanks e centros de pesquisa do mundo, servindo como “banco de ideias” ao G20, recomendando políticas e discussões.

5. Expansão da iniciativa para a Suspensão do Serviço da Dívida (DSSI na sigla em inglês).
6. Consideração do perdão da dívida para os casos mais fracos.

A prioridade da saúde para a presidência italiana do G20: imunizar o mundo, de forma equitativa.

<https://www.t20italy.org/2021/04/21/the-health-priority-for-italys-g20-presidency-immunise-the-world-equitably/>

Comentário de Robert Yates, Diretor Executivo do Centro para a Saúde Universal, Chatham House. Originalmente publicado no website do IAI⁴.

Robert Yates, diretor executivo do Centro para a Saúde Universal, Chatham House, discute o papel do G20 para a promoção da vacinação com equidade. Para tanto, enumera recomendações para a cúpula da Saúde Global a se realizar em 21 de Maio, em Roma:

1. O comprometimento de todos os países a vacinar toda a população adulta mundial contra a COVID-19 até uma data acordada em 2022 e que sejam estabelecidos sistemas para outras doses conforme necessário e, assim, manter a proteção contra novas variantes;
2. Uma estratégia global para distribuir vacinas de forma equitativa, adotando uma abordagem para toda a humanidade, dando prioridade às pessoas com maiores necessidades;
3. A garantia de um financiamento de ações concretas para que o comprometimento dos países possa ser assegurado, inclusive em 2022 e enquanto for necessário. Nesse caso, todos os países do G20 devem concordar em compensar imediatamente o déficit de financiamento do COVAX e ACT Accelerator⁵ (atualmente estimado em 22,9 bilhões de dólares).
4. Soluções mais radicais para aumentar a produção de vacinas, especialmente com as economias emergentes, com a Índia e África do Sul se destacando nas discussões de suspensão de patente de produtos relacionados com a COVID-19. Com destaque para a ideia, proposta pela Costa Rica e apoiada pela OMS, de uma plataforma que facilitaria a partilha da tecnologia de fabricação de vacinas, propriedade intelectual e know-how, chamada Technology Assessment Pool (C-TAP).

Para o autor, G20 deveria encorajar seus membros a aumentar as suas contribuições financeiras para permitir que a OMS cumpra o seu mandato e implemente seu plano de trabalho centrado na segurança sanitária, na cobertura universal da saúde e nas populações saudáveis⁶. Dessa forma, se a presidência italiana conseguir colocar um plano de ação junto aos líderes do G20 em prática, seria um bom caminho para alcançar os ODS, e demonstraria o maior impacto da história do grupo, segundo Yates.

Países de Baixa Renda e Multilateralismo: Esforço para a inclusão

<https://www.t20italy.org/2021/04/14/low-income-countries-and-multilateralism-striving-for-inclusion/>

⁴ Disponível em: <https://www.iai.it/en/publicazioni/health-priority-italys-g20-presidency-immunise-world-equitably>. Acesso em: 29/04/2021.

⁵ Disponível em: <https://www.unicef.org/appeals/access-covid-19-tools-accelerator-act>. Acesso em: 29/04/2021.

⁶ Disponível em: <https://www.who.int/data/stories/triple-billions-targeting-a-better-future>. Acesso em: 29/04/2021.

Comentário de Rose Ngugi, Diretora Executiva da KIPPRA e Co-Chair da Força-Tarefa 8

A autora destaca a importância do apoio do G20 à suspensão dos pagamentos do serviço da dívida para os países mais pobres⁷. Com a iniciativa, espera-se a participação de todos os credores bilaterais oficiais, que são membros do Clube de Paris, bem como do G20, na Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida (DSSI), bem como dos credores privados⁸. Desde maio de 2020, quando a DSSI se tornou efetiva, a maioria (cerca de 70%) dos países que fizeram pedidos são da África. Alguns países com potencial para DSSI ainda não fizeram pedidos porque não têm uma parcela significativa da conta oficial do serviço da dívida bilateral, seus credores privados ainda não responderam ou os detentores de obrigações soberanas estão complicando o risco de uma possível desclassificação pelas agências de classificação de crédito. Qualquer atraso na conclusão de acordos com credores privados pode significar que os países de baixa renda não receberão o impulso imediato previsto no DSSI. Diante desse quadro, a autora defende que o G20, ao lado dos bancos multilaterais de desenvolvimento, precisa rever a estrutura para o financiamento do desenvolvimento nos países de baixa renda, a fim de proporcionar-lhes financiamento concessional, particularmente se considerarmos a hipótese de não participação de credores privados na iniciativa DSSI.

Há uma indicação clara de uma possível alocação de Direitos de Saque Especiais (DSE) pelo FMI para impulsionar diretamente a liquidez de seus membros, uma vez que eles abordam os efeitos da pandemia sem aumentar a carga da dívida. As alocações de DSE são geralmente baseadas na proporção da quota do FMI: quanto maior a quota, maior é a alocação esperada. A quota dos países de baixa renda é de cerca de 1,31%, enquanto a dos países de baixa renda média é de 8,28% e a das economias avançadas é de 59,19%. A cota para toda a África é de apenas 5,12%. Embora a transparência seja necessária na alocação de DSE, um critério de distribuição que atenda às necessidades dos países de baixa renda sem expô-los ao ônus adicional da dívida seria o resultado mais preferido.

Finalmente, a autora destaca os gaps de participação dos países de renda baixa nos mecanismos multilaterais como as IFI's e o próprio G-20.

27/04 – Evento Especial sobre “Conectividade e Inclusão Social”.

<https://www.g20.org/special-event-on-connectivity-and-social-inclusion.html>

O evento virtual do G20 italiano realizado no dia 12 de abril sobre "conectividade e inclusão social" abordou os efeitos positivos da difusão massiva da conectividade e das tecnologias da informação. A crise desencadeada pela COVID-19 ressaltou a necessidade de conectividade e a extrema relevância dos dispositivos conectados em ambientes como a saúde, educação, manufatura e transporte. Mais que isso, demonstrou que a falta de acesso à Internet e às tecnologias de informação são fatores de exclusão social. Foi também reconhecida a importância de impulsionar o desenvolvimento tecnológico com uma abordagem centrada no ser humano, promovendo ao mesmo tempo a participação na educação e formação para todos, a fim de promover igualdade de gênero e desafiar estereótipos.

28/04: Evento Especial G20/UNEP - Cidades Resilientes, Inteligentes e Sustentáveis: O Poder de Soluções Baseadas na Natureza.

⁷ Communique of the Forty First meeting on the IMFC, April 16, 2020; G20 Riyadh Summit, November 21-22, 2020; G20 Finance Ministers and Central Bank Governors Meeting, 15th April 2020.

⁸ IMF, Implementation and extension of the debt service suspension initiative, September 28, 2020

<https://www.g20.org/special-event-g20-unep-resilient-smart-and-sustainable-cities-the-power-of-nature-based-solutions.html>

Neste evento, destacou-se os múltiplos benefícios da implementação de Soluções Baseadas na Natureza (SBN) nas cidades, e particularmente a sua contribuição para a construção de resiliência às alterações climáticas e mitigando seus efeitos. Contudo, como discutido no evento, a multiplicação de experiências positivas, depende de (i) monitoramento e avaliação de seus efeitos; (ii) integração do SBN em processos de planejamento e normas técnicas para infraestruturas; (iii) desenvolvimento de modelos empresariais e financeiros inovadores; (iv) e mecanismos de governança em vários níveis.

Calendário de eventos do G20 (Maio 2021)

- 3-4 de maio: 2nd Trade and Investment Working Group Meeting
- 4 de maio: Tourism Ministers' Meeting
- 5-6 de maio: 4th Infrastructure Working Group Meeting
- 10 de maio: Seminar to be organised together with Reinventing Bretton Woods Committee
- 13-14 de maio: 2nd Education Working Group Meeting
- 17-18 de maio: 3rd Digital Economy Task Force Meeting
- 17-18 de maio: G20 Sustainable Finance Roundtable
- 19 de maio: 2nd Academics informal gathering
- 20-21 de maio: 3rd Employment Working Group Meeting
- **21 de maio: Global Health Summit**
- 24-25 de maio: 2nd Development Working Group Meeting

Calendário de Eventos do T20:

- [7 de Maio: T20 Spring Roundtables "EU, US & CHINA. The Impossible Triangle?"](#)
- [10 de Maio: The High-Level Forum on Climate Change, Co-promoted by ISPI and KPMG,](#)

OCDE na Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Pedro Burger, Júlia Abbud e Lucca Rizzo

Foco na recuperação econômica sustentável é destaque na OCDE

<https://www.oecd.org/coronavirus/en/themes/green-recovery>

De acordo com dados recentes da OCDE, os países da OCDE e países parceiros do bloco alocaram, até o momento, US\$ 336 bilhões em medidas ambientalmente sustentáveis dentro dos pacotes de recuperação da COVID-19.

A OCDE pondera, no entanto, que o referido valor representa apenas 17% do montante total dos recursos alocados nos investimentos para mitigar os efeitos da COVID-19, de modo que a parcela remanescente de 83% não considera as preocupações ambientais e, em determinados casos, são até mesmo contrárias a alguns progressos dessa pauta que foram conquistados até o momento.

A OCDE se posiciona firmemente em benefício do clima e advoga que, se os países desejam ser sérios em relação à transição para uma economia de baixo-carbono, será necessário que os esforços sejam melhores do que se tem visto.

A OCDE ressalta a importância da logística para que haja uma distribuição justa das vacinas

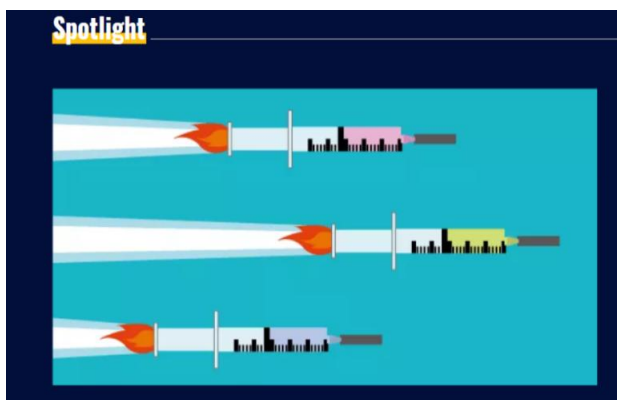
<https://www.oecd.org/coronavirus/en/>

Mencionando a importância da Pesquisa e Desenvolvimento e investimentos financeiros para o desenvolvimento de várias vacinas em menos de um ano, o que já é uma conquista extraordinária, a OCDE ressalta que há alguns desafios logísticos que os países deverão “ousar enfrentar” para que o horizonte em que todos estejam vacinados contra a COVID-19 se torne realidade.

A instituição também menciona que a produção, entrega e administração das vacinas é um processo complexo e reafirma a importância do processo de distribuição justa da vacina, para evitar cicatrizes econômicas e sociais ainda mais profundas.

A OCDE também destaca a importância do fornecimento de informações precisas sobre a vacina, da cooperação internacional e estabelecimento de parcerias internacionais, para que a pandemia chegue ao fim e uma recuperação sustentável e inclusiva seja implementada.

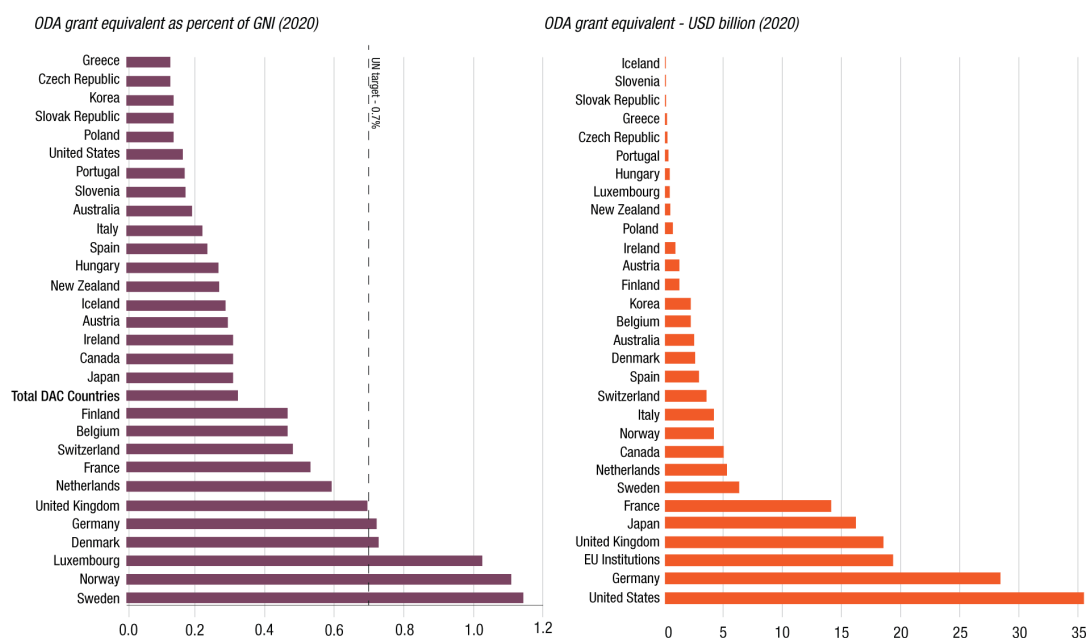
É muito importante o posicionamento por uma distribuição justa das vacinas, no entanto, é muito importante lembrar que são justamente países membros dessa organização que compraram e reservaram as maiores quantidades de vacinas, de maneira individual, gerando escassez para países com menor poder aquisitivo e sem produção interna.



Relatório sobre ajuda externa dos países do Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento (DAC) da OCDE em 2020 (continuação)

<https://www.oecd.org/dac/financing-sustainable-development/development-finance-standards/official-development-assistance.htm>

A ajuda oficial ao desenvolvimento (ODA na sigla em inglês) dos membros DAC, OCDE, subiu para um recorde de US\$ 161,2 bilhões em 2020, um aumento de 3,5% em termos reais em relação a 2019, impulsionado por gastos adicionais mobilizados para ajudar os países em desenvolvimento a enfrentar a crise do COVID-19. A ODA bilateral para a África e os países menos desenvolvidos aumentou 4,1% e 1,8%, respectivamente. A ajuda humanitária aumentou 6%. Excluindo a ajuda gasta no acolhimento de refugiados dentro dos países doadores – que caiu 9,5% em 2019 para US\$ 9,0 bilhões relacionados principalmente a Canadá, Islândia e Holanda – a ODA aumentou 4,4% em termos reais em 2020. No entanto, a tabela abaixo demonstra o quanto ainda estão distantes da meta de 0,7% da RNB.



28/4/2021 – OCDE Políticas de Resposta ao Coronavírus (COVID-19) – Riscos que importam: alcance do COVID-19.

<https://www.oecd.org/coronavirus/policy-responses/risks-that-matter-2020-the-long-reach-of-covid-19-44932654/>

Relatório da pesquisa “Risks that matter 2020”, publicado em 28 de abril pela OCDE ressaltou os riscos de insegurança econômica provocados pela Pandemia. Foi apurado que 37% dos entrevistados tiveram ao menos uma questão relacionada a emprego dentro de casa, dentro dos 25 países apurados do bloco. Nos lares onde houve instabilidade de emprego, 68% encontraram problemas para pagar suas contas. Outro fator importante apurado foi que pessoas de lares em que houve perda de emprego por conta do COVID estão mais propensas a pagar mais impostos em troca de maior proteção de políticas sociais, principalmente no que tange manutenção de boa saúde e possibilidades de aposentadoria.

29/04/2021 - A crise do COVID-19 resultou na maior redução dos impostos sobre os salários desde a crise financeira global de 2008-09.

<https://www.oecd.org/newsroom/labour-market-disruption-and-covid-19-support-measures-contribute-to-widespread-falls-in-taxes-on-wages-in-2020.htm>

Segundo um novo relatório da OCDE, o impacto da COVID-19 no mercado de trabalho e as medidas de suporte socioeconômico contribuíram para a queda generalizada dos impostos sobre os salários em 2020.

A diminuição da renda das famílias, aliada às reformas tributárias ligadas à pandemia, está impulsionando declínios generalizados nos impostos efetivos sobre os salários em toda a OCDE. O relatório destaca quedas recordes em toda a OCDE durante 2020. A alíquota para um trabalhador com salário médio foi de 34,6% em 2020, uma redução de 0,39 ponto percentual em relação ao ano anterior.

Destaque de eventos realizados no período:

- Construindo uma recuperação de gênero igual - 28 de abril de 2021 - https://oecd-events.org/gender?utm_source=upcoming_event&utm_medium=web&utm_campaign=OECD_Forum_Gender&utm_term=oecd
- Uma recuperação sistêmica - 28 de abril de 2021 - <https://www.oecd.org/naec/a-systemic-recovery/>

Destaque de próximos eventos da OCDE:

- Estratégias para um mundo transformado pela crise: 4 a 6 de maio de 2021. Mais informações e inscrições em:
https://globalboardroom.ft.com/?reference=oecd&utm_source=par&utm_medium=oecd&utm_campaign=2021pftglobalboardroom3
- Impactos da COVID-19 na saúde de migrantes e no mercado de trabalho: 6 de maio de 2021. Mais informações e inscrições em:
<https://www.oecd.org/wise/events/covid-and-inequality-webinars.htm>

BRICS na Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Claudia Hoirisch

Como era de se esperar, os países ricos estão bloqueando/atrasando a isenção aos DPI durante a pandemia de Cov-19

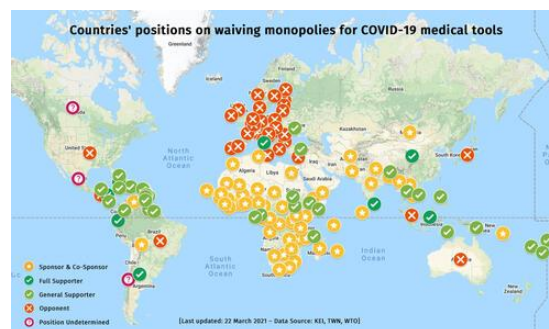
Em maio do ano passado, preocupados com uma possível escassez na oferta e preços inacessíveis de imunizantes, líderes do Paquistão, Gana, África do Sul e outros pediram aos governos que apoiassem uma vacina popular que pudesse ser fabricada de forma rápida e fornecida gratuitamente. Incentivaram o corpo diretivo da OMS a tratar as vacinas como bens públicos globais, mas ao final, os líderes mundiais aprovaram uma declaração diluída que reconheceu a ampla imunização – e não as próprias vacinas - como um bem público global.

Diante de vacinas a preços inacessíveis que os países em desenvolvimento pudessem pagar, ciente de preços diferenciados cobrados dependendo do contrato⁹ e com os países ricos acumulando vacinas, Índia e África do Sul entraram com uma petição no Conselho do TRIPS da OMC pedindo uma renúncia para suspender os direitos de propriedade intelectual (PI) associados às tecnologias e inovações relacionadas à Covid-19 até que a imunidade coletiva fosse alcançada¹⁰.

Até março essa proposta tinha o respaldo de 58 governos patrocinadores, com cerca de 100 países que aderiram ao pedido de isenção, argumentando que isso aumentaria a oferta e expandiria o acesso às vacinas Covid-19. Seria uma opção de política automática, mais rápida, e permitiria aos governos aumentar o acesso em vez de ficarem na dependência de medidas voluntárias da indústria farmacêutica. Se adotada, a renúncia enviaria um sinal aos fabricantes de que eles poderiam começar a produzir as ferramentas médicas para o combate da COVID-19, sem temer entraves por patentes.

Apesar dos claros benefícios para a saúde pública que a proposta de isenção temporária das regras de PI oferece, muitos dos países que estão bloqueando/atrasando essa renúncia¹¹, e aí se incluem Austrália, Brasil, Canadá, UE, Japão, Noruega, Suíça, Reino Unido e Estados Unidos, garantiram a maioria das vacinas disponíveis (com exceção do Brasil), em doses muito superiores às necessárias para vacinar suas populações inteiras¹².

Figura 1 - Países que apoiam ou se opõem ao movimento de renúncia de patentes COVID-19, a partir de 3/3/2021



⁹ Por exemplo, na contramão de uma lógica de justiça social, a vacina da AstraZeneca foi vendida para a África do Sul a \$5,25/dose e para a UE, a um valor inferior a \$2,16.⁹

¹⁰ Essa ideia foi originalmente proposta por estes dois países em outubro de 2020.

¹¹ https://www.twn.my/title2/intellectual_property/info.service/2021/ip210401.htm

¹² <https://www.msf.org/countries-obstructing-covid-19-patent-waiver-must-allow-negotiations>

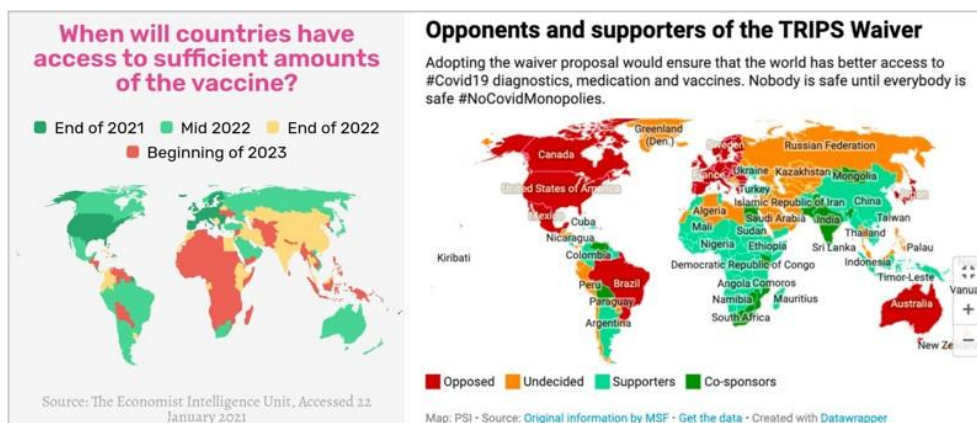
Posição da OMC

Seguindo a mesma linha dos países ricos, a nova diretora-geral da OMC, Ngozi Okonjo-Iweala, parece ter assumido uma posição fria sobre a renúncia temporária ao Acordo TRIPS, enquanto repassa para as Big Pharma a incumbência de resolver a questão da escassez de vacinas. “A ideia é nos impulsionar na busca para resolver esse acesso inaceitável e desigual dos países pobres às vacinas”, disse ela, sabendo exatamente que a escassez e inacessibilidade das vacinas nos países em desenvolvimento e mais pobres se deve em grande parte ao rigor das Big Pharmas no controle sobre a tecnologia da vacina para maximizar os lucros durante e após a pandemia. Um relatório do Guardian denominado “Da Pfizer à Moderna: quem está ganhando bilhões com as vacinas Covid-19? relata que as empresas farmacêuticas devem contabilizar US\$ 21,5 bilhões em lucros em 2021”. A OMC conta com 164 membros e ver a DG fazer vista grossa à proposta de isenção de DPI que está sendo apoiada por mais de 100 países-membros, é no mínimo ultrajante.

A posição dos países BRICS na renúncia ao monopólio e acordos bilaterais

Além dos co-patrocinadores Índia e AS, a proposta tem o apoio da China. A Rússia está indecisa e o Brasil é contrário às negociações. Rússia e China prometeram preencher o vazio como parte de se sua diplomacia de vacinas: o Instituto Gamaleya fez parcerias com produtores do Cazaquistão à Coreia do Sul e os fabricantes chineses chegaram a acordos semelhantes nos Emirados Árabes Unidos, Brasil e Indonésia.

Figura 2 – Quando os países terão acesso a volumes suficientes de vacinas? Apoiadores e oponentes da renúncia ao Acordo TRIPS¹³



Diplomatas dos dois países estão trabalhando na revisão do texto da proposta originalmente apresentada pela Índia e África do Sul em outubro. O novo texto revisado destacará a necessidade urgente de garantir acesso equitativo e rápido às vacinas à luz da devastadora segunda onda de infecções por Covid-19 na Índia, que já registrou números recordes de mais de 400.000 casos sendo relatados em um dia. A proposta revisada também irá ressaltar que os DPI para vacinas sejam renunciados por um período limitado, a fim de abordar as preocupações dos EUA, União Europeia e outros estados que se opuseram à proposta original

¹³ <https://phm-na.org/2021/02/call-from-the-global-south-to-rich-countries-dont-block-the-trips-waiver-proposal/>

América Latina e Caribe na Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Sebastián Tobar, Miryam Minayo e Carlos Linger

Até o dia 2 de maio de 2021, tem se registrado de 62,22 milhões de casos positivos e 1,52 milhões de óbitos nas Américas, que continua sendo o epicentro da pandemia. De fato, de todas as mortes por COVID-19 registradas no mundo na semana passada, uma em cada quatro tem acontecido na região das Américas.

Os sistemas de saúde, especialmente na América Central e do Sul, estão tendo sérias dificuldades para lidar com o grande fluxo de pacientes. Desde o início de 2021, aumentos no número de casos foram relatados na população mais jovem, juntamente com o aumento da exposição e falta de vacinação nessas faixas etárias. Isso, por sua vez, levou a um aumento no número de hospitalizações, com aumento do número de dias de internação.

Na América do Norte, pela primeira vez desde o início da pandemia, as taxas de infecção no Canadá ultrapassaram os números relatados nos Estados Unidos.

No Caribe, alguns países continuam registrando aumentos no número de casos positivos: Guadalupe, Martinica e Bahamas relataram novos picos no número de casos. Só na última semana, Anguila relatou mais de 60% do total de casos e os casos semanais dobraram em Porto Rico. Já 46% dos países da sub-região ao relataram disseminação comunitária e relatos de novas cepas variantes preocupantes do SARS-CoV-2. Embora alguns países tenham começado a distribuição de vacinas, as autoridades de saúde pública dos países do Caribe e a Agencia Caribenha de Saúde Pública- CARPHA continua a insistir que permanece crítico que a vigilância ativa, testes e medidas de prevenção e controle COVID-19, incluindo distanciamento físico, higiene das mãos e uso de máscaras sejam mantidos¹⁴.

Todos os países da América Central notificam aumentos no número de casos: o número de hospitalizações atingiu níveis históricos na Costa Rica e espera-se que mais pacientes necessitem de atendimento, já que o número de casos notificados pelo país aumentou 50% na última semana; os hospitais da Guatemala também atingiram sua capacidade máxima.

Na América do Sul, registram-se picos de casos: na Colômbia, o número de casos em breve atingirá os níveis registrados em janeiro, e a ocupação plena dos leitos de UTI está sendo alcançada nas principais cidades, como Bogotá e Medellín. Também foi registrado aumento no número de casos no Peru, Bolívia, Argentina e Uruguai.

Quadro N^o 1: América Latina: Casos Confirmados e Falecimentos á 22 de marco de 2021

	País	Casos Confirmados	Falecimentos	Recuperados	Pessoas Vacinadas	População em Miles
Norte	Canadá	1.219.425	24.219	1.111.887	13.331.069	38.067.913
América	Estados	31.948.761	569.722	11.977.707	243.489.82	332.915.074

¹⁴ CARPHA SITUATION REPORT NO. 153 APRIL 29, 2021. Coronavirus Disease (COVID-19) Pandemic. Disponível em: <https://carpha.org/Portals/0/Documents/COVID%20Situation%20Reports/Situation%20Report%20153%20-%20April%2029,%202021.pdf>

	Unidos				9	
	México	2.344.755	216.907	2.864.914	12.235.767	130.262.074
Total Norte América		35.512.914	810.848	15.954.508	269.056.665	501.245.061
Sul América	Argentina	2.977.363	63.865	2.634.307	7.715.006	45.605.823
	Bolivia	305.594	12.975	251.664	762.044	11.832.936
	Brasil	14.659.011	403.781	13.194.538	41.383.097	213.993.441
	Chile	1.204.755	26.457	1.136.816	14.622.372	19.212.362
	Colômbia	2.859.724	73.720	2.669.308	4.824.078	51.265.841
	Equador	384.589	18.724	318.598	810.230	17.888.474
	Paraguai	279.077	6.385	229.519	108.584	7.219.641
	Peru	1.799.445	61.477	1.741.861	1.611.044	33.359.416
	Uruguai	198.428	2.616	167.823	1.809.291	3.485.152
	Venezuela	197.683	2.136	179.200	230.000	28.704.947
Total Sul América		24.865.669	672.136	22.523.634	73.875.746	432.568.033
Centro América	Belize	12.668	323	12.218	42.311	404.915
	Costa Rica	250.991	3.231	203.009	818.884	5.139.053
	El Salvador	69.198	2.128	64.876	907.028	6.518.500
	Guatemala	228.477	7.543	204.141	168.367	18.249.869
	Honduras	212.333	5.281	78.623	64.369	10.062.994
	Nicarágua	5.498	182	5.253	146.698	6.702.379
	Panamá	364.576	6.232	354.385	622.980	4.381.583
Total Centro América		1.143.741	24.920	922.505	2.770.637	51.459.293
Caribe e Islãs do Oceano Atlântico	Cuba	107.622	654	101.475	--	11.351.786
	Haiti	13.094	254	12.148	--	11.543.315
	República Dominicana	266.861	3.487	227.267	1.893.836	10.953.714
	Otros Países do Caribe Islãs y Territórios	317.929	4.867	224.634	2.900.598	11.584.655

Total Caribe e Islãs do Oceano Atlântico	705.506	9.262	565.794	4.794.534	45.433.470
TOTAL DE LA REGION DAS AMERICAS	62.227.830	1.517.166	39.966.441	350.497.582	1.030.705.857

Fuente: <https://ais.paho.org/phip/viz/COVID19Table.asp> e https://ais.paho.org/imm/IM_DosisAdmin-Vacunacion.asp Acceso 2 de maio de 2021

Como se pode ver na Tabela N01, até 2 de abril já foram aplicadas nas Américas 350,4 milhões de doses de vacina contra a Covid-19. A maior parte das vacinas aplicadas em nossa região vem de negociações que os Estados Nacionais têm feito individualmente com empresas farmacêuticas e somente 3,25% (11,4 milhões de doses fornecidas pelo COVAX, representando só um 3,25% do total das aplicadas¹⁵.

Mesmo países como o Haiti, que deveriam ter sido alcançados pelo COVAX FACILITY, ainda não receberam nem mesmo uma dose para suas populações. A lenta chegada das vacinas pelo mecanismo COVAX tem levantado questões a respeito. Mesmo no país vizinho: Paraguai^{16, 17}, o representante da OPAS teve que deixar o país diante de sérias críticas do Chanceler e das autoridades governamentais paraguaias pelo atraso nas vacinas comprometidas

No Uruguai, o ministro da Saúde, Daniel Salinas¹⁸, questionou os "parcos resultados" do mecanismo promovido pela OMS e aponto que o recebeu apenas 48.000 doses do milhão e meio que reservou.

No caso do Brasil as autoridades o Deputado Doutor Luizinho¹⁹ tem apontado que " ", e afirmo que a quantidade de doses alocadas pelo Covax a países da África e do Sudeste Asiático foram em "desproporção" às enviadas às Américas e para o Brasil.

Os países que negociaram vacinas por meio do fundo COVAX e aguardam ansiosamente sua chegada em seus países, não entendem que a OMS seja mais um parceiro da COVAX, um dos atores desse mecanismo, e a OPAS, como escritório regional para as Américas, teve pouca influência sobre suas decisões e as vacinas distribuídas não reflexam a prioridade da região em quanto epicentro da pandemia.

A OMS tem importantes problemas de coordenação de agentes como GAVI (incluindo o serviço COVAX), CEPI e Fundo Global, com orçamentos consideravelmente maiores e administrados com a participação do setor privado, é ilusória, como evidenciado pelas dificuldades em organizar a chegada do futuro vacinas para COVID-19.

¹⁵ <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMjA5ZDAxMmEtYTljNC00M2IOLWE5MjUtYWQzZGQxNDc4OThhliwidCI6ImU2MTBINzljLTJlYzAtNGUwZi04YTE0LTFINGlxMDE1MTImNyIsImMiOiR9>

¹⁶ <https://www.lanacion.com.py/pais/2021/04/20/luis-roberto-escoto-representante-de-la-omsops-en-paraguay-abandona-el-pais/>

¹⁷ <https://www.ip.gov.py/ip/ops-retira-al-doctor-escoto-como-representante-en-paraguay/>

¹⁸ <https://www.infobae.com/america/america-latina/2021/04/24/uruguay-critico-al-programa-covax-por-sus-grandes-debilidades-en-el-reparto-de-vacunas-contra-el-covid-19/>

¹⁹ <https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2021/04/14/brasil-mantem-dialogo-com-oms-para-que-entregas-da-covax-sejam-cumpridas-diz-queiroga.htm>

MERCOSUL: XII Reunião Extraordinária do Conselho do Mercado Comum (CMC)²⁰

Em 26 de abril, os chanceleres e ministros da economia da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai se reuniram virtualmente para tratar de dois temas chaves: a redução da tarifa externa comum (TEC) da união e a possibilidade de flexibilizar as negociações comerciais com terceiros mercados. Não são temas novos na agenda do Mercosul, mas é a primeira vez que os ministros enfocam a discussão desde que a reunião presidencial de 26 de março, em comemoração aos 30 anos de fundação do bloco, ficou patente as divergências entre os parceiros em relação a esses pontos.

Uruguai e Brasil vêm levantando a necessidade de flexibilizar as regras que impedem os países membros do Mercosul de negociar acordos comerciais com outros mercados de forma independente e não em bloco. O Uruguai apresentou uma proposta formal de flexibilização, que conta com o apoio do Brasil.

Conforme informou o Itamaraty, a proposta uruguaia será estudada pelos coordenadores do Grupo Mercado Comum (GMC) para gerar os insumos que possibilitem a tomada de decisões na próxima reunião da Cúpula do Mercosul. Mas a Argentina, que neste semestre detém a presidência do bloco, insiste em negociar em conjunto com o Mercosul unido, como determina o Tratado de Assunção, mas concorda em dar mais dinamismo às negociações externas.

Nesse sentido, o chanceler argentino, Felipe Solá, propôs que o GMC elabore uma proposta de plano de negociações externas que identifique as prioridades da agenda externa do Mercosul e apresente um relatório sobre o andamento das diferentes negociações.

A proposta apresentada nesta segunda-feira pelo Uruguai também inclui mudanças na TEC, cujo processo de revisão começou há dois anos. A tarifa máxima do bloco é de 35%, mas a média aplicada é de 12%, ante uma média global de 5,5%. O Uruguai não deu detalhes de sua proposta em relação à TEC, mas disse que também conta com o apoio do Brasil, que vem promovendo uma redução tarifária substancial e ampla.

Chama a atenção, que a saúde e a Pandemia aparecem muito pouco presentes nas negociações que têm sido realizadas nos últimos tempos no MERCOSUL, não havendo nenhum documento substantivo ou declaração política a respeito. É oportuno apontar que quase todos os estados do bloco decidiram unilateralmente pelo fechamento das fronteiras, o que viola o princípio da “livre circulação” do Tratado de Assunção e até o momento não tem se impulsionado nenhuma ação conjunta Mercosul nas áreas de fronteira, nem que regule o transporte terrestre de cargas. Somente o Instituto Social do MERCOSUR (ISM) vem trabalhando com a ideia de desenvolver estratégias para o trabalho conjunto nas fronteiras.

XXVII Cimeira Ibero-Americana, realizada em Andorra com o tema “Inovação para o Desenvolvimento Sustentável – Objetivo 2030”.²¹

A XXVII Cimeira Ibero-americana contou com a presença de 18 dirigentes a nível de Chefes de Estado e de Governo ou Vice-Presidentes. Os líderes defenderam o **fortalecimento**

²⁰ <https://www.infobae.com/politica/2021/04/26/los-cancilleres-del-mercosur-se-reuniran-hoy-con-dos-temas-en-agenda-que-generaran-friccion/>

²¹ <https://www.segib.org/pt-br/concluye-la-xxvii-cumbre-iberoamericana-con-exito-de-asistencia-y-propuestas-economicas-sociales-y-ambientales-para-la-recuperacion-post-covid-de-la-region/>

do multilateralismo e pactuaram medidas de saúde, econômicas, sociais e ambientais para apoiar a recuperação da Ibero-América da crise da COVID-19.

A Cimeira consolidou a Conferência Ibero-americana como um espaço único de diálogo político e cooperação regional, que aposta no multilateralismo como a ferramenta mais eficaz para partilhar experiências e encontrar soluções.

Resultados da Cimeira Ibero-Americana

Os líderes políticos adotaram a **Declaração de Andorra, o Compromisso de Inovação para o Desenvolvimento Sustentável e o Programa de Ação**, que foram acordados por todos, bem como 16 comunicados especiais, aprovados por consenso.

No campo da saúde, as comunicações especiais promovidas pelo Equador, Peru e Chile sobre a garantia do direito à saúde por meio do acesso equitativo, transparente, oportuno e universal às vacinas em resposta a pandemias e outras emergências de saúde, e a necessidade de promover um tratado internacional de preparação e resposta a pandemias.

Sobre a questão da dívida e do financiamento, **destacam-se as comunicações especiais sobre o desenvolvimento de iniciativas para a recuperação económica pós-COVID-19 sobre alívio da dívida externa e acesso a financiamento externo para a recuperação da pandemia do coronavírus**, promovidas pela Costa Rica, Bolívia, Argentina e Espanha.

Na área de meio ambiente e sustentabilidade, destacam-se as **comunicações especiais sobre desertificação, mudanças climáticas e meio ambiente, harmonia com a natureza, água para a vida e energia sustentável** promovidas pela República Dominicana, Peru, Espanha, Chile, Bolívia e Panamá, que, em conjunto, promovem os acordos alcançados na X Reunião Ibero-americana de Ministros do Meio Ambiente e da Agenda Ibero-americana do Meio Ambiente.

Foram aprovadas também **quatro novas iniciativas de cooperação ibero-americana:**

1. Iniciativa Ibero-americana de Chagas Congênito, para eliminar a transmissão materno-infantil da doença.²²
2. Iniciativa Ibero-americana para a Prevenção e Erradicação da Violência de Gênero, para amenizar um dos efeitos mais graves desta crise na Ibero-América: o aumento de 25% nos casos de violência contra a mulher.
3. Iniciativa Instituto Ibero-Americano de Línguas Indígenas (IIALI), que promoverá a conservação e o desenvolvimento das línguas indígenas faladas na América Latina.
4. Iniciativa Ibero-americana de Cidadania Global para o Desenvolvimento Sustentável. Os dirigentes incentivaram a Secretaria Geral Ibero-americana (SEGIB) a continuar os esforços de sensibilização, sensibilização e formação de todos os atores da Conferência Ibero-americana para os desafios da sociedade global.

A Cúpula Ibero-americana recebeu grande apoio internacional. O Papa Francisco enviou uma carta à Secretária Geral Ibero-americana, Rebeca Grynspan, desejando sucesso à

²² O projeto de 250.000 Euros visa contribuir para a eliminação da transmissão vertical da doença de Chagas, a fim de atingir as metas estabelecidas no Roteiro da OMS para Doenças Tropicais Negligenciadas (2021-2030) e ETMI Plus da OPAS. Fica envolvida no projeto a Agência Brasileira de Cooperacao- ABC e o Instituto de Pesquisa Goncalo Muniz- FIOCRUZ Bahia

Cimeira e apoiando várias das iniciativas promovidas, nomeadamente a renegociação do peso da dívida dos países mais necessitados, um gesto ajudar as pessoas a se desenvolverem, a terem acesso a vacinas, saúde, educação e emprego.

Por sua vez, o Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, fez uma intervenção na qual celebrou que os debates se centraram na recuperação pós-COVID-19 e na inovação para o desenvolvimento sustentável no quadro da Agenda 2030.

Vinte e nove organizações observadoras e representantes de organizações internacionais como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura participaram da XXVII Cúpula Ibero-americana (FAO), da Organização das Nações Unidas para a Infância Fundo (UNICEF), Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Comissão Economia para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e Desenvolvimento Banco da América Latina (CAF).

Eventos anteriores destacados no âmbito da Cúpula

A **XXVII Cúpula Ibero-americana** foi precedida do **XIII Encontro Ibero-americano de Negócios**, o mais importante fórum de empresários da região, que foi encerrado pelo Rei da Espanha, Felipe VI, e contou com a participação dos Chefes de Estado e de Governo.

Também foi realizada uma ata com os presidentes do Governo da Espanha, Pedro Sánchez; da França, Emmanuel Macron; do Chile, Sebastián Piñera, e da Costa Rica, Carlos Alvarado, e do primeiro-ministro de Portugal, António Costa, em que os líderes exortaram à reforma e fortalecimento do sistema de saúde global para melhorar a capacidade de preparação e resposta em face de futuras pandemias.

A Cúpula aconteceu no ano do 30º aniversário das Cúpulas Ibero-americanas, um projeto político que reflete os fortes laços sociais, culturais, políticos, económicos e históricos entre os 22 países ibero-americanos.

Ao final da Cúpula, a Secretaria Pro Tempore da Cúpula Ibero-americana foi transferida para a República Dominicana como sede da XXVIII Cúpula Ibero-americana de Chefes de Estado e de Governo que se realizará em 2022 com o lema “Juntos por uma justa e sustentável Ibero-América”.

Organismo Andino de Saúde- Convenio Hipólito Unanue

Como parte de suas ações de cooperação, a Organização Andina de Saúde - Acordo Hipólito Unanue realizou seu 62º Webinar: "*HTLV-1: uma ameaça real à Saúde Pública*". Por meio da estratégia dos Webinars, tem fomentado a troca de conhecimentos a fim de fornecer informações e / ou priorizar questões que subsidiem o processo de Formulação de Políticas e tomada de decisão em saúde.

Todos os webinars podem ser acessados em: <http://orasconhu.org/portal/node/622>

OTCA e Países Membros iniciam processo de definição do Comitê Gestor do Observatório Regional da Amazônia

Em reunião virtual extraordinária, realizada no dia 5 de abril, a Secretaria Permanente da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (SP / OTCA) apresentou às delegações

dos Países Membros a proposta do Comitê Gestor do Observatório Regional da Amazônia (ORA)²³.

A reunião foi presidida pelo Diretor Executivo da OTCA, Embaixador Carlos Lazary, que deu as boas-vindas às delegações contextualizando que o encontro para discutir a formação do Comitê Gestor do ORA culmina um processo iniciado nas reuniões de chanceleres dos países amazônicos que instruíram o SP / OTCA para avançar no processo de construção do Observatório. Espera-se que o Observatório Regional da Amazônia seja um locus virtual e presencial de informações de base científica de diferentes fontes oficiais da região amazônica e que se torne uma referência regional e global, além de um meio mais ágil de interação entre os Países Membros.

Falta de oxigênio para serviços de saúde na América Latina

À luz das novas variantes do coronavírus, alguns hospitais na América Latina viram a demanda de oxigênio aumentar entre cinco e sete vezes os níveis normais devido ao fluxo de pacientes com doenças graves e críticas. Diferentes países da região, como Argentina, Brasil, Peru e México experimentaram a falta de oxigênio para os serviços de saúde, um insumo essencial no tratamento da Covid-19^{24,25}.

Embora o impacto da segunda onda de coronavírus não diminua na Argentina²⁶, a falta de oxigênio medicinal em diferentes hospitais e clínicas da área metropolitana começa a preocupar e os fornecedores aproveitam para aumentar o preço. Devido a isto, o Governo Argentino congelou o preço do oxigênio líquido medicinal por 90 dias^{27, 28}.

No Peru, quase 200 pessoas morreram todos os dias de COVID-19 no país em fevereiro, quatro vezes mais do que em dezembro, com a segunda onda da pandemia, e a falta de oxigênio médico impede o tratamento de milhares de pacientes^{29,30}.

A demanda por oxigênio dos serviços de saúde na América Latina é muito importante e mesmo assim foi exacerbada exponencialmente pela pandemia. No entanto, existe uma escassez de oxigênio e até mesmo em alguns países existe um mercado negro em relação a ele.

A escassez de oxigênio é um problema permanente em muitos países de baixa renda. É muito caro construir fábricas de produção de oxigênio líquido nos países. Globalmente, existem três fabricantes que respondem por 69% do mercado de gás industrial (que inclui oxigênio medicinal): Air Liquide, Linde e Air Products.

²³ <http://otca.org/otca-y-paises-miembros-inician-proceso-de-definicion-del-comite-directivo-del-observatorio-regional-amazonico/>

²⁴ <https://www.bbc.com/mundo/noticias-56853149>

²⁵ <https://www.bbc.com/mundo/noticias-internacional-55841858>

²⁶ <https://www.a24.com/politica/preocupacion-la-falta-oxigeno-medicinal-dos-empresas-la-mira-del-gobierno-n827056>

²⁷ <https://www.a24.com/politica/el-gobierno-congelo-90-dias-el-precio-del-oxigeno-liquido-medicinal-n828159>

²⁸ <https://www.a24.com/politica/preocupacion-la-falta-oxigeno-medicinal-dos-empresas-la-mira-del-gobierno-n827056>

²⁹ <https://gestion.pe/peru/peru-se-asfixia-por-falta-de-oxigeno-en-fase-critica-de-la-pandemia-noticia/>

³⁰ https://elpais.com/elpais/2021/04/10/album/1618008220_991227.html#foto_gal_9

Frente a ausência do oxigênio medicinal países como México tem chegado a acordos para a reconversão das plantas de oxigênio industrial

Turismo da vacina: pacotes turísticos para os EUA cujo atrativo é a vacina³¹

Segundo a Associação Mexicana de Agências de Viagens, já existem cerca de cinquenta empresas que oferecem pacotes que incluem o voo para os Estados Unidos, recepção no aeroporto, acomodação e traslado para um centro de vacinação por cerca de 20.000 pesos (cerca de US \$ 1.000). Nos principais aeroportos do sul dos Estados Unidos, como os de Miami, Orlando, Houston ou Los Angeles, o turismo de vacinas é um fenômeno já bem visível. Essa é uma realidade também entre a população mais abastada da Venezuela e da Colômbia.

O avanço da campanha de vacinação nos Estados Unidos, onde mais de 53% da população já recebeu pelo menos uma dose da vacina, percentual só superado por Israel e Reino Unido, contrasta com 6,1% na Colômbia, onde as autoridades foram obrigadas a decretar novas restrições para conter o avanço da epidemia; 9,5% do México; ou 1% da Venezuela.

No contexto da região, apenas casos excepcionais como Uruguai ou Chile se aproximam dos números de vacinação dos Estados Unidos.

Protestos na Colômbia³²: “Se um povo sai para protestar no meio de uma pandemia, é porque o governo é mais perigoso que o vírus”.

Com cartazes com esse slogan, milhares de colombianos saíram às ruas em virtude de um documento de 110 páginas que o governo colombiano chamou de **Lei de Solidariedade Sustentável**, mas que, segundo diversos especialistas, é na verdade um rótulo para evitar chamá-lo pelo que é: uma reforma tributária que pressiona os setores da população que mais sofreram com a pandemia no país. A polêmica Lei de Solidariedade tem como objetivos principais os seguintes quatro pontos:

1. Ampliar a base de arrecadação tributária,
2. Evitar que a dívida colombiana gere a perda de mais pontos nas classificações internacionais de risco,
3. Institucionalizar a renda básica e
4. Criar um fundo de conservação ambiental.

A ideia, segundo o governo, é arrecadar cerca de 23 bilhões de pesos colombianos adicionais (cerca de US \$ 6,3 bilhões).

Mas a questão, os críticos apontaram desde o início, é de onde virá o dinheiro. E a resposta do próprio ministro da Fazenda da Colômbia, Alberto Carrasquilla, parece esclarecer tudo: “A cobrança virá de 73% das pessoas físicas e o restante, das empresas”.

Talvez o ponto mais polêmico seja a cobrança do imposto de renda de pessoas que ganham um salário mensal superior a US \$ 663, em um país onde o salário mínimo é de US \$ 234. Ampliação da cobrança do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) e um aumento nos impostos sobre a riqueza para as pessoas que ganham mais.

³¹ <https://www.bbc.com/mundo/noticias-internacional-56923266>

³² <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-56932013>

Há um crescente descontentamento interno da população colombiana devido aos efeitos sociais que a pandemia COVID-19 teve no país, que custou a vida a cerca de 72.000 pessoas e aumentou os níveis de desemprego e pobreza.

A chamada “**greve nacional**” desta quarta-feira foi convocada quando se registra o maior número de infecções desde que a pandemia foi declarada, em março de 2020. A essa situação se somam as perguntas sobre o atraso das campanhas de vacinação em massa que haviam prometido o governo nacional.

Eleições em Peru

Logo Depois da primeira volta das eleições em Peru, o Pedro Castillo Terrones, um professor da cidade de Chota, ao interior de Peru com um partido chamado Peru Livre, que poderia ser chamado de “Barriga de Aluguel”, aparece registrando por quase o dobro de votos que Keiko Fujimori, do partido Fuerza Popular.

Numa pesquisa do Instituto de Estudos Peruano- IEP elaborada para La República³³, o candidato Castillo Terrones alcança um apoio de 41,5% da população peruana frente ao fujimorismo com 21,5%. Também o 21,5% dos consultados tem falado que votariam em branco o nulo.

O crescimento do Pedro Castillo Terrones chama a atenção porque não se conhece muito sobre propostas e equipes técnicas no caso de chegar a Presidência do Peru e como vai implementar suas propostas de governo^{34,35}.

³³ <https://larepublica.pe/elecciones/2021/04/25/iep-pedro-castillo-gana-por-casi-el-doble-a-keiko-fujimori-en-segunda-vuelta-pltc/>

³⁴ <https://larepublica.pe/elecciones/2021/05/01/debate-en-chota-primaron-propuestas-populistas-y-anacronicas-segun-expertos-pltc/>

³⁵ <https://larepublica.pe/elecciones/2021/05/02/la-gran-ausencia-no-dijeron-como-llevarian-a-cabosus-propuestas-pltc/>

União Africana e CDC África

Declaração aos Estados-Membros da União Africana sobre eventos tromboembólicos após vacinação com a vacina Janssen COVID-19 (Johnson & Johnson):

A 14 de Abril de 2021, o CDC África divulgou uma declaração informando os Estados-Membros de um sinal de segurança para a vacina Janssen COVID-19 na sequência de relatos de coágulos sanguíneos extremamente raros e involgares em combinação com plaquetas baixas (trombocitopenia trombótica) temporariamente associados com a administração da vacina nos EUA. Seis casos tinham sido relatados, incluindo uma morte.

Os EUA e a África do Sul foram os únicos dois países que tinham iniciado o lançamento da vacina com 6,8 milhões e 290.000 doses administradas até 13 de abril de 2020, respectivamente. Por uma questão de prudência, ambos recomendaram que se fizesse uma pausa na vacinação, uma vez que as autoridades reguladoras mundiais analisaram e avaliaram a situação. E sobre detalhes dos acontecimentos adversos temporalmente relacionados com a vacina Janssen, o CDC África informou que até à data não foi relatado nenhum caso na África do Sul.

Como as vacinas continuam a ser uma ferramenta chave para prevenir casos graves e mortes por infecção da COVID-19, o acesso rápido a vacinas seguras e eficazes é primordial para a estratégia de vacinação da União Africana a fim de se conseguir o controlo da pandemia. Por enquanto, as provas disponíveis sublinham a segurança e eficácia da vacina Janssen COVID-19, nomeadamente em cenários com elevada prevalência das variantes 501Y.V2 (ou B.1.351).

Por isso, a posição do CDC África é que os benefícios da vacina Janssen COVID-19 superam os riscos para as pessoas que a recebem, recomendando que as autoridades nacionais de saúde reforcem a monitorização da segurança das vacinas. Os prestadores de cuidados de saúde e os clínicos devem ser informados do risco de trombocitopenia trombótica, a fim de reconhecer e gerir adequadamente este acontecimento adverso muito raro.

O CDC África promete continuar a monitorizar as notificações de eventos adversos após a imunização, para todas as vacinas da COVID-19, incluindo a da Janssen e fornecerá mais orientações aos Estados Membros.

[UPDATE: Statement to Member States regarding thromboembolic events after vaccination with Janssen COVID-19 vaccine \(Johnson & Johnson\) – Africa CDC](#)

Declaração sobre doação e distribuição da vacina de AstraZeneca:

O CDC África procurou clarificar sobre a situação das doações de vacinas AstraZeneca recebidas através da AVATT (African Union's African Vaccine Acquisition Task Team), a entidade da União Africana responsável pela estratégia de vacinação do continente.

Em meados de março, a essa entidade da União Africana enviou 925.000 doses de vacinas AstraZeneca para 13 Estados-Membros. E todos foram informados da data de expiração do lote a partir de 13 de abril de 2021. O Maláui foi um desses 13 países que

recebeu a doação feita pela empresa sul africana de telecomunicações MTN. Dada a necessidade urgente de salvar o maior número de vidas possível, os países também foram informados para vacinarem rapidamente e concentrarem a campanha de vacinação especificamente na inoculação dos profissionais de saúde.

Esse apelo do CDC África para a utilização rápida das vacinas está associado à indicação do Maláui de que iria destruir mais de 16.000 doses da vacina da AstraZeneca, porque tinham atingido o prazo de validade, inicialmente fixado para 13 de abril (6 meses) pelo instituto indiano. Entretanto, como a autoridade reguladora indiana, no final de março, prolongou o prazo de validade das vacinas para nove meses - até 13 de julho, decisão que aguarda aprovação – a Diretora da OMS para África recomendou que os países com doses expiradas as “armazenem em locais seguros, até que possam receber uma recomendação sobre a sua utilização”. Recorde-se que a AstraZeneca é a principal vacina utilizada em África até agora, aonde chegou principalmente através da Covax. A União Africana confirmou no final de março a compra de 220 milhões de vacinas de dose única à Janssen, uma subsidiária da Johnson & Johnson Pharmaceuticals, cuja distribuição está prevista para começar no terceiro trimestre de 2021

O Diretor do CDC África também apelou aos países com sobras de doses, especialmente os Estados Unidos da América, a doá-las ao continente africano antes que o vírus se propague para lá das cidades, os atuais “teatros de guerra” onde se encontra, e se estenda a áreas mais remotas.

[Statement on donation and distribution of Oxford-AstraZeneca COVID-19 vaccine through AVATT – Africa CDC](#)

No âmbito de luta contra a pandemia, já está disponível o boletim informativo Outbreak Brief nº 66: Coronavirus Disease 2019 (COVID-19) Pandemic de 20 de abril. Como informado ao longo dos sucessivos relatórios, os boletins que espelham a situação da pandemia no continente africano continuam sendo editados apenas em três línguas oficiais da União Africana (árabe, francês e inglês), ficando o português por enquanto de fora. Para mais detalhes, consultar:

https://africacdc.org/download/outbreak-brief-66-coronavirus-disease-2019-covid-19-pandemic/?ind=1619016024176&filename=AfricaCDC_COVIDBrief_20APR21_EN%20.pdf&wpdmdl=8380&refresh=6086e55487caa1619453268

Rede de Dados sobre Migração em África (the Africa Migration Data Network - AMDN)

Foi lançada em Adis Abeba a primeira Rede de Dados sobre Migração em África (AMDN) em que os promotores (União Africana, OCDE, OIM e o Instituto Nacional de Estatística da Suécia – Statistics Sweden) destacaram a importância desta informação para o verdadeiro conhecimento da história dos países. Os objetivos gerais da AMDN (Rede de Dados sobre Migração em África) são promover um intercâmbio continental de boas práticas em questões de dados sobre migração, facilitar a coordenação e colaboração entre os membros da rede na implementação de iniciativas relacionadas com dados sobre migração e melhorar a eficácia na sua divulgação.

A Rede de Dados sobre Migração em África deverá proporcionar uma leitura mais real do fenómeno da migração em África, envolvendo várias vertentes: imigração, emigração, ilegais ou não, tráfico, entre outras.

Apesar dos progressos feitos nas estatísticas de migração em África nas últimas décadas, existem lacunas persistentes na quantidade e qualidade dos dados recolhidos pelos atores nacionais e regionais.

A nova Rede incluirá pontos focais de migração nos Institutos Nacionais de Estatística, nos ministérios mais relevantes em matéria de migração em cada Estado-Membro da União Africana, bem como representantes das Comunidades Económicas Regionais.

[40228-ma-africa_migration_data_launch_media_advisory.pdf](#)

OMS AFRO

A entidade regional alerta sobre risco de grandes surtos de sarampo à medida que os países atrasam os esforços de vacinação. Quinze países africanos (dos 49 Estados-Membros da Região Africana da OMS) atrasaram os esforços de imunização contra o sarampo no ano passado ao lidarem com a pandemia de COVID-19. Embora sete destes países tenham já concluído as campanhas, oito permanecem pendentes, representando um risco de grandes surtos de sarampo.

Paralelamente à campanha de vacinação contra a COVID-19, a OMS AFRO está a trabalhar com os Estados-Membros para assegurar que a prestação de serviços de imunização de rotina seja aumentada para colmatar as lacunas criadas no início da pandemia. Isto inclui fornecer orientação política, ajudar a reforçar os sistemas de saúde, formar profissionais de saúde, reforçar a vigilância da doença e a utilização de dados para a ação, bem como ajudar com campanhas periódicas de vacinação em massa para uma série de doenças preveníveis por vacinas.

A OMS e os Estados-Membros cumpriram a 11ª Semana Africana de Vacinação, de 24 a 30 de abril - uma campanha anual que junta os parceiros no apelo ao acesso universal às vacinas que salvam vidas e a uma maior ação coletiva sobre imunização em África.

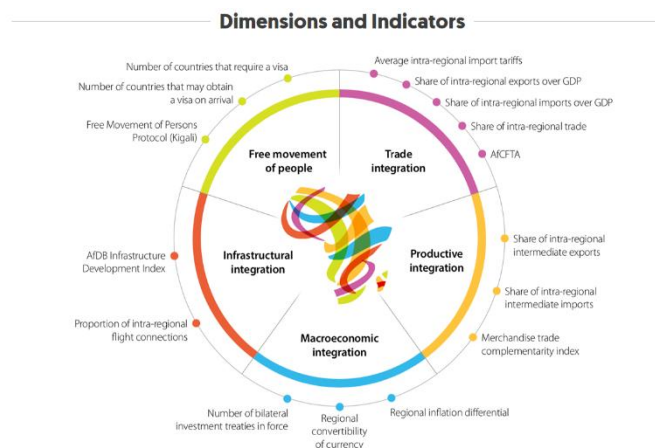
[Risk of major measles outbreaks as countries delay vaccination drives | WHO | Regional Office for Africa](#)

O impulso pandémico da Covid-19 para uma maior integração regional, dizem os países africanos na apresentação do Relatório do Índice de Integração Regional (African Regional Integration Index, ARII):

O índice ARII é uma publicação conjunta da Comissão da União Africana, do Banco Africano de Desenvolvimento e da Comissão Económica das Nações Unidas para África (ECA).

Desde que a ARII foi publicada pela primeira vez em 2016, a integração regional em África tem feito enormes progressos. Os líderes do Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento, da Comissão da União Africana e da Comissão Económica das Nações Unidas para África refletem sobre o processo de integração em curso no continente africano.

Segundo estas organizações, as melhores fontes de dados disponíveis, um sistema de ponderação objetivo e outras escolhas metodológicas fazem da ARII uma ferramenta robusta para medir a integração regional.



O índice utiliza 16 indicadores, agrupados em cinco dimensões para medir a forma como cada país e região em África está integrado com os seus vizinhos. ARII também mede o estado de integração regional para o continente como um todo. A África tem uma baixa pontuação na integração regional, mas a mudança está no horizonte. A versão inglesa do relatório do Índice de 2019 pode ser consultado aqui:

[ARII-Report2019-FIN-R40-11jun20.pdf \(integrate-africa.org\)](#)

IX Conferência sobre Alterações Climáticas e Desenvolvimento em África (CCDA-IX)

A Conferência sobre Alterações Climáticas e Desenvolvimento em África (The Ninth Climate Change and Development in Africa - CCDA-IX) terá lugar na Ilha do Sal, em Cabo Verde, de 23 a 27 de agosto de 2021. Esta é a primeira vez que esta importante conferência climática africana será acolhida num Estado insular.

"Rumo a um Quadro Africano para Transições Justas" foi proposto como tema principal para a conferência deste ano. "Transição Justa" refere-se a mudanças deliberadas de investimentos para economias ambiental e socialmente sustentáveis. Outras áreas temáticas propostas incluem as ambiciosas contribuições determinadas a nível nacional (NDC-Nationally determined contributions) de ação climática; economia verde e azul e resiliência climática pós pandemia de COVID-19 que serão os temas transversais desta CCDA-IX.

Os objetivos gerais da conferência estão orientados para o lançamento de um debate a nível continental sobre como deve ser uma transição justa para África e como o continente pode desenvolver quadros apropriados para se preparar para a transição justa.

Os resultados da conferência contribuirão para os temas abrangentes e serão incorporados na declaração CCDA-IX, culminando numa chamada à ação que será amplamente divulgada e levada aos eventos climáticos globais de alto nível, nomeadamente a COP26 que se realizará em Glasgow, no Reino Unido, no final do ano.

Espera-se que o CCDA-IX reúna uma vasta gama de intervenientes e círculos interessados, incluindo decisores políticos, tecnocratas, parlamentares, o Grupo Africano de Negociadores sobre alterações climáticas; investigadores, académicos, grupos de reflexão sobre o clima, sociedades civis, jovens, grupos de mulheres e grupos indígenas. Outros intervenientes notáveis que agraciarão a conferência incluem parceiros de desenvolvimento, representantes dos governos locais, organizações internacionais e membros do sector privado.

[Cabo Verde to host the Ninth Conference on Climate Change and Development in Africa \(CCDA-IX\) | United Nations Economic Commission for Africa \(uneca.org\)](#)

Fórum de investimento verde União Europeia-África

O fórum híbrido foi convocado por Portugal e pelo Banco Europeu de Investimento para mobilizar capital privado e público em direção à transição verde em África. O evento de alto nível reuniu importantes figuras governamentais e empresariais, instituições financeiras internacionais e de desenvolvimento, sociedade civil e academia.

O Presidente do BAD identificou a energia, a agricultura e as infraestruturas como áreas-chave do potencial de investimento para uma recuperação pós-Covid-19 em África. Com abundantes recursos de energia solar, eólica, hídrica e geotérmica, a transição energética de África apresenta, por si só, uma oportunidade de investimento de 100 bilhões de dólares por ano. A agricultura oferece potencialmente investimentos maciços em culturas inteligentes do ponto de vista climático para construir sistemas alimentares mais resilientes. E as infraestruturas resistentes ao clima oferecem um potencial de investimento entre 130 e 170 bilhões de dólares.

Por sua vez, o Presidente do Banco Europeu de Investimento disse que as parcerias forjadas para enfrentar a crise da Covid-19 devem agora ser aplicadas às alterações climáticas e que a África pode ser o continente mais vulnerável aos efeitos imediatos das alterações climáticas, mas é responsável por algumas das mais baixas emissões de gases com efeito de estufa per capita. Este é também o continente onde se podem evitar os erros cometidos noutros locais, podendo investir em tecnologias inovadoras e fazer as escolhas certas para um futuro sustentável e inclusivo.

Rematando, o Presidente do BAD afirmou que a África já é verde e só precisa de se tornar mais verde. O que é necessário agora é mais euros para apoiar o crescimento verde do continente e que é preciso pensar nas tremendas oportunidades de investimento verde disponíveis hoje e em muitas mais que surgirão no futuro. "Pense de forma diferente, pense em África", o lema do BAD.

[Africa's recovery pathway offers enormous opportunities, African Development Bank head says at EU-Africa Green Investment Forum | African Development Bank - Building today, a better Africa tomorrow \(afdb.org\)](#)

II Conferência dos Chefes de Estado e de Governo do Fórum dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP)

O Fórum PALOP tem existência legal desde o ano de 2014 e é um mecanismo de concertação político-diplomática e de cooperação entre os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa. O Fórum PALOP, uma estrutura de longa data dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, junta os Chefes de Estado de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe para apreciar a adesão de Timor-Leste e Guiné Equatorial a este Fórum.

O encontro realizou-se de forma virtual, em Luanda, sendo atualmente Angola que ocupa a liderança do Fórum e na cimeira será revezada na presidência pro-tempore pela República de Cabo Verde, segundo uma nota da Casa Civil do Presidente angolano, João Lourenço.

O Presidente cabo-verdiano, Jorge Carlos Fonseca, considerou ser de "extrema importância" continuar o reforço do aprofundamento da institucionalização do Fórum PALOP, para torná-lo "mais previsível e consolidado" para intensificar a concertação político-diplomática entre os países.

"Consideramos de extrema importância continuar o reforço do aprofundamento da institucionalização do Fórum PALOP, por forma a torná-lo mais previsível e consolidado", disse o chefe de Estado cabo-verdiano. Segundo o Presidente de Cabo Verde, o fórum pode ser consolidado através da operacionalização do Secretariado Permanente, com sede em Luanda, bem como a institucionalização de reuniões ao mais alto nível, à margem das cimeiras ou reuniões ministeriais na União Africana e Nações Unidas.

"Acreditamos que este Fórum multilateral pode constituir, ainda, uma base sólida de atuação no seio da CPLP [Comunidade dos Países de Língua Portuguesa], tornando-a mais coesa e mais forte", disse ainda o Presidente de Cabo Verde, país que vai assumir a presidência rotativa da organização até 2023, realçando que foi "uma enorme satisfação e orgulho que Cabo Verde assume, uma vez mais, a presidência em exercício dos PALOP, desta feita para o período 2021-2023", aplaudindo ainda a institucionalização das reuniões ministeriais dos setores da Educação, Cultura, Ensino Superior e Ciência e Tecnologia, Energia, Desporto, Assuntos do Mar e Saúde, "domínios chave para o desenvolvimento" dos países.

O chefe de Estado de Cabo Verde considerou ainda relevante a dinamização da organização, para explorar todo o potencial que existe no domínio das parcerias económicas e de cooperação técnico-institucional sul-sul e trilateral, principalmente em tempos difíceis de pandemia de covid-19.

O chefe de Estado cabo-verdiano considerou ainda ser de interesse reuniões entre as Câmaras de Comércio dos PALOP, para estimular a classe empresarial e promover a cooperação entre os privados.

"Julgamos ainda que, para reforçar o sentimento de pertença à organização, teremos todos de nos empenhar para adotar medidas tendentes a aumentar a mobilidade e circulação no espaço dos PALOP", salientou, indicando que o processo em curso na CPLP, que será aprovado em julho, em Luanda, poderá permitir ir mais longe neste processo.

Para aumentar a visibilidade do Fórum, Jorge Carlos Fonseca disse igualmente ser de interesse instituir o Dia dos PALOP, bem como criar uma página oficial do Fórum PALOP na Web.

Na abertura da conferência do Fórum PALOP, o Presidente angolano, João Lourenço, anunciou que os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) vão desenvolver um projeto sobre a história da luta de libertação, para o qual Angola vai contribuir com mais de um milhão de dólares americanos.

A conferência abordou temas como o projeto de elaboração da História sobre a Luta de Libertação dos PALOP e a admissão da Guiné Equatorial como membro de pleno direito do Fórum PALOP e de Timor-Leste na qualidade de membro observador.
https://www.rtp.pt/noticias/mundo/presidente-de-cabo-verde-quer-forum-palop-mais-previsivel-e-consolidado_n1315572

Europa na Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire

Na Semana Europeia de Imunização - que anualmente celebra o papel da vacinação e este ano aconteceu entre 26/4 e 2/5- o Diretor Regional da OMS na Europa, Hans Kluge, celebrou o otimismo de que “as vacinas nos aproximarão” novamente, embutido no conhecimento de que a pandemia pode ser vencida com expressiva vacinação e adesão às medidas de saúde pública, lembrando que as vacinas têm papel vital para proteger vidas, ajudando crianças a se tornarem adultos saudáveis. Afirmou que os impactos da vacinação de rotina ajudam a reduzir as desigualdades em saúde, educação e renda e até mesmo a ameaça da resistência antimicrobiana. Chamou atenção para o novo Programa Europeu de Trabalho³⁶, também chamado de Ação Unida para Melhor Saúde, que confere ainda maior destaque à imunização como uma das iniciativas emblemáticas da Organização. Reconheceu que ainda existem lacunas na cobertura vacinal, que colocam em risco especialmente, os vulneráveis. Encerrou informando que a OMS está trabalhando em estreita colaboração com todos os Estados Membros para fornecer vacinas contra a Covid-19 a todas as pessoas elegíveis na Região e para garantir que as imunizações de rotina continuem ininterruptas durante o período pandêmico³⁷.

Em seu discurso semanal, Kluge pediu que os países da Região ajudem à Índia e comentou o fato de já haver mais europeus vacinados contra COVID-19 do que aqueles que já tiveram o vírus: com base no número de casos confirmados, 5,5% de toda a população europeia já teve COVID-19, enquanto 7% completou uma série completa de vacinação. Alertou, contudo, para a ameaça que continua presente apesar do declínio de novos casos, hospitalizações e mortes, ressaltando que quase metade de todas as infecções por COVID-19 na Região desde janeiro do ano passado foram notificadas à OMS durante os primeiros 4 meses deste ano. Disse que pela primeira vez em 2 meses, os novos casos caíram significativamente na semana passada, mas que as taxas de infecção em toda a Região permanecem extremamente altas. Reconheceu que na maioria dos países, as medidas sociais e de saúde pública individuais e coletivas continuam sendo fatores dominantes na definição do curso da pandemia. O Diretor Regional atualizou os números da vacinação, informando que, até o momento, cerca de 215 milhões de doses da vacina foram administradas; aproximadamente 16% da população da Região recebeu a primeira dose da vacina; e 81% dos profissionais de saúde em 28 países da Região receberam a primeira dose. Disse que onde as taxas de vacinação em grupos de alto risco são mais altas, as admissões em hospitais estão diminuindo e as taxas de mortalidade estão caindo, mas alerta que as vacinas por si só não vão acabar com a pandemia, sendo necessário informação, envolvimento, vigilância e rastreamento³⁸.

No âmbito da União Europeia, nesta semana de celebração à vacina, foi lançada uma iniciativa conjunta do Centro Europeu para Prevenção e Controle de Doenças (ECDC) e da Agência Europeia de Medicamentos (EMA), para melhorar e fortalecer o monitoramento pós-

³⁶ <https://www.euro.who.int/en/health-topics/health-policy/european-programme-of-work/European-Programme-of-Work-20202025-United-Action-for-Better-Health-in-Europe>

³⁷ <https://www.euro.who.int/en/media-centre/sections/statements/2021/statement-for-eiw-2021-this-week-we-celebrate-the-role-of-vaccines-in-bringing-us-closer>

³⁸ <https://www.euro.who.int/en/media-centre/sections/statements/2021/statement-more-europeans-now-vaccinated-against-covid-19-than-have-had-the-virus>

comercialização de vacinas COVID-19 na Europa, sob os aspectos da segurança, eficácia e impacto. Os estudos de eficácia e segurança em larga escala em toda a UE são considerados ferramenta essencial para monitorar de perto o desempenho dessas novas vacinas, gerando evidências para apoiar a avaliação contínua dos benefícios e riscos das mesmas, informando a tomada de decisão sobre seu uso em estratégias nacionais ou regionais de vacinação para diferentes populações. A EMA e o ECDC irão coordenar e supervisionar conjuntamente uma série de estudos observacionais que serão financiados pelo orçamento da UE e realizados em vários países europeus. Em conformidade com os respectivos mandatos e em colaboração com os países, a EMA lidera o monitoramento da segurança e o ECDC, a eficácia das vacinas. Este trabalho contará com o apoio de uma Junta Consultiva Conjunta (JAB) às duas Agências. A JAB é co-presidida pela EMA e pelo ECDC, sendo composta por representantes da Comissão Europeia, da colaboração dos Grupos Técnicos Consultivos de Imunizações Nacionais (GTCV) da UE organizada pelo ECDC, membros da Força-Tarefa de pandemia EMA COVID-19 e comitês da EMA sobre medicamentos humanos (CHMP) e segurança de medicamentos (PRAC). A Junta é estabelecida como um órgão consultivo para aconselhar sobre a priorização, desenho, condução e interpretação dos estudos observacionais pós-autorização independentes e se reunirá em intervalos regulares, para informar as estratégias de vacinação e ações regulatórias relevantes sobre as vacinas COVID-19. “A investigação observacional é um pilar importante na vigilância pós-comercialização das vacinas COVID-19 e é necessária uma maior colaboração a nível da UE para que os Estados-Membros possam unir forças e organizar grandes estudos que vão ao encontro das necessidades dos reguladores de medicamentos e institutos nacionais de saúde pública e vacinação”, disse Emer Cooke, Diretor Executivo da EMA. Já Andrea Ammon, Diretora do ECDC, salientou que “este novo modelo de colaboração aproxima reguladores de medicamentos e autoridades de saúde pública e estabelece processos em direção a uma plataforma de colaboração mais permanente e sustentável para monitorar a segurança e eficácia de vacinas”³⁹. Interessante notar que o termo “vigilância” parece ser evitado.

Também na Semana Europeia de Imunização, o ECDC publicou documento que traz uma visão geral dos possíveis objetivos da vacinação contra COVID-19 e reflete sobre as possíveis implicações. Considerando que estratégias de vacinação eficientes e eficazes devem ser direcionadas por objetivos explícitos e que, portanto, o estabelecimento e a priorização de objetivos claros e mensuráveis para as estratégias de vacinação são de importância crucial, o documento, discute quatro objetivos potenciais da vacinação: redução da pressão sobre o sistema de saúde; redução da gravidade e mortalidade geral da Covid-19; reabertura da sociedade e eliminação de doenças^{40,41}.

A EMA atualizou o *status* de segurança da vacina da Johnson & Johnson, reconhecendo que Coágulos sanguíneos incomuns em combinação com níveis baixos de plaquetas no sangue foram identificados como um efeito colateral muito raro da vacina COVID-19 Janssen. O Comitê de Avaliação de Risco de Farmacovigilância (PRAC) concluiu que as informações do medicamento para COVID-19 Vaccine Janssens devem ser atualizadas para especificar trombose com trombocitopenia como um novo efeito colateral muito raro. Além disso, deve

³⁹ <https://www.ecdc.europa.eu/en/news-events/ema-and-ecdc-join-forces-enhanced-post-marketing-monitoring-covid-19-vaccines-europe>

⁴⁰ <https://www.ecdc.europa.eu/en/publications-data/objectives-vaccination-strategies-against-covid-19>

⁴¹ <https://www.ecdc.europa.eu/sites/default/files/documents/Objectives-of-vaccination-strategies-against-COVID-19.pdf>

ser incluído um aviso na informação do medicamento para alertar os profissionais de saúde e os vacinados sobre estes eventos muito raros e os seus sintomas⁴².

Na semana que passou, o Parlamento Europeu aprovou o acordo de comércio e cooperação com o Reino Unido, com 660 votos a favor e 5 contra, prometendo monitorar de perto, para assegurar que ambas as partes cumpram os compromissos assumidos⁴³. Outros destaques foram: a aprovação do mecanismo de proteção civil da UE, adotando um quadro jurídico mais reforçado⁴⁴; adoção de mais acessibilidade ao Fundo Europeu para a Globalização, que ajuda as pessoas que perderam os seus empregos devido à globalização, às mudanças tecnológicas ou ambientais a retreinarem-se e a encontrarem empregos alternativos e de qualidade⁴⁵; e a aprovação do acordo com os Estados-membros sobre o Programa 2021-2027 para o Meio Ambiente e a Ação Climática (LIFE), que entra em vigor retroativamente a partir de 1 de janeiro de 2021, com status de programa climático e ambiental mais ambicioso da UE.

O programa LIFE quer situar a ação climática no centro da política europeia e contribuirá para fazer a transição para uma economia limpa, circular, eficiente do ponto de vista energético, com baixo teor de carbono e resiliente às alterações climáticas, para proteger e melhorar a qualidade do ambiente e para travar e inverter a perda de biodiversidade. Ao tomar decisões sobre o que financiar, a Comissão deve dar prioridade a projetos que maior potencial de replicabilidade e de aceitação pelo setor público ou privado, ou de mobilização dos maiores investimentos. O LIFE também promoverá o uso de contratos públicos verdes⁴⁶.

O Parlamento também aprovou sua posição acerca dos certificados de Covid-19, que permitirão uma livre e segura circulação na UE. Os eurodeputados discordaram da nomenclatura “Certificado Verde Digital” proposta pela Comissão e concordaram que o novo “Certificado Covid-19 da UE”, deveria vigorar durante 12 meses. O documento, que pode ser em formato digital ou impresso, atestará que uma pessoa foi vacinada ou que teve resultado negativo recente em teste ou se recuperou da infecção. No entanto, os deputados afirmam que os certificados não devem servir como documento de viagem, nem se tornar uma condição prévia à livre circulação no bloco. A proposta aprovada pelo Parlamento será discutida com o Conselho Europeu, para negociar um acordo que se pretente alcançar antes da temporada turística de verão. O Parlamento defende que os titulares de um certificado Covid-19 da UE não estão sujeitos a restrições adicionais de viagem, como quarentena, auto-isolamento ou testes, e que os países devem assegurar testes universais, acessíveis e gratuitos para evitar a discriminação dos não vacinados. A proposta também deseja garantir que o certificado funcione concomitantemente com iniciativas outras dos Estados-membros, mas que respeitem o quadro jurídico comum. Os Estados-membros devem aceitar certificados de vacinação emitidos em outros Estados-membros para pessoas inoculadas com vacina autorizada pela EMA e caberá a eles decidir se aceitam certificados emitidos em outros Estados-membros para

⁴² https://www.ema.europa.eu/en/documents/covid-19-vaccine-safety-update/covid-19-vaccine-safety-update-covid-19-vaccine-janssen-22-april-2021_en.pdf

⁴³ Parlamento Europeu, perfil do Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/COSaOQRcic2/>. Acesso em 2/5/2021

⁴⁴ <https://www.europarl.europa.eu/news/en/press-room/20210422IPR02615/civil-protection-faster-eu-response-to-large-scale-emergencies>

⁴⁵ <https://www.europarl.europa.eu/news/en/press-room/20210422IPR02618/parliament-adopts-a-more-reactive-and-accessible-european-globalisation-fund>

⁴⁶ <https://www.europarl.europa.eu/news/en/press-room/20210422IPR02614/meps-approve-deal-to-invest-EU5-4-billion-in-climate-and-environmental-projects>

vacinas listadas pela OMS para uso emergencial. Os certificados serão verificados para evitar fraudes e falsificações e contração com selos eletrônicos autenticados. Para salvaguardar a proteção de dados, os dados pessoais obtidos dos certificados não podem ser armazenados nos Estados-Membros de destino e não haverá uma base de dados central estabelecida a nível da UE. A lista de entidades que irão processar e receber dados será pública para que os cidadãos possam exercer os seus direitos de proteção de dados ao abrigo do Regulamento Geral de Proteção de Dados. Por fim, os eurodeputados sublinham que as vacinas COVID-19 têm de ser produzidas em grande escala, com preços acessíveis e distribuídas globalmente e expressam preocupação com os graves problemas causados por empresas que não cumprem os cronogramas de produção e entrega ⁴⁷.

O programa Horizonte Europa, destinado a fomentar o financiamento dos sistemas de saúde, a luta contra as mudanças climáticas e a digitalização, vinha sendo aplicado provisoriamente desde 1 de janeiro de 2021 e teve seu marco aprovado pelo Parlamento, com orçamento geral de € 95,5 bilhões, incluindo € 5,4 bilhões do plano de recuperação da NextGenerationEU e um investimento adicional de € 4 mil milhões do quadro financeiro plurianual (QFP) da UE. Com forte ênfase em saúde, digitalização e apoio a MPEs inovadoras, o programa de pesquisa e inovação 2021-2027 ajudará os sistemas de saúde da UE a se prepararem para futuras pandemias e a sua indústria a se descarbonizar, digitalizar e inovar, garantindo financiamento de curto e longo prazo. O Horizon Europe prevê um montante adicional de 1 bilhão de euros para pesquisa básica, que será canalizado através do Conselho Europeu de Pesquisa (ERC: European Research Council: <https://erc.europa.eu/>). Incluindo pela primeira vez um orçamento específico para as indústrias culturais e criativas da Europa, o Programa compreende três pilares ^{48,49}:

- ✓ O pilar Ciência Excelente e Aberta apoiará projetos de pesquisa de fronteira definidos e conduzidos pelos próprios pesquisadores através do ERC. Financiará bolsas e intercâmbios através das Ações Marie Skłodowska-Curie e investirá em infraestruturas de pesquisa (25,1 bilhões de euros).
- ✓ O pilar Desafios Globais e Competitividade Industrial Europeia apoiará diretamente a pesquisa relacionada com os desafios sociais e as capacidades tecnológicas e industriais, assegurando que o processo de pesquisa e inovação esteja fundamentado e integrado aos desafios globais. Inclui também parcerias europeias público-públicas e público-privadas, bem como atividades desenvolvidas pelo Centro Comum de Pesquisa (JRC, Joint Research Centre: <https://ec.europa.eu/jrc/en>), que orienta decisores políticos nacionais e da UE com evidências científicas independentes, prestando apoio técnico (53,5 bilhões de euros).
- ✓ O pilar Innovative Europe visa tornar a Europa uma pioneira na criação de mercados inovativos, por meio do Conselho Europeu de Inovação (EIC European Innovation Council: https://eic.ec.europa.eu/index_en). Visa também, através do reforço do Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia (EIT, European Institute of Innovation & Technology: <https://eit.europa.eu/>), promover a integração das empresas, da pesquisa, do ensino superior e do empreendedorismo (13,6 bilhões de euros).

⁴⁷ <https://www.europarl.europa.eu/news/en/press-room/20210422IPR02606/eu-covid-19-certificate-must-facilitate-free-movement-without-discrimination>

⁴⁸ <https://www.europarl.europa.eu/news/en/press-room/20210422IPR02604/meps-adopt-landmark-research-programme-horizon-europe>

⁴⁹ Parlamento Europeu, perfil do Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/COKXPK8I2mE/>. Acesso em 2/5/2021

Fatias do orçamento podem ser pleiteadas por entidades jurídicas da UE e países associados. Dentre os novos elementos do programa de financiamento à pesquisa europeu, destaco a Política de ciência aberta, que preza pelo acesso aberto obrigatório a publicações e princípios de ciência aberta aplicados em todo o programa e a Nova abordagem às parcerias, que induz parcerias mais ambiciosas e orientadas para objetivos com a indústria em apoio aos objetivos políticos da UE⁵⁰.

Com 8,4% da população mundial, a América Latina acumula mais de 20% das mortes globais por Coronavírus. Considerando este fato, o plenário da Eurocâmara aprovou resolução que insta a comunidade internacional a aumentar os esforços para fortalecer a capacidade de distribuição de vacinas da Covax. Por sua parte, os países latinoamericanos devem garantir a disponibilidade de vacinas para todos, incluindo os imigrantes irregulares, refugiados e pessoas que trabalham no setor informal ou vivem em assentamentos. Os eurodeputados também pedem aos governos europeus e latinoamericanos, assim como às organizações internacionais, que intensifiquem a luta contra a desinformação na rede, as fakenews e a pseudociência (será que nesse conceito estão embutidas as medicinas tradicionais, como a africana?). No debate prévio à votação, numerosos eurodeputados se referiram à situação no Brasil e criticaram a gestão do presidente Jair Bolsonaro, a quem culpam pela “catastrófica” situação, por sua “inação” e o “descrédito da ciência”⁵¹. Bolsonaro não só é visto como um risco para o Brasil, como para o mundo.

⁵⁰ https://ec.europa.eu/info/horizon-europe_en

⁵¹ Parlamento Europeu, perfil do Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/COQiFnix2f/?igshid=ga2gd35f473i>. Acesso em 2/5/2021

Ásia Sudeste, Pacífico Ocidental e Oriente Médio na Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Lúcia Marques

Horror e caos. A Índia vive seu pior momento em toda história da pandemia Covid-19 – semelhante ao que assistimos acontecer em Manaus, só que em proporções gigantescas. E lá não tem o SUS. Hospitais em colapso, falta de leitos, falta de oxigênio e medicamentos, cremação coletiva dos mortos e em instalações improvisadas, desorganização e desinformação por parte do governo, subnotificação. Com os crematórios funcionando com capacidade máxima (a cremação faz parte do ritual hinduísta), as pessoas são orientadas a cremar seus mortos em casa! Ou enterrar no quintal.

Já são mais de 19 milhões de casos e mais de 215 mil mortes, com recordes sendo batidos diariamente. Mas a enorme população do país e seus problemas logísticos tornam muito difícil fazer o teste de covid ou registrar com precisão as mortes, tornando muito mais desafiador saber a escala exata da crise na Índia. Sabe-se que nova variante indiana, mais virulenta, corresponde a 29% dos casos de Covid-19.

O que acontece na Índia certamente terá repercussões por outros países, especialmente porque o país tem conexões com todo o mundo. Além disso, o descontrole de infecções pode levar ao surgimento de variantes que, potencialmente, podem resistir a vacinas. "A alta população e densidade da Índia é uma incubadora perfeita para este vírus experimentar mutações", disse Ravi Gupta, professor de microbiologia clínica da Universidade de Cambridge.⁵²

Esse cenário já vinha se desenhando desde o início de março quando foi identificada a nova cepa “duplo mutante” do SARS CoV-2, concomitante à presença da variante britânica. E a despeito das novas variantes, o governo relaxou as restrições, não exigiu o uso de máscaras e o respeito ao distanciamento social, permitindo aglomerações em comícios de campanhas eleitorais e festas religiosas que duram mais de um dia– e quando falamos de Índia, são milhões de pessoas celebrando aglomeradas. Além disso não houve uma coordenação centralizada das ações; estados podem estabelecer restrições ou suspendê-las contrariamente ao governo central.

A situação gravíssima mobilizou a comunidade internacional e cerca de 40 países (EUA, Reino Unido, Rússia, França, Alemanha, Canadá, Arábia Saudita, Paquistão, União Europeia, China, entre eles) já começaram a enviar ajudas de toda ordem: equipamentos de produzir oxigênio; para armazenar oxigênio; EPIs; respiradores e outros equipamentos médicos; insumos de vacinas e insumos dos medicamentos para COVID-19, como Remdesivir (necessidade diária de 300 mil doses por dia – a produção indiana é de 67 mil doses); ventiladores; doses de vacinas, medicamentos para internação, enfim, a necessidade é grande e urgente.

Além da ajuda de governos, os CEOs da Microsoft, Satya Nadella, e do Google, Sundar Pichai, nascidos na Índia, estão enviando suprimentos médicos e recursos financeiros, e vão disponibilizar ferramentas e recursos tecnológicos para centralizar as informações de saúde pública, para tentar dar ordem ao caos.

⁵² <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-56900334>

Diante desse cenário crítico, o Ministério dos Assuntos Internos (MHA) ordenou aos estados e territórios da União que sigam medidas locais intensivas de contenção em distritos com um alto número de casos de Covid-19. A diretiva, que permanecerá em vigor até 31 de maio, no entanto, não teve menção sobre a imposição de um bloqueio nacional. Toque de recolher noturno, restringindo a circulação de pessoas, limitando a multidão em casamentos a 50 pessoas, proibindo encontros sociais/políticos/religiosos/esportivos, fechando cinemas estavam entre as medidas recomendadas pelo Ministério da Saúde em sua comunicação em 25 de abril. Só em 25 de abril. E somente na manhã de hoje, 2 de maio, o primeiro-ministro Narendra Modi encontrou-se com o ministro da Saúde para revisar as medidas tomadas diante da crise.

Os militares indianos começaram a transportar suprimentos médicos essenciais, como cilindros de oxigênio, por todo o país e abriram suas instalações de saúde aos civis. Hotéis e vagões de trem estão sendo convertidos em instalações de atendimento de urgência para compensar a carência de leitos hospitalares. Mas isso é para atender os doentes. É preciso interromper as infecções. É preciso vacinar massiva e urgentemente a população.

A Índia tem uma população de 1 bilhão e 380 milhões de habitantes, cerca de 15% da população do planeta, sendo superada só pela China. Mas, segundo as estimativas de crescimento demográfico, até 2053 a Índia deve ultrapassar seu vizinho. É um país de contrastes extremos: é a sétima economia do mundo em PIB, alto nível em tecnologia digital, mas com altíssimos índices de analfabetismo, pobreza e desnutrição; possui 20 usinas nucleares para geração de energia – mais quatro usinas em início de construção -, mas tem mais 50 milhões de pessoas em 15 cidades (área urbana) sem acesso a água potável.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS – O pós-covid-19: oportunidade para o desenvolvimento sustentável

1,5° C é urgente! Esse é o grito de guerra das Ilhas Marshall! Também é o limite para o aquecimento do planeta até 2030 para as ilhas não submergirem. A nação está localizada na Micronésia, região da Oceania, compreende 29 atóis e cinco ilhas e 99% do país fica abaixo de 5 metros de altitude acima do nível do mar.



As Ilhas Marshall fazem parte do grupo de países vulneráveis que podem desaparecer ou perder a condição de habitável se o oceano subir o nível em 40 cm - como resultado do efeito estufa, que está derretendo os três polos: Ártico, Antártica e Himalaia⁵³ –, provocando a intrusão da água salgada no sistema de água doce das ilhas.

Desde 2015, o governo marshallês vem trabalhando para melhorar a meta de redução da emissão de carbono no globo. Durante as negociações da COP21, o país liderou a iniciativa Coalizão de Alta Ambição, formada por mais de 100 países (Brasil entre eles), para reduzir a meta de 2° para 1,5° C, seguindo a ciência. A Coalizão queria o Acordo de Paris com força de Lei; que houvesse revisão a cada cinco anos para atualização de metas e um sistema unificado para avaliação do progresso.

⁵³ Com 50 mil geleiras, seu destino é crucial para ¼ do planeta e abastece os 10 maiores rios da Ásia

De acordo com as últimas projeções do [Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas](#) (IPCC, na sigla em inglês), o aumento de 2 graus na temperatura até o final deste século resultaria em cerca de meio metro de elevação do nível do mar. Mesmo reduzindo drasticamente e imediatamente a quantidade de gases do efeito estufa que estamos emitindo, o nível do mar ainda continuará a subir como resultado do aquecimento que já produzimos, mas deve ser menor, provavelmente em torno de 40 cm. Se continuarmos a aumentar as emissões de gases de efeito estufa na taxa atual, o aumento no nível do mar pode chegar ao dobro desse valor, ou 80 cm até 2100.

Mudanças são urgentes. A velocidade da subida dos oceanos é o dobro do que era no século 20; em muitas regiões. Mas não se trata só do aumento do nível do mar. O efeito estufa aquece os mares e oceanos, provocando mais furacões, tufões e ciclones; inundações de marés altas; erosões de praias e manguezais (os manguezais absorvem 4x mais o carbono que as florestas); chuvas torrenciais, provocando inundações, e longos períodos de estio, provocando secas e desertificação de terras com impactos na agricultura; ondas de frios e de calor extremos; branqueamento de corais⁵⁴ e redução das espécies de peixes que dependem deles.

Assim como os vírus, as mudanças climáticas não respeitam fronteiras. É urgente conciliar o combate à pandemia à ambição climática. Na Ásia Leste, Pacífico e Sudeste estão países que mais contribuem para o efeito estufa (Índia, China, Rússia, Japão) e os mais vulneráveis aos impactos severos do degelo e do aumento do nível do mar e muitos deles com poucos recursos financeiros e tecnológicos (Bangladesh, Singapura, Ilhas Marshall e outras ilhas da Micronésia). Por outro lado, a Ásia está bem-posicionada para enfrentar esses desafios e capturar as oportunidades que vêm da gestão do risco climático de forma eficaz. Infraestruturas e áreas urbanas ainda estão sendo construídas em muitas partes da Ásia, o que dá à região a chance de garantir que haja mais resiliência e capacidade de suportar riscos elevados. Ao mesmo tempo, as principais economias da região, como China e Japão, estão liderando o mundo em tecnologias verdes, desde veículos elétricos até energia renovável, necessárias para se adaptar e mitigar as mudanças climáticas.⁵⁵

No Oriente Médio estão os maiores produtores de combustíveis fósseis, cuja economia depende do petróleo, e os mais vulneráveis à desertificação do solo e redução de água no subsolo. Mas, como o boom do petróleo (2003 a 2013) ficou no passado, os países, principalmente Arábia Saudita – que assumiu a liderança para economia verde no Golfo –, já vinham buscando alternativas para mudanças no modelo econômico e conseqüentemente mais sustentável, impulsionando o comércio, o investimento, novos setores e empregos. Além disso, os países do Golfo começaram a se abrir mais para o mundo, estabelecer parcerias e cooperações. Os Emirados Árabes lançaram a [Missão de Inovação Agrícola para o Clima](#) em parceria com os Estados Unidos, Austrália, Brasil, Dinamarca, Reino Unido, Israel, Singapura e Uruguai, e visa fomentar a inovação, a pesquisa e o desenvolvimento (P&D) em agricultura no mundo. A Missão foi anunciada na Cúpula de Líderes. Os termos da iniciativa e o plano de trabalho serão definidos até a [Cúpula de Sistemas Alimentares](#), em setembro próximo, em Nova York, e deverá apresentar propostas concretas na 26ª Conferência das Partes da UNFCCC (COP 26), em novembro de 2021.

⁵⁴ Cientistas estão congelando sêmen de corais para futura reprodução.

⁵⁵ [Climate change risk and response in Asia | McKinsey](#)

Ásia Pacífico e Oriente Médio na Cúpula de Líderes

A [Cúpula de Líderes para o Clima](#), convocada pelos Estados Unidos, mostrou pela primeira vez que realmente os países ricos podem responder às metas indicadas pela ciência: o corte de pelo menos 45% das emissões de carbono até 2030, para reduzir o nível do aquecimento da Terra. E três fortes motivos ajudaram nesse movimento positivo – para além do retorno dos EUA ao Acordo de Paris – as mudanças climáticas e seus efeitos se agravaram nos últimos dois anos; a pandemia da COVID-19 mostrou a importância da preservação da biodiversidade e o mundo econômico e financeiro finalmente entendeu que a economia depende do capital natural⁵⁶. Isso ficou claro no [Fórum Econômico Mundial](#), que aconteceu em janeiro desse ano, com a marcante participação de líderes dos países da Ásia Pacífico e Oriente Médio. Às vésperas da cúpula, um grupo de Prêmios Nobel divulgou uma [Declaração](#) aos líderes participantes: “os combustíveis fósseis são a principal causa das mudanças climáticas. Permitir a expansão contínua desse setor é inaceitável. O sistema de combustíveis fósseis é global e requer uma solução global.”

Ao apresentarem suas metas e ações na cúpula, os países das duas regiões destacaram que não há como alcançar o net-zero sem soluções climáticas naturais, como parar o desmatamento e a perda de áreas úmidas, restaurar os ecossistemas marinhos e terrestres e proteger a biodiversidade. Também enfatizaram a necessidade de investimentos para a transição de energia e em inovações de baixo carbono, especialmente os países em desenvolvimento que dependem da energia baseada em carvão, e vão precisar de suporte. O fenômeno é global e nenhum governo ou setor alcançará as transformações sem uma agenda compartilhada e cooperações estratégicas para que nenhum país menos rico ou pobre fique para trás. Estes foram destaques nas mensagens de muitos países, entre eles Turquia, Indonésia, Fiji, Filipinas, Iraque, Qatar, Butão, Bangladesh e Ilhas Marshall.

Os países da Ásia Leste e Sul abrigam grandes florestas tropicais e manguezais, importantes habitats, com fauna e flora únicos e riquíssimos em biodiversidade. Desde o início da pandemia COVID-19, vêm discutindo a necessidade da proteção à biodiversidade e mitigação dos efeitos do clima, com alternativas de soluções, carreados pela ASEAN – Associação das Nações do Sudeste Asiático - e pelo [Banco Asiático de Desenvolvimento](#) (ADB, em inglês). Por exemplo, a Indonésia suspendeu permanentemente novas licenças para exploração madeireira e de turfa, bem como avançou em seu programa de reabilitação de manguezais. Indonésia é um dos países que proibiu o uso de plásticos; esse material é um dos maiores destruidores dos ecossistemas marinhos e lacustres.

Bangladesh, um dos países mais vulneráveis às inundações, por todos os lados, pelo aumento do nível do mar e pelo derretimento das geleiras do Himalaia, destacou que a pandemia trouxe desafios e oportunidades e mostrou que trabalhar juntos é importante. O governo anunciou que em junho divulgará seu ambicioso plano verde e que vai hospedar um centro para promover *locally-led solutions*⁵⁷, o *Global Center Adaptation*, e espera liderar seus vizinhos no processo de adaptação e mitigação. O país tem 158 milhões de habitantes e a maioria vive em áreas costeiras ou próxima aos rios – que são abastecidos pelas geleiras.

⁵⁶ Biodiversidade é importante para a economia <https://gulfbusiness.com/how-the-loss-of-biodiversity-requires-relevance-and-attention/>

⁵⁷ *Locally-led Development* – desenvolvimento que se estabelece localmente, engajando partes interessadas e atores locais (indivíduos, comunidades, redes, organizações e entidades públicas e privadas) que estabelecem suas próprias agendas, desenvolvendo soluções, capacidades e recursos.

Austrália também está comprometida na redução das emissões de carbono, no investimento em novas soluções tecnológicas, principalmente para agricultura, e proteção dos mares e ecossistemas costeiros. Através do programa Blue Pacífico, o governo busca financiar seus vizinhos do Pacífico para soluções em tecnologia verde.

O presidente das Ilhas Marshall⁵⁸, David Kabua, disse que finalmente vê comprometimento na redução do aquecimento para 1,5° C, que é o limite para garantir a sobrevivência de seu país. As Ilhas têm sido muito atuantes na defesa dessa meta para o planeta e é porta voz de seus vizinhos insulares⁵⁹, como Kiribati (33 ilhas e atóis), República da Micronésia (607 ilhas), Ilhas Marianas e Palau. Todos desaparecerão ou se tornarão inabitáveis se o aquecimento do planeta não for freado. Em seu discurso na cúpula (que pode ser acessado no tempo de 1:36:17, do [vídeo](#) de transmissão do evento), o presidente falou que as Ilhas já têm zero carbono desde 2015 e é um dos países que aboliram o plástico. Kabua recomendou que 50% do financiamento climático deve ser para adaptação; “novas tecnologias verdes ainda são caras”, disse. Investir em inovação para baixo carbono é questão crucial. Para ele, assim como foi lembrado por outros líderes, a recuperação da COVID-19 é uma rara chance de investir em mundo estável e mais saudável e atuar juntos em uma ação mais robusta para emissão neutra de carbono e, assim, garantir um planeta verde para as futuras gerações.

China é um dos países que mais investem em infraestruturas de usinas baseadas em carvão, em países em desenvolvimento, principalmente na África e Ásia Central, no âmbito da Rota da Seda. O presidente Xi Jinping anunciou a iniciativa Rota da Seda Verde para estimular desenvolvimento sustentável nestes países e lembrou que é preciso entregar igualdade e justiça social nesta transição para energia limpa. O líder chinês confirmou o [trabalho em parceria com os Estados Unidos](#) e outros países para enfrentar a crise climática com a seriedade e urgência que ela exige e destacou a importância do multilateralismo. Mas o que chamou atenção foi o anúncio da antecipação para 2025 do pico de carbono, que começará a reduzir a partir 2026, chegando à neutralidade em 2060.

Coreia do Sul, que também é um dos países que mais investem em energia à base de carvão dentro e fora de seu território, se comprometeu a parar os investimentos internacionais e parar de licenciar a construção de usinas domésticas. Além de antecipar o desligamento de 10 usinas antigas, vai investir em energia renováveis como solar e eólica. Seul lembrou que vai sediar a [Cúpula para Crescimento Verde e as Metas Globais 2030 – P4G](#), em 30 e 31 de maio, para discutir neutralidade de carbono e incentivar parcerias público privadas.

O Japão prometeu neutralidade de carbono até 2050 e para isso terá que revisar sua política de geração de energia, que usa combustíveis fósseis para produzir eletricidade. O país é o quinto maior emissor de carbono, mas, por pressão dos EUA e de ambientalistas, se comprometeu a aumentar a meta de 26% para 46% na redução das emissões até 2030. Uma promessa arriscada para um país que desacelerou o investimento em energia nuclear civil, desde o acidente da Usina Nuclear de Fukushima.

⁵⁸ Pertence às Ilhas Marshall o Atol de Bikini, usado como área de testes nucleares dos Estados Unidos entre 1946 e 1958 (20 bombas). O atol se tornou inabitado. Apesar da radioatividade não estar mais na superfície, água e plantas têm alto nível de radioatividade. Bikini se tornou Patrimônio da Humanidade pela UNESCO em 2010 por conservar evidências tangíveis diretas e significantes do poder dos testes nucleares.

⁵⁹ <https://pt.wikipedia.org/wiki/Micron%C3%A9sia>

A Índia reiterou sua meta ambiciosa de instalar 450 GW⁶⁰ de energia renovável até 2030 e anunciou o lançamento da "[Parceria 2030 de Clima e Energia Limpa 2030 dos EUA-Índia](#)" para mobilizar finanças e acelerar a inovação e implantação de energia limpa, para descarbonizar setores como indústria, transporte, energia e edifícios. A parceria pretende mostrar que é possível alinhar ações climáticas rápidas com desenvolvimento econômico inclusivo e resiliente, levando em conta as circunstâncias nacionais e as prioridades de desenvolvimento sustentável. O Primeiro-Ministro, Narendra Modi enfatizou que a mudança de estilo de vida deve acompanhar as ações de combate às mudanças climáticas – estilos de vida sustentáveis e filosofia orientadora. Criar cultura é preciso!

A economia da Rússia é altamente dependente de combustíveis fósseis. O país destacou o papel da energia nuclear civil no futuro climático – atualmente 18% da eletricidade consumida na Rússia vem de reatores nucleares – a despeito da extração de urânio gerar algum impacto. O presidente, Vladimir Putin, anunciou parceria com o governo americano para o setor nuclear civil, proteção das florestas e proteção do Ártico – e pediu a colaboração internacional para enfrentar o poderoso gás metano⁶¹, um dos vilões do efeito estufa, cuja liberação aumenta cada vez mais com o degelo do permafrost do Ártico. No ano passado, no verão russo, a Sibéria registrou temperaturas de 41°C.

Os países produtores de petróleo e gás, como Arábia Saudita e Emirados Árabes, já estão investindo em novas soluções para os desafios climáticos e em tecnologias de mitigação e adaptação. Destaque para a Arábia Saudita que tem um plano verde ambicioso, no âmbito da iniciativa Visão 2030: [combustível limpo](#) proveniente da energia eólica, geotérmica e uso do hidrogênio e seu arco-íris⁶², armazenamento de energia, captura de carbono, dessalinização limpa, mobilidade avançada, cidades eficientes, designe urbano sustentável, tecnologia de monitoramento de emissões, replantio de árvores, recuperação dos ambientes marinhos costeiros.

No quesito eficiência, as cidades de [Dubai](#) e Abu Dhabi estão liderando o caminho em mobilidade, serviços públicos, segurança, saúde e desenvolvimento econômico⁶³. Uma cidade eficiente pode reduzir o deslocamento diário em 15 a 30 minutos, reduzir o custo de vida em até 3%, cortar as emissões de gases de efeito estufa em até 15% e criar 3% mais empregos

⁶⁰ A capacidade instalada de Itaipu, a maior geradora de energia limpa e renovável do planeta, é de 14GW. Ao longo de 2020, a usina de Itaipu produziu 76.382 GWh.

⁶¹ O gás metano é um componente da exalação natural, como regiões petrolíferas e vulcões, da digestão anaeróbica de matérias orgânicas e da atividade humana, como agricultura e pecuária. É um dos principais agentes causadores da aceleração do efeito estufa. Ano passado a Nasa localizou 2 milhões de pontos de concentração de metano no Ártico que, à medida que o permafrost (solo congelado) descongela, libera o metano na atmosfera. E, num círculo vicioso, aquece mais a Terra, que derrete mais o permafrost. E tem muito metano preso no Ártico.

⁶² O Hidrogênio pode adquirir várias cores dependendo da sua fonte de origem. O hidrogênio verde, que é produzido por eletrolisadores movidos por fontes renováveis como energia solar ou eólica. O hidrogênio azul é feito do gás natural e pode ser usado na indústria; o dióxido de carbono emitido no processo pode ser capturado e ser usado na produção de fertilizantes agrícolas. O preto é produto da gaseificação de carvão mineral e o cinza é produto da reforma do gás natural. O rosa é produzido por eletrolisadores alimentados por energia nuclear. O hidrogênio turquesa vem da separação do metano do gás natural usando o próprio como fonte de energia. <https://climainfo.org.br/2021/02/22/o-arco-iris-do-hidrogenio/>

⁶³ <https://www.arabianbusiness.com/politics-economics/460283-new-master-plan-will-help-dubai-grow-into-global-city-for-the-future>

anualmente, de acordo com um relatório divulgado no ano passado pela [McKinsey Instituto Global](#).



CENÁRIO DA COVID-19 E VACINAÇÃO

Fonte: <https://www.covidvisualizer.com/>

A pandemia não dá trégua e prova que não se pode baixar a guarda para o vírus. Países que vinham mantendo a transmissão da Covid-19 sob controle viram o número de casos subir em poucos dias, como Tailândia, Camboja e Laos. Japão, que sediará em breve as olimpíadas, não consegue controlar a pandemia. E, no mundo, já são 152.413.962 casos e mais de 3 milhões de mortes (02/05). A Índia contribuiu muito para esse salto.

Papua Nova Guiné entrou na lista de alerta porque, com apenas 500 médicos, 4 mil enfermeiros, 3 mil agentes comunitários e com 5 mil vagas em leitos, está em risco de colapso. Em um único dia registrou 1.786 casos novos. Já são 11.206 casos registrados e 115 óbitos.

Além do sistema de saúde precário, a população apresenta altos níveis de comorbidades, como malária, e tuberculose multirresistente. Segundo OMS e Médicos Sem Fronteiras (MSF), existe escassez de testes para Covid-19, falta de EPI e dificuldades de logísticas, pois é um país com 9 milhões de pessoas espalhadas por áreas com densas florestas. Austrália enviou 8 mil doses de vacinas AstraZeneca e mais 588 mil doses devem chegar até junho da iniciativa Covax. MSF alertam que será preciso disseminar informações claras e corretas sobre as vacinas para facilitar a campanha de vacinação.

O **Líbano** tem uma população de 6 milhões de habitantes. São 525.577 casos confirmados e 7.249 óbitos. Com hospitais lotados, o país volta a impor lockdown. Mas não é só a pandemia que coloca o país em situação de calamidade. Desde 2009, o colapso financeiro, a má gestão econômica e a corrupção governamental levaram o país à uma crise profunda e a uma grande pobreza. Os alimentos subiram 402% no ano. O dinheiro do governo para subsídios de alimentos está no fim. A COVID-19 é só mais problema. O clérigo cristão mais antigo do Líbano convocou encontro com o Hezbollah para pedir neutralidade para salvar o país, que está sem governo – o último primeiro-ministro deixou o cargo depois da explosão que matou centenas e deslocou milhares de pessoas em Beirute, em agosto de 2020. O Hezbollah (mulçumanos xiitas) é acusado de levar violência ao país e, apesar de ter um braço

político poderoso, com cargos no governo, o grupo paramilitar é fiel a Teerã (Irã) e não à constituição libanesa.

Síria recebeu as primeiras doses de vacinas através do programa Covax – 200 doses da AstraZeneca -, que serão principalmente destinadas à população do noroeste do país, onde estão milhões de pessoas em péssimas condições humanitárias, segundo a ACNUR/ONU. Outras 150 mil doses da vacina Sinopharm acabaram de chegar, doadas pela China, que vai enviar mais 150 mil doses.

Migrantes e refugiados – Ninguém está protegido a menos que todos estejam protegidos.

O vírus chegou em um momento em que o mundo já enfrentava uma série de crises, como desigualdade, pobreza, emergência climática e crescente xenofobia.

Um dos primeiros grupos de pessoas a ficar para trás quando se trata de proteção e oportunidade são aqueles que foram forçados a fugir de suas casas devido à guerra, violência ou perseguição. Os mais vulneráveis — aqueles afetados por conflitos e inseguranças — correm um risco de serem deixados para trás na recuperação da COVID-19. Hoje, há quase 80 milhões de refugiados e deslocados em todo o mundo e 85% deles estão hospedados em países de baixa e média renda, incluindo estados frágeis, que muitas vezes têm sistemas e recursos públicos limitados de saúde

A Agência das Nações Unidas para os Refugiados e a Organização Internacional para as Migrações (OIM) estão trabalhando com governos e organizações parceiras para garantir que refugiados e migrantes não fiquem de fora dos programas de vacinação COVID-19.⁶⁴ O objetivo não é dar preferência aos refugiados, mas sim incluí-los em categorias de prioridade nacional seguindo as diretrizes de saúde pública. Até o momento, [153 países](#) disseram publicamente que incluirão refugiados como parte dos planos nacionais de vacinação.

Na Jordânia, qualquer pessoa - incluindo refugiados e solicitantes de asilo - é elegível para receber a vacina gratuitamente. O país começou a vacinar refugiados em 14 de janeiro como parte de seu plano nacional de vacinação COVID-19 e abriu um centro de vacinação inédito no campo de refugiados za'atari. O governo jordaniano comprou 3 milhões de doses das vacinas Pfizer e Sinopharm. A população jordaniana é de 10 milhões e o país abriga mais de 2,5 milhões de refugiados; até agora cerca de 300.000 pessoas se registraram para receber a vacina. Segundo a ACNUR, a maior dificuldade é combater os rumores que se espalham pelas redes sociais sobre efeitos colaterais das vacinas.

A OIM está particularmente preocupada com os migrantes que estão em situação irregular, porque eles podem não ter documentação necessária para o acesso aos serviços de saúde em alguns países. Barreiras linguísticas também podem ser obstáculos ao acesso à vacinação.⁶⁵

Falando no Diálogo sobre Desafios de Proteção em outubro passado, o Alto Comissário do ACNUR Filippo Grandi disse que a pandemia deu ao mundo uma "lição acelerada" sobre os benefícios da inclusão. A maioria dos países, disse ele, imediatamente percebeu a importância de incluir refugiados e outras populações vulneráveis em sua resposta à pandemia.⁶⁶

⁶⁴ ['A work in progress': Refugees, migrants must have vaccine access, UN says | Devex](#)

⁶⁵ [Opinion: 3 ways to ensure refugees get the COVID-19 vaccine | Devex](#)

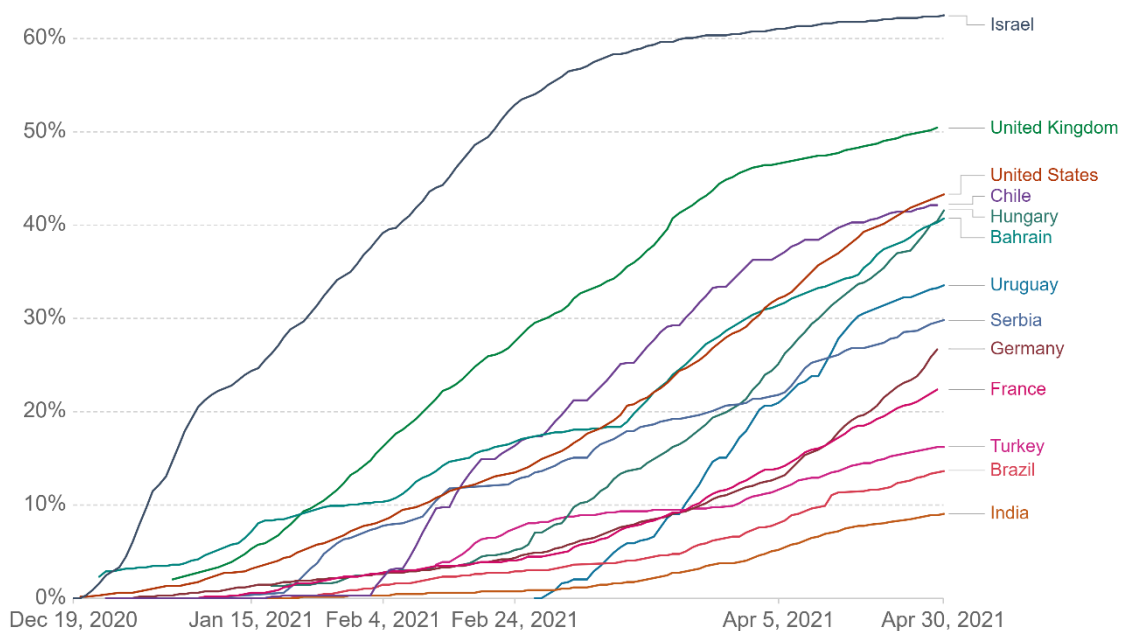
⁶⁶ [UNHCR - 'Give us a seat at the table and we'll change the world'](#)

Vale sempre lembrar, que muitos desses refugiados são pessoas muito capacitadas que podem ajudar na reconstrução do pós-covid. "Dê-nos um espaço à mesa e mudaremos o mundo", disse Hindou Oumarou Ibrahim, um ativista do Chade que defende a justiça ambiental e os direitos dos povos indígenas.⁶⁷

Share of people who received at least one dose of COVID-19 vaccine



Share of the total population that received at least one vaccine dose. This may not equal the share that are fully vaccinated if the vaccine requires two doses.



Source: Official data collated by Our World in Data

CC BY

Fonte: [Coronavirus \(COVID-19\) Vaccinations - Statistics and Research - Our World in Data](#), dados de 1º de maio – os dados são atualizados diariamente

País	22/03 (óbitos)	06/04 (óbitos)	18/04 (óbitos)	02/05 (óbitos)
Afganistão	56.153 (2.464)	56.779 (2.512)	57.793 (2.539)	60.122 (2.637)
Arábia Saudita	385.424 (6.613)	393.377 (6.704)	404.970 (6.823)	419.348 (6.979)
Austrália	29.206 (909)	29.365 (909)	29.519 (910)	29.826 (910)
Bangladesh	573.687 (8.720)	651.652 (9.384)	718.950 (10.385)	761.943 (11.579)
Brunei (ASEAN)	206 (3)	214 (3)	221 (3)	227 (3)
Camboja (ASEAN)	932 (0)	2.824 (22)	6.389 (43)	14.520 (103)
China	101.551 (4.839)	101.908 (4.841)	102.235 (4.845)	102.512 (4.846)
Coreia do Sul	99.075	106.230	114.115	123.240

⁶⁷ [UNHCR - 'Give us a seat at the table and we'll change the world'](#)

Sul	(1.697)	(1.752)	(1.797)	(1.833)
Emirados Árabes	442.226 (1.445)	474.136 (1.516)	497.154 (1.554)	523.795 (1.593)
Filipinas (ASEAN)	671.792 (12.972)	812.760 (13.817)	936.133 (15.960)	1.054.983 (17.431)
Hong Kong	11.397 (203)	11.531 (205)	11.638 (209)	11.784 (210)
Índia	11.646.081 (159.976)	12.686.049 (165.547)	14.788.109 (177.150)	19.557.452 (245.542)
Indonésia (ASEAN)	1.465.928 (39.711)	1.542.516 (41.977)	1.604.348 (43.424)	1.677.868 (45.796)
Irã	1.808.422 (61.877)	1.963.394 (63.506)	2.237.089 (66.732)	2.534.805 (72.484)
Iraque	798.547 (14.036)	887.291 (14.535)	977.175 (14.981)	1.074.794 (15.536)
Israel	828.672 (6.102)	834.920 (6.257)	836.926 (6.334)	838.554 (6.366)
Japão	457.069 (8.855)	489.407 (9.251)	532.641 (9.599)	605.150 (10.342)
Jordânia	544.724 (5.985)	645.449 (7.383)	685.973 (8.246)	712.901 (8.897)
Kazaquistão	283.027 (3.202)	307.676 (3.249)	338.845 (3.290)	378.570 (3.347)
Kuwait	220.455 (1.233)	239.952 (1.373)	255.860 (1.440)	276.586 (1.578)
Laos (ASEAN)	49 (0)	49 (0)	58 (0)	933 (0)
Líbano	441.014 (5.808)	482.798 (6.479)	508.503 (6.886)	528.208 (7.324)
Malásia (ASEAN)	334.156 (1.238)	353.324 (3.036)	375.054 (1.378)	415.012 (1.533)
Myanmar (ASEAN)	142.246 (3.204)	142.530 (3.206)	142.628 (3.206)	132.838 (3.209)
Nepal	276.056 (3.019)	278.470 (3.036)	284.673 (3.083)	336.030 (3.325)
Nova Zelândia	2.462 (26)	2.524 (26)	2.595 (26)	2.618 (26)
Omã	151.528 (1.629)	165.480 (1.728)	176.668 (1.821)	195.807 (2.043)
Palestina e Faixa de Gaza	225.976 (2.458)	256.461 (2.735)	280.741 (3.017)	297.638 (3.272)
Paquistão	630.471 (13.863)	696.184 (14.924)	756.285 (16.243)	829.933 (18.070)
Qatar	174.228 (274)	185.261 (312)	195.757 (376)	206.948 (472)
Rússia	4.416.226 (93.812)	4.546.307 (99.431)	4.649.044 (103.834)	4.768.446 (109.011)
Singapura	60.208	60.519	60.831	61.218

(ASEAN)	(30)	(30)	(30)	(31)
Síria	17.411 (1.163)	19.526 (1.323)	21.004 (1.437)	22.898 (1.603)
Tailândia (ASEAN)	27.594 (90)	29.571 (95)	42.352 (101)	68.984 (245)
Taiwan	1.006 (10)	1.050 (10)	1.073 (11)	1.137 (12)
Turquia	3.035.338 (30.178)	3.579.185 (32.667)	4.212.645 (35.608)	4.875.388 (40.844)
Vietnam (ASEAN)	2.575 (35)	2.648 (35)	2.781 (35)	2.942 (35)
Yémen	3.516 (771)	4.975 (976)	5.770 (1.119)	6.341 (1.233)

<https://coronavirus.ihu.edu/map.html>

Obs. 1.: Foram incluídos todos os países que compõem a ASEAN.

Obs. 2: As regiões somam juntas mais de 65 países, mas, para análise, o recorte foca os países com maior número de casos ou com melhores resultados de ações tomadas pelas autoridades nacionais.

Resposta dos EUA à Saúde Global e a Diplomacia da Saúde

Luiz Augusto Galvão

A cúpula de 40 líderes sobre o clima foi realizada com sucesso e marcou o caminho para a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP26) em novembro em Glasgow. Ela ocorreu em formato virtual, de 22 a 23 de abril de 2021 e incluiu [oito sessões](#) sobre: elevar a nossa ambição climática; investir em soluções climáticas; adaptação e resiliência; ação climática em todos os níveis; segurança climática; soluções baseadas na natureza; desencadear a inovação climática; e as oportunidades econômicas de ação climática.

A Cúpula também reuniu o Fórum das Principais Economias sobre Energia e Clima ((MEF), cujos 17 membros são Austrália, Brasil, Canadá, China, UE, França, Alemanha, Índia, Indonésia, Itália, Japão, República da Coreia, México, Federação Russa, África do Sul, Reino Unido e EUA. Juntos, eles são responsáveis por aproximadamente 80% das emissões globais de gases de efeito estufa (GEE) e do Produto Interno Bruto (PIB) global.

Durante a Cúpula, os EUA [apresentaram](#) sua meta de reduzir as emissões em 50-52% até 2030 em comparação com os níveis de 2005, o que também está descrito no documento dos EUA sobre a contribuição determinada nacionalmente (NDC) que os EUA [submeteram](#) à UNFCCC em 21 de abril de 2021, após a volta ao Acordo de Paris.

As promessas de outros líderes globais incluíram:

1. O Japão reduzirá as emissões 46-50% abaixo dos níveis de 2013 até 2030, "com fortes esforços para alcançar uma redução de 50%" (sua meta anterior era de 26%);
2. O Canadá aumentou sua meta anterior de reduzir as emissões 30% abaixo dos níveis de 2005 até 2030 para uma redução de 40-45% dos níveis de 2005 até 2030;
3. A Argentina fortalecerá seu NDC, implantará mais fontes renováveis, reduzirá as emissões de metano e acabará com o desmatamento ilegal;
4. O Reino Unido incorporará em lei uma redução de 78% de GEE abaixo dos níveis de 1990 até 2035;
5. A União Europeia está incorporando em lei uma meta de redução das emissões líquidas de gases de efeito estufa em pelo menos 55% até 2030 e uma meta líquida zero até 2050;
6. A República da Coreia, que sediará a [Cúpula de Seul P4G de 2021](#) em maio, encerrará o financiamento público de carvão no exterior e fortalecerá seu NDC este ano para ser consistente com sua meta zero líquida de 2050;
7. A China se juntará à Emenda Kigali, fortalecerá o controle de gases de efeito estufa não-CO2, controlará projetos de geração de energia a carvão e reduzirá gradualmente o consumo de carvão;
8. O Brasil se comprometeu a alcançar o zero líquido até 2050, acabar com o desmatamento ilegal até 2030 e dobrar o financiamento para a fiscalização do desmatamento;
9. A África do Sul fortalecerá seu NDC e mudará seu pico de emissões previsto dez anos antes para 2025; e

10. A Rússia pediu colaboração internacional para abordar o metano.

Dirigindo-se aos participantes, o secretário-geral da ONU, António Guterres, pediu uma "década de transformação" e por "propostas concretas" para facilitar o acesso a maiores finanças e apoio tecnológico para os países mais vulneráveis a serem apresentados antes da COP 26.

Os EUA anunciaram uma série de compromissos para criar empregos, mobilizar finanças, estimular inovações transformadoras, conservar a natureza, construir resiliência, fortalecer a adaptação e impulsionar o crescimento econômico para as comunidades. As promessas incluem:

Lançamento de uma Iniciativa Global de Ambição Climática para apoiar os países em desenvolvimento no estabelecimento de estratégias líquidas zero e estratégias nacionais de adaptação e de informe de progressos no âmbito do Acordo de Paris;

Definição de referência para investimentos climáticos na Corporação de Finanças de Desenvolvimento Internacional dos EUA (DFC);

Aumentar o financiamento internacional para atender às necessidades [dobrando até 2024](#) as finanças públicas climáticas anuais dos EUA para os países em desenvolvimento;

Lançamento de um diálogo internacional sobre a diminuição do risco climático fiscal através dos orçamentos nacionais;

Estabelecimento de um Fórum de Produtores Líquidos Zero, com Canadá, Noruega, Catar e Arábia Saudita, que juntos representam 40% da produção global de petróleo e gás;

Estabelecimento da Parceria 2030 da Agenda Clima e Energia Limpa EUA-Índia;

Apoio a metas ambiciosas e energia renovável na América Latina e no Caribe por meio de assistência técnica ampliada aos países participantes da iniciativa regional de energia renovável para a América Latina e o Caribe (RELAC), liderada pela Colômbia, Chile e Costa Rica, para aumentar a capacidade de energia renovável para pelo menos 70% até 2030; e

Apoio às cadeias de fornecimento de minerais de energia limpa através da Energy Resource Governance Initiative (ERGI), fundada pela Austrália, Botsuana, Canadá, Peru e EUA para ajudar a construir cadeias de suprimentos sustentáveis e promover a governança do setor sólido para os minerais vitais para tecnologias que alimentam a transição energética.

A saúde, como tema específico não foi enfocada durante a cúpula, ainda que faça parte de vários tópicos abordados, como por exemplo a adaptação e os compromissos nacionais.

Sobre a evolução da pandemia, o CDC informa que mais da metade dos adultos nos Estados Unidos foram vacinados com pelo menos uma dose de vacina, mas as taxas de vacinação estão caindo, e hoje existe um consenso entre especialistas de saúde pública de que o limiar de imunidade do rebanho não será atingido e que o vírus provavelmente continuará a circular nos Estados Unidos nos próximos anos, causando internações e mortes, mas em número muito menor. Isso devido a resistência à vacinação e a mutação rápida do vírus que gera variantes que facilitam a transmissão do vírus.

A atual média móvel de 7 dias de novos casos diários da COVID-19 (52.528) diminuiu 16,2% em relação à média móvel anterior de 7 dias (62.653). Em comparação com o pico de

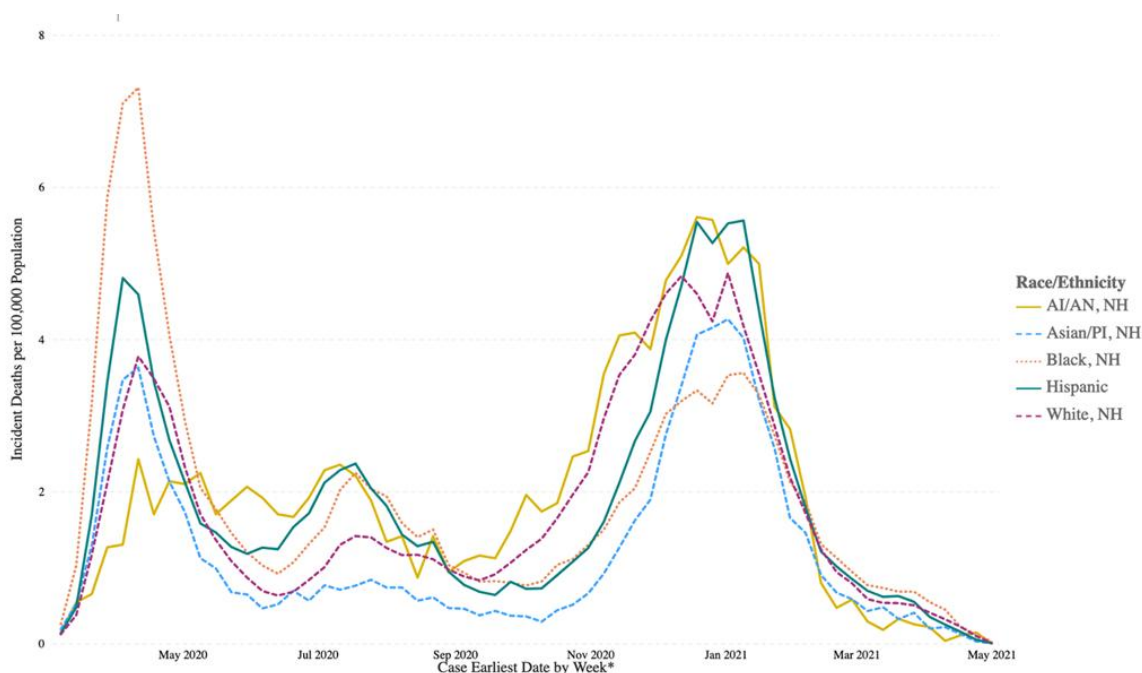
8/1/21 (249.669), a média atual de 7 dias diminuiu 79,0%. Um total de 32.031.068 casos de COVID-19 foram notificados até 28 de abril. Desde 19 de abril, a média móvel de 7 dias de mortes por Covid-19 tem sido menor em comparação com a média móvel de 7 dias da semana anterior. A atual média móvel de 7 dias de novas mortes (628) diminuiu 8,2% em relação à média móvel anterior de 7 dias (684). Até 28 de abril, foram registradas 571.297 mortes por COVID-19.

O CDC também informou que o Programa de Vacinação de COVID-19 dos EUA começou em 14 de dezembro de 2020 e até a semana passada 237,4 milhões de doses de vacina foram administradas. No total, cerca de 143,7 milhões de pessoas, ou 43,3% da população total dos EUA, receberam pelo menos uma dose da vacina. Cerca de 99,7 milhões de pessoas, ou 30% da população total dos EUA, foram totalmente vacinadas. Em 29 de abril, a média de 7 dias de doses de vacina administradas relatadas ao CDC por dia foi de 2,6 milhões, uma redução de 10,7% em relação à semana anterior.

Em razão dessas mudanças o CDC está revisando e mudando os protocolos e recomendações sobre medidas de prevenção e recomendações relacionadas a viagens, escolas, restaurantes e trabalho em geral.

As diferenças evidentes e persistentes causadas pelo racismo sistêmico permaneceram durante toda a pandemia, como pode ser visto no gráfico do CDC reproduzido abaixo.

COVID-19 Casos semanais e mortes por 100.000 população por idade, raça/etnia e sexo



DIPLOMÁTICO

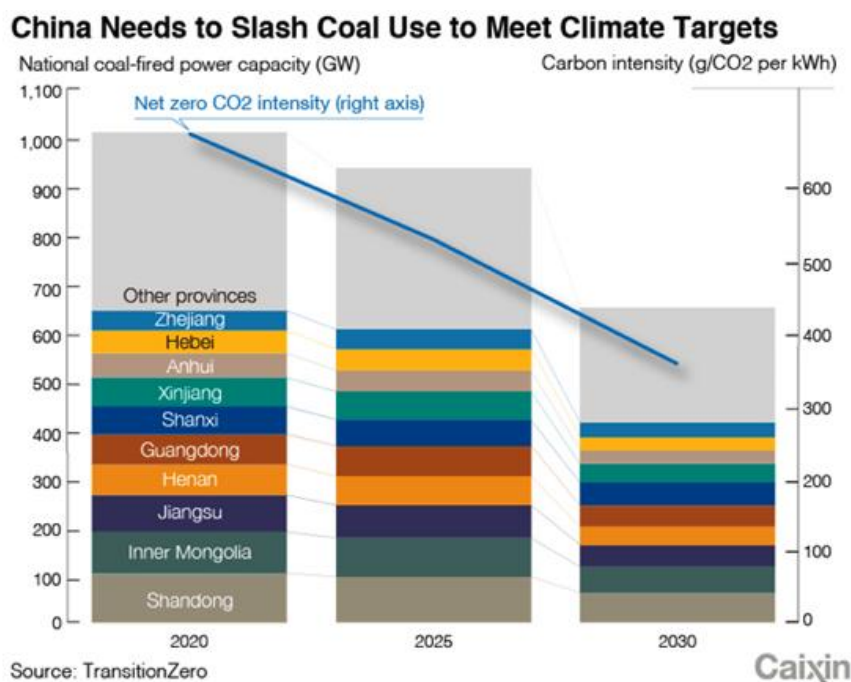
Novos embaixadores^{68,69}

O Embaixador de Pequim em Washington, Cui Tiankai, 68 anos, será aposentado compulsoriamente, por ter chegado ao limite de idade para altos oficiais. Ele está na posição desde 2013. Deve ser substituído por Qin Gang, 55 anos e um dos vices do atual chanceler Wang Yi. Sem embaixador em Pequim desde que Terry Branstad deixou a embaixada para fazer campanha de Trump, a Casa Branca deve nomear Nicholas Burns, de 65 anos. Ele é aposentado do Departamento de Estado.

Austrália expulsa província da BRI

O governo federal da Austrália vetou, a partir de uma nova lei de política externa da Commonwealth, o Memorando de Entendimento entre do Estado de Victoria e a China no âmbito da Nova Rota da Seda (BRI).^{70,71}

Xi reforça mudanças climáticas com EUA e pede multilateralismo



Xi Jinping reforçou os pedidos para que os temas internacionais sejam resolvidos com multilateralismo. O pedido foi feito recentemente tanto na Cúpula do Clima convocado por

⁶⁸ <https://thediplomat.com/2021/04/china-and-us-to-send-in-new-ambassadors/>

⁶⁹ <https://www.wsj.com/articles/china-u-s-close-to-naming-new-ambassadors-as-rivalry-grows-11618938671>

⁷⁰ <https://www.smh.com.au/politics/federal/victoria-s-belt-and-road-deal-with-china-torn-up-20210421-p57l9q.html>

⁷¹ <https://www.smh.com.au/politics/federal/victoria-s-belt-and-road-deal-with-china-torn-up-20210421-p57l9q.html>

Biden, quanto na Conferência Anual do Bao Forum para Asia⁷². Antes da cúpula do clima EUA e China divulgaram comunicado comum de cooperação para promoção da COP 26 in Glasgow e do Acordo de Paris⁷³.

Espacial

China lança o módulo principal de sua estação espacial, a Tianhe⁷⁴. Entre as nove pesquisas enviadas ao espaço está uma sobre o crescimento de tumores no espaço⁷⁵. Conversas com Rússia sobre base lunar avançam.⁷⁶

SANITÁRIO

Nova administração para Controle de Doenças

O Conselho de Estado anunciou quatro nomes para a recém-criada National Disease Prevention and Control Administration. Wang Hesheng, vice na Comissão Nacional de Saúde, chefiará a agência. É possível que haja uma fusão com o CDC.

Sputnik V na China

Hualan Biological Engineering será a primeira chinesa a produzir a vacina russa Sputnik V. A empresa espera ter encomendas de ao menos 100 milhões de doses.⁷⁷

Vacinação

A capacidade de produção de vacinas da China está em 5 bilhões de doses por ano, segundo o famoso médico Zhong Nanshan, desde o início da pandemia o país investiu em 12 tipos de vacinas, desenvolvidos em 10 centros de pesquisa.⁷⁸ 80% dos trabalhadores de saúde estão vacinados.⁷⁹

Distribuição internacional da vacina

A China tem se destacado na produção e distribuição de vacinas, sendo a principal parceira de muitos países durante todo esse “ano 1” da pandemia. O país tem mantido certa paridade interna e externa. E também autonomia, apesar de grande produtora, por exemplo, a Índia ficou restringida pelo fato de que seus fornecedores nos EUA são obrigados a atenderem primeiro o mercado estadunidense, controlado pelas encomendas do governo.⁸⁰

⁷² <https://www.caixinglobal.com/2021-04-20/no-one-country-should-set-rules-for-the-whole-world-xi-says-101693898.html>

⁷³ <https://www.state.gov/u-s-china-joint-statement-addressing-the-climate-crisis/>

⁷⁴ <https://spacenews.com/china-launches-tianhe-space-station-core-module-into-orbit/>

⁷⁵ <https://twitter.com/TricLarose/status/1387667567356022785?s=20>

⁷⁶ https://www.globalsecurity.org/space/library/news/2021/space-210424-globaltimes01.htm?_m=3n%2e002a%2e3051%2e1q0ao059ap%2e2toz

⁷⁷ <https://www.caixinglobal.com/2021-04-20/chinese-drug-firm-inks-deal-to-produce-russias-sputnik-v-vaccine-for-export-101693901.html>

⁷⁸ http://english.scio.gov.cn/pressroom/2021-04/21/content_77425918.htm

⁷⁹ http://english.scio.gov.cn/pressroom/2021-04/22/content_77429333.htm

⁸⁰ <https://www.ft.com/content/33ab1857-e36e-447d-b6df-3f1828dc48be#myft:my-news:page>

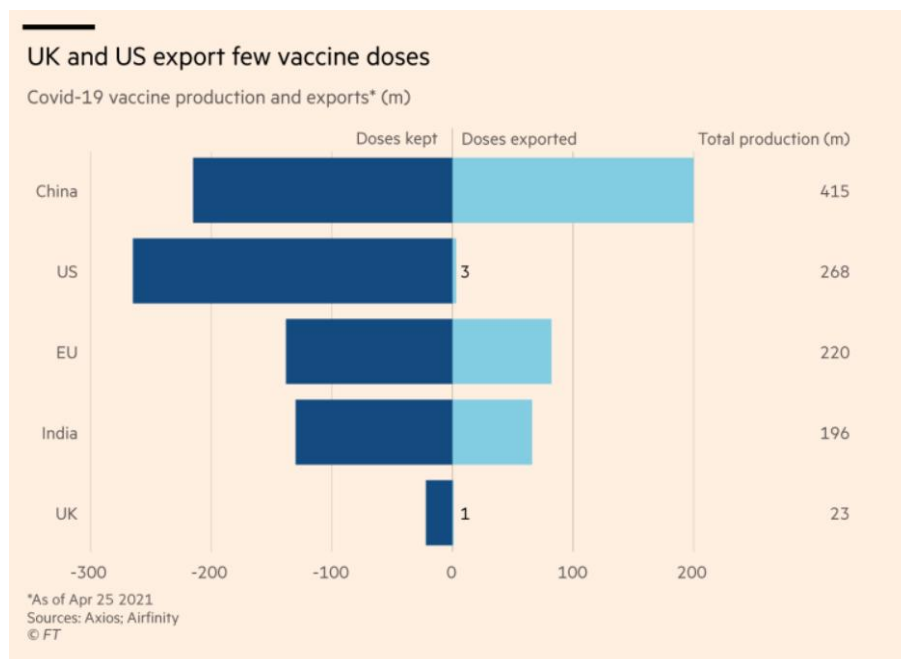


Figure 1 <https://www.ft.com/content/82fa8fb4-a867-4005-b6c2-a79969139119>

Duas importantes mudanças no seguro de saúde chinês^{81,82,83}

- 1) Os depósitos de seguro de saúde feitos pelos empregadores serão unificados. Os valores variam de 4% a 10% do salário. Objetivo é melhor cobrir despesas médicas pós-hospitalares e doenças de tratamento continuado, como as raras. A parte paga pelo funcionário (2%) continua sob gestão individual, mas fiscalização sobre uso será ampliada.
- 2) Seguros, que antes eram individuais, porém ser estendidos para familiares, como filhos e pais.

SOCIOECONÔMICO

Proteção de Patentes

A NIPA (Administração Nacional de Propriedade Intelectual) está finalizando seu planejamento para o 14º Plano Quinquenal. A valorização da propriedade intelectual e da transferência de tecnologia integra a visão de desenvolvimento de alta qualidade. A China alcançou a 14ª. posição no Ranking Global de Inovação da WIPO (Global Innovation Index of 2020 by the World Intellectual Property Organization). Entre as políticas, está o incentivo às províncias bem-sucedidas em fazer transferências de tecnologia de pequenas e médias empresas. A NIPA discute ainda se invenções feitas por inteligência artificial serão, e como, patenteáveis.⁸⁴

⁸¹ <https://www.caixinglobal.com/2020-09-21/cover-story-china-moves-to-alter-medical-coverage-of-300-million-101607427.html>

⁸² http://en.nhc.gov.cn/2021-04/23/c_83532.htm

⁸³ <http://www.sixthtone.com/news/1007310/china-announces-insurance-overhaul%2C-a-boon-to-aging-population>

⁸⁴ http://english.scio.gov.cn/pressroom/2021-04/26/content_77440766.htm

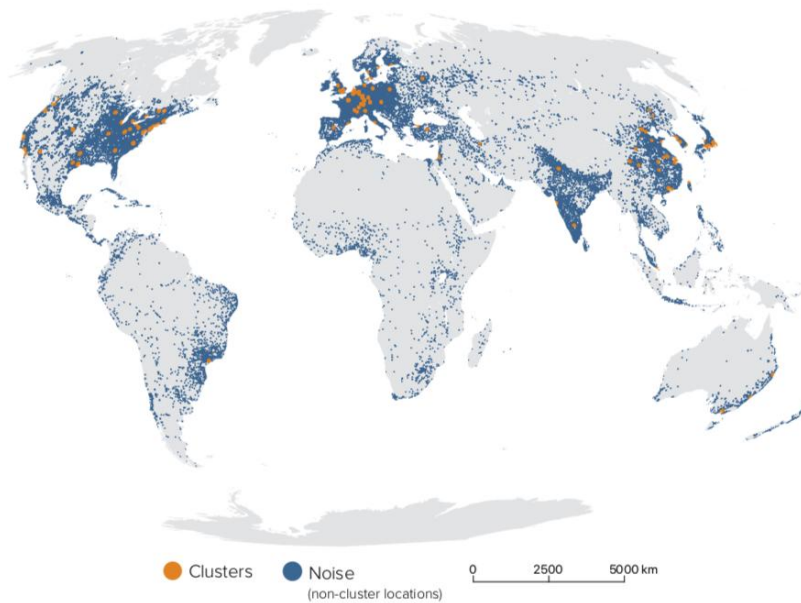


Figure 2 The Global Innovation Index 2020: Who Will Finance Innovation? is the result of a collaboration between Cornell University, INSEAD, and the World Intellectual Property Organization (WIPO) as co-publishers, and their Knowledge Partners.

Sistema de segurança social ⁸⁵

A Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma anunciou que a China possui agora o maior sistema de seguridade social do mundo. Auxílios de subsistência chegam a ¥ 6 mil por pessoa ao ano. A cobertura inclui 1 bilhão com seguro-aposentadoria; 1,36 bilhão com seguro médico-básico, 217 milhões com seguro desemprego e 268 milhões com seguro de acidente de trabalho.

⁸⁵ http://english.scio.gov.cn/pressroom/2021-04/22/content_77430827.htm

A Cúpula Ibero-Americana de Andorra e a pandemia⁸⁶

Santiago Alcázar e Paulo M. Buss

A XXVII Cúpula Ibero-americana, realizada em Andorra, dia 21 de abril, tratou centralmente da pandemia no conjunto de países que conformam aquele espaço político, que reúne cerca de 20% da população mundial, mas detém nada menos do que 70% das mortes por Covid-19. Chefes de Estado e de Governo e Vice-Presidentes de 18 países acorreram ao evento, este ano dedicado ao tema “*Inovação para o desenvolvimento sustentável – Objetivo 2030: Ibero-américa frente ao desafio do coronavírus*”.

A Cúpula foi oportunidade para passar em revista a devastação causada pela Covid-19. *Inequidades, injustiças, desigualdades, tragédia humana, desastre* foram algumas das palavras mais ouvidas, como se as realidades que designam houvessem sido desveladas recentemente para escândalo de todos e não estivessem presentes desde tempo imemorable, cobertas por espessa camada de indiferença.

Como técnicos chamados a socorrer falhas, mau funcionamento e eventuais entupimentos, criticaram o Regulamento Sanitário Internacional, o principal algoritmo vigente para avisar que algo está errado e que são necessárias medidas específicas para consertar o problema. Queixaram-se da falta de coordenação internacional e da falta de robustez de colunas principais da arquitetura multilateral, como a OMS, que deveria se adaptar face aos novos desafios sanitários globais. Fizeram menção à necessidade de fortalecer os sistemas nacionais de saúde e torná-los mais resilientes, essa palavra tão na moda que parece expressar o que é necessário fazer nesta terrível crise.

Felizmente não ficaram somente na confirmação do que muitos já sabiam e, cheios de ânimo, partiram para apoiar iniciativas conjuntas que podem contribuir para reverter as consequências desta e de outras pandemias, pois é certo que esta é uma espécie de ensaio para as outras que virão. Entre estas, a mais nova é a proposta para alcançar um tratado multilateral sobre preparação para crises sanitárias. Foram muitos os que valorizaram a importância do conceito *Uma Saúde*, que reúne em um feixe a saúde humana, animal e vegetal, as únicas formas de vida paridas pela Mãe Terra. Alguns propuseram necessária cooperação vacinal, estimulados pelo desequilíbrio obscuro no acesso ao principal instrumento de interrupção em massa da cadeia de contágio e, sonhadores, avançaram a hipótese de vacinação econômica extensiva para contribuir nos esforços de recuperação e retomada na pós-pandemia.

Para ter uma impressão mais precisa sobre os resultados desta XXVII Cúpula Ibero-americana é preciso voltar atrás e fixar a atenção no próprio tema que inspirou os debates: “*Inovação para o desenvolvimento sustentável – Objetivo 2030: Ibero-américa frente ao desafio do coronavírus*”. Inovação, Agenda 2030 e Covid-19, portanto, atravessaram o ideário das mentes dos líderes, conscientes de que a pandemia registrou significativos retrocessos na execução dos ODS e para revertê-los será preciso contar com os avanços da inovação. Há, nesse contexto, grande esperança na adoção do tratado internacional sobre pandemias⁸⁷, que

⁸⁶ Versão atualizada (02/05/2021) do artigo publicado originalmente em *Le Monde Diplomatique Brasil*, em 26/04/2021. Acesso: <https://diplomatique.org.br/a-cupula-ibero-americana-de-andorra-e-a-pandemia/>

⁸⁷ Ver: <https://www.paho.org/pt/noticias/30-3-2021-lideres-mundiais-se-unem-em-chamado-urgente-por-tratado-internacional-na>

será, à semelhança do Regulamento Sanitário Internacional, um algoritmo para orientar o que deve ser feito em caso de crise, proteger os ODS e contribuir para a sua realização.

Em artigo recente no *Foreign Affairs* intitulado *Por que mesmo os países bem preparados foram reprovados no teste da pandemia?*⁸⁸ recorda-se o mecanismo de avaliação externa conjunta (JEE, nas siglas em inglês) elaborado para medir o grau de preparação dos países ante uma eventual crise sanitária grave. O JEE tem a característica de um algoritmo, com 19 ramos na árvore de decisões. As 19 ramos são as competências em áreas técnicas cruciais, de que seriam exemplo a robustez dos sistemas laboratoriais e a força da capacidade técnica do pessoal de saúde. Os países fizeram o exercício proposto pelo exercício JEE após o brote epidêmico do Ebola. Segundo os autores daquele artigo, países que obtiveram excelente resultado naquele exercício, como os EUA e o Reino Unido, falharam na resposta à Covid-19. Como explicar tão pífia performance durante a pandemia? Segundo os autores, a explicação residiria na própria métrica utilizada. O JEE mede indicadores importantes para a resposta técnica de uma eventual pandemia, mas não o apoio político necessário para levar adiante as recomendações de natureza técnica e científica.

Nós – sobreviventes do maior desastre humanitário de que se tem notícia neste admirável mundo novo, no qual já morreram de Covid-19 mais de 3 milhões de pessoas, muitos por incompetência criminal política-administrativa – sabemos o quanto é importante poder contar com políticas boas. Nós, os ainda sobreviventes, não compreendemos como fomos deixados à deriva por capitães de água-doce num mar de incertezas tão terríveis que empalideceriam ao próprio Adamastor, que tanto pavor causou ao ilustre Gama e aos seus valentes companheiros no Cabo das Tormentas. Sabemos todos que não é uma coisinha o que nos atrapalha. Os líderes da Cúpula foram unânimes em reafirmar que ninguém estará a salvo se todos não estiverem a salvo e que para tanto será crucial fortalecer a arquitetura multilateral e as boas políticas, tanto no plano interno quanto no externo, pois frente a problemas globais, como a pandemia da Covid-19, as respostas têm que ser coordenadas sob o signo da solidariedade.

A Cúpula adotou a Declaração de Andorra, o Compromisso, o Plano de Ação e 16 comunicados especiais⁸⁹. Entre estes últimos caberia destacar os seguintes: i) *garantia ao direito à saúde por meio do acesso equitativo, transparente, oportuno e universal às vacinas na resposta a pandemias e outras emergências sanitárias*; ii) *pandemias*; iii) *acesso ao financiamento externo para a recuperação da pandemia da Covid-19*; iv) *desenvolvimento de iniciativas para a recuperação econômica pós-Covid-19*; v) *mudança climática e meio ambiente*.

Enquanto a Declaração, o Compromisso e o Plano de Ação apresentam o produto acabado, limpo e pronto para consumo, os comunicados especiais deixam à mostra o caminho percorrido nesse espaço de diálogo político, que completou trinta anos desde a primeira Cúpula realizada na cidade de Guadalajara, no México. É a esse caminho, percorrido em tempos de pandemia, que interessa voltar, identificar as angústias e tensões, resolvidas ou não nos documentos finais.

⁸⁸ *Why Even Well-Prepared Countries Failed the Pandemic Test*, que pode ser acessado em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/2021-03-29/why-even-well-prepared-countries-failed-pandemic-test>

⁸⁹ Ver: <https://www.segib.org/consulta-todos-los-documentos-aprobados-en-la-xxvii-cumbre-iberoamericana-de-jefes-de-estado-y-de-gobierno/>

Os títulos dos comunicados especiais são eloquentes, e como no roteiro de um filme parecem contar a nossa história, a dos sobreviventes. Primeiro, vacinas para todos, que não há tempo a perder. Em seguida, a expressão de um desejo manifestado na proposta de um tratado que nos dirá o que fazer em casos semelhantes. Antes, no entanto, procurar financiamento externos para evitar o naufrágio. Depois, se conseguimos chegar à praia, medidas econômicas para a recuperação. E finalmente, ao refletir sobre o que nos trouxe aqui, reorientar nossos passos para o cuidado com o meio ambiente.

É animador que a Cúpula tenha adotado por consenso o *comunicado especial sobre a garantia ao direito à saúde por meio do acesso equitativo, transparente, oportuno e universal às vacinas na resposta a pandemias e outras emergências sanitárias*. O comunicado recorda os instrumentos principais da complexa e rica arquitetura de direitos humanos, a Agenda 2030, aprovada por resolução com o significativo título de *transformar o nosso mundo*, bem como as resoluções adotadas na Assembleia Geral das Nações Unidas e a Assembleia Mundial da Saúde. Recorda, de modo especial, o Acelerador de Ferramentas para a Covid-19 (ACT-C) e reafirma o papel central dos Estados na resposta à pandemia. Faz um chamamento aos fabricantes e provedores de vacinas para que as destinem ao mecanismo COVAX. Por último, reconhece que a Covid-19 reclama resposta mundial baseada na unidade, na solidariedade, na transparência e na cooperação multilateral, com vistas a tornar o acesso universal a vacinas uma realidade concreta e urgente.

Nada a objetar, mas o fato é que a pandemia e as suas mais cruéis consequências se fizeram presentes não obstante o impressionante edifício de direitos humanos e de compromissos assumidos para transformar esse nosso mundo tão carregado de inequidades e injustiças. O desastre humanitário não se deu porque não havia a sólida construção de direitos humanos, de compromissos e de promessas. O desastre se deu porque a política, que deveria orientar a economia a ela se submeteu, invertendo a ordem natural das coisas, como num algoritmo voltado para o absurdo. Por isso coube uma interjeição seguida da expressão do desejo de um tratado que nos salvasse no futuro.

O *comunicado especial sobre pandemias* é a expressão daquele desejo. O documento ressalta a alta probabilidade de que fenômenos como este voltem a ocorrer. Nesse contexto enfatiza que somente o trabalho conjunto e coordenado pelos princípios do multilateralismo constitui resposta adequada à pandemia. Sublinha a necessidade de aperfeiçoar o Regulamento Sanitário Internacional, como parte do exercício de fortalecimento de todo o sistema multilateral e faz um apelo para que seja adotada na próxima Assembleia Mundial da Saúde projeto de resolução para alcançar um tratado internacional sobre pandemias. Antes, no entanto, era preciso evitar o naufrágio e vislumbrar os esforços para continuar vivos.

Por isso foi adotado o *comunicado especial sobre acesso ao financiamento externo para a recuperação da pandemia da Covid-19*, pelo qual são consideradas propostas de modalidades de financiamento compatíveis com as necessidades dos países, assimetricamente afetados pela pandemia. Entre as medidas propostas destacam-se a suspensão da dívida e a facilitação de financiamento com vistas a reforçar as redes de proteção social e assim evitar a cruel situação de não poder auxiliar, principalmente, trabalhadores informais, bem como pequenos e microempresários, responsáveis por empregar significativa parte da força laboral. Caberia notar que o documento faz registro do agravamento da situação de insegurança alimentar, do aumento dos níveis de pobreza, acentuando ainda mais as inequidades e injustiças sociais, já inaceitáveis antes, no quadro pré-pandemia. Se essa esperança se tornasse realidade talvez fosse possível chegar à praia e dedicar esforços ao pós-pandemia.

Nesse contexto, a Cúpula adotou o *comunicado especial sobre o desenvolvimento de iniciativas para a recuperação econômica pós-Covid-19*. Fizeram bem os líderes, pois é preciso pensar no dia de amanhã, quando teremos deixado para trás a pandemia num quadro de desolação geral. Os líderes reconhecem, com efeito, a necessidade do compromisso de todos os Governos e de toda a sociedade para transformar o mundo. Para tanto apoiam duas estratégias de iniciativa da Costa Rica: i) estabelecimento de um repositório de conhecimentos, dados e estatísticas com vistas a facilitar a replicação equitativa de produtos de saúde para a Covid-19. Essa iniciativa fora lançada durante a Assembleia Mundial da Saúde, em maio de 2020, quando ainda não se conheciam os horrores que estariam por vir, nem o grau de egoísmos que se testemunharia na espera por vacinas ou no gesto de solidariedade por parte das empresas farmacêuticas que nunca veio; ii) criação de um Fundo de meio trilhão de dólares norte-americanos, financiado com a alocação de 0,7% do PIB das economias avançadas (que representariam 80% da economia mundial) para agências financeiras, que por sua vez facilitarão empréstimos para a consecução dos ODS. Proposta razoável, tímida, porém, diante do compromisso de todos com a necessidade inscrita da Agenda 2030 e nos ODS de transformar o mundo. Não há por que imaginar que o egoísmo presente na distribuição de vacinas não se espalhe com a mesma *sans-façon* para esta proposta. Um terceiro comunicado especial sobre alívio da dívida externa e a crise econômica propõe gerar espaços de diálogo para abordar aquelas duas questões com vistas ao restabelecimento das condições de sustentabilidade da dívida, tanto com os organismos multilaterais, quanto com os governos detentores de dívidas bilaterais. Esse terceiro comunicado especial requer um alto grau de solidariedade e empatia. O Brasil não acompanhou o consenso deste comunicado especial, nem dos dois anteriores. Nada de praia, portanto. Não se sabe se a solidariedade sobreviveu ao desastre.

O consenso seria total, contudo, no comunicado especial sobre mudança climática e meio ambiente, alcançado um dia depois na Cúpula de Líderes pelo Clima, promovida pelo Presidente Joe Biden que, por sua vez, é uma prévia da Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a COP 26, que deverá realizar-se em novembro, em Glasgow.

O primeiro parágrafo do comunicado especial, reproduzido a seguir na íntegra, revela a situação a que nos devemos ater, nós os sobreviventes: *o aumento do incremento da intensidade, a frequência dos fenômenos climáticos extremos e o alarmante avanço dos fenômenos de evolução lenta, representam uma ameaça para nossas sociedades, para a biodiversidade, para a coexistência de todas as formas de vida de nosso planeta, bem como para os ecossistemas e o nosso habitat – obstaculizando desse modo a consecução dos ODS*. À luz desse quadro preocupante, todos os participantes acordaram na necessidade de aumentar a ambição para alcançar os ODS e os objetivos do Acordo de Paris, em especial os esforços para limitar o aumento de temperatura global em 1,5 graus centígrados com respeito à média pré-industrial. Nesse contexto, acordaram metas mais ambiciosas com respeito às Contribuições Determinadas Nacionalmente (NDCs, na sigla em inglês) e a acelerar as negociações relativas à Convenção-Quadro sobre Biodiversidade pós-2020. Curiosamente, o Brasil acompanhou o consenso dos líderes da Ibero-americana sobre mudança climática e meio ambiente. Fica a dúvida, no entanto, se realizará as ações concretas, prometidas dois dias depois, na Cúpula do Presidente Biden.

A Declaração de Andorra, o Compromisso e o Plano de Ação reiteram o contido nos comunicados especiais, mas de maneira limpa, sem as cicatrizes deixadas no processo. Cabe

destacar, por exemplo, o apelo para flexibilizar a Declaração de Doha sobre Propriedade Intelectual e Saúde Pública de modo a permitir o quanto antes o acesso a tecnologias, medicamento e vacinas. Este é sem dúvida um passo decisivo na boa direção e vai ao encontro da proposta de ex-líderes mundiais, Prêmios Nobel, congressistas norte-americanos e o Papa Francisco, que encaminhou carta à SEGIB, que pedem que a distribuição de vacinas obedeça à necessidade humana e não ao ganho comercial. É obscuro que as empresas farmacêuticas se fechem em considerações de lucro quando se sabe que todas as vacinas no mercado foram objeto de pesquisa e desenvolvimento realizados com amplos recursos públicos, ou seja recursos obtidos por meio do pagamento de impostos. A Declaração reconhece, nesse contexto, que as vacinas deveriam ser um bem público global, talvez influenciada pela observação da Secretária-Geral Rebeca Grynspan, segundo a qual o espaço ibero-americano, que reúne 20% da população mundial, tem 70% das mortes por Covid-19. Curiosamente, nem a Declaração nem o Plano de Ação propõem uma reunião de ministros da saúde para coordenar os esforços para combater a Covid-19. Oportunidade perdida ou dificuldade de concretização?

Assim como a utilização de algoritmos, como aquele que habilita os países a realizarem auto avaliação do grau de preparação diante de uma pandemia, de nada serve se não vier acompanhada de boas políticas, estas tampouco servem se não estiverem apoiadas na ética dos executores daquelas políticas. Toda a arquitetura de direitos humanos deveria ser suficiente para garantir que o mundo fosse mais justo e equitativo. O fato que não, que parece necessário criar mais um instrumento internacional para garantir que a próxima pandemia seja menos terrível, diz muito sobre o fracasso de conferir prioridade à vida sobre o comércio. Não são as flexibilidades de TRIPS ou a Declaração de Doha sobre Propriedade Intelectual e Saúde Pública, que no próprio título confere prioridade ao comércio, que precisamos nestes tempos pandêmicos que já levaram mais de três milhões de vidas.

O significado mais antigo do vocábulo *ethos* é o de morada, o lugar mais recôndito onde nos encontramos com nós mesmos. Esse é o lugar de encontro com a realidade humana mais profunda. A falta de ética é, assim, a recusa daquele encontro. Nada impede, desse modo, a partir daquela recusa, que a realidade humana seja ultrajada, ainda que se levantem impressionantes edifícios de direitos humanos e se acertem compromissos por um mundo melhor.

Mas é preciso viver, ainda que de forma precária!

Informes sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde abril de 2020 o CRIS vem produzindo **Informes sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**. Em 2021, já foram produzidos seis Informes quinzenais. Os interessados na coleção podem acessar o conjunto de Informes em:

<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/41606>

Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde setembro de 2020, o CRIS também vem produzindo os **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde**, sobre temas de alta relevância para este campo conceitual e de práticas da saúde pública e das relações internacionais. No ciclo de 2021 já foram realizados sete seminários, que podem ser acessados em:

<https://portal.fiocruz.br/seminarios-avancados-em-saude-global>

Os próximos seminários programados encontram-se abaixo:

12/05 – Seminário 9 – ***Ibero-América: Novo espaço para a diplomacia da saúde?***

18/05 – Seminário 10 – ***Um tratado global sobre pandemias ou algo mais?***

26/05 – Seminário 11 – ***Rumo à Glasgow: Clima e saúde***

Os seguintes, com datas a serem ainda definidas, abordarão:

- ***Diplomacia da saúde no G20 e na OCDE***
- ***Agenda global da saúde 2021: A Assembleia Mundial da Saúde***
- ***Saúde global e cooperação Sul-Sul: O que fazer agora?***
- ***Mulheres nas Ciências***
- ***Envelhecimento e saúde: Desafio global***
- ***Recursos humanos em saúde: dimensão crítica no enfrentamento da pandemia***